



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

LUIZ EDUARDO FERREIRA DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO “ASSEMBLAGE”: a Teoria
da Assemblage de Manuel Delanda na Ciência da Informação**

**JOÃO PESSOA
2017**

LUIZ EDUARDO FERREIRA DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO “ASSEMBLAGE”: a Teoria
da Assemblage de Manuel Delanda na Ciência da Informação**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para o título de Doutor em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto

**JOÃO PESSOA
2017**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586r Silva, Luiz Eduardo Ferreira da.

A representação da informação como "assemblage" : a teoria da assemblage de Manuel Delanda na ciência da informação / Luiz Eduardo Ferreira da Silva. - João Pessoa, 2017.

107 f. : il.

Orientação: Carlos Xavier de Azevedo Netto.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Ciência da informação. 2. Teoria da assemblage. 3. Representação da informação. 4. Manuel Delanda. I. Azevedo Netto, Carlos Xavier de. II. Título.

UFPB/BC

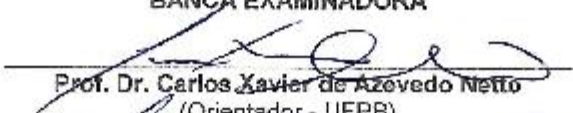
LUIZ EDUARDO FERREIRA DA SILVA

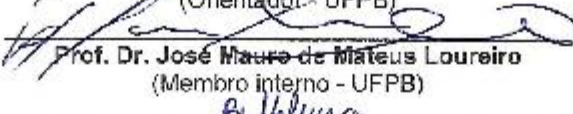
**A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO "ASSEMBLAGE": a Teoria
da Assemblage de Manuel Delanda na Ciência da Informação**

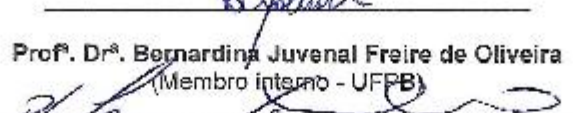
Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciência da Informação
da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito parcial para o título de
Doutor em Ciência da Informação.

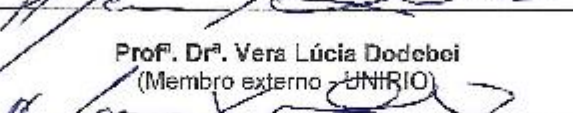
Aprovada em 14/12/2017

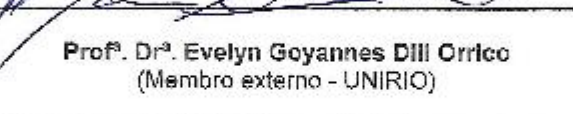
BANCA EXAMINADORA

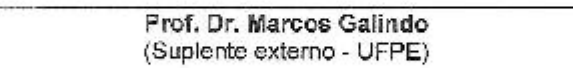

Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto
(Orientador - UFPB)

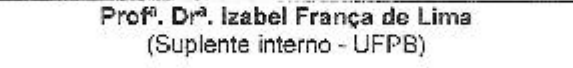

Prof. Dr. José Mauro de Matheus Loureiro
(Membro interno - UFPB)


Prof. Dr. Bernardina Juvenal Freire de Oliveira
(Membro interno - UFPB)


Prof. Dr. Vera Lúcia Dodebei
(Membro externo - UNIRIO)


Prof. Dr. Evelyn Goyannes Dill Orrico
(Membro externo - UNIRIO)


Prof. Dr. Marcos Galindo
(Suplente externo - UFPE)


Prof. Dr. Izabel França de Lima
(Suplente interno - UFPB)

A Feliciano (Chandu), Antônio Ferreira (Toinho), Maria Luzinete (Lu); a Márcia Lavareda; a Irene Maria e José Ferreira, meus amados, Dedico!

AGRADECIMENTOS

Ninguém escapa ao sonho de voar, de ultrapassar os limites do espaço de onde nasce, de ver novos lugares e novas gentes. Mas saber ver em cada coisa, em cada pessoa aquele algo que a define como especial, um objeto singular, um amigo é fundamental. Navegar é preciso, reconhecer o valor das coisas e pessoas é mais preciso ainda! (SAINT-EXUPERY).

Tudo começou com um sonho, que me impulsionou para o mundo real. Sendo assim, agradecer é uma “assemblage” difícil, pois os laços de amor vão se perpetuando no tempo.

Assim, agradeço ao Deus de todas as coisas, que me honrou, cuidou de mim, me capacitou e mostrou que, entre os caminhos dolorosos, a vitória tem um sabor especial;

A minha família, que, apesar das dificuldades, me incentivou a realizar meus planos;

Aos meus amigos, que são poucos, mas que sempre acreditaram que eu poderia;

Aos Professores José Mauro e Vera Lúcia Dodebei, que, de forma muito sincera, solicitaram mudanças no projeto, no exame de qualificação, sobretudo para que tivesse um resultado satisfatório. Então, o exame de qualificação me ensinou, na prática, que o menos sempre será mais, e isso levarei para minha vida;

À Professora Bernardina Freire, pela amizade, pelo carinho e pela confiança que depositou em mim;

À Professora Evelyn Orrico, por ter aceitado participar da banca, obrigado pelos ensinamentos e pelas contribuições!;

Ao Professor Orientador, Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto, por ter aceitado essa orientação e com quem aprendi muito;

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Paraíba, obrigado pelos ensinamentos. Em especial, a Dulce Amélia, Izabel França de Lima e Miriam de Albuquerque Aquino;

A todos os meus colegas do Doutorado, com os quais aprendi muito nesse processo, obrigado pelos debates proporcionados e pelo conhecimento compartilhado;

A todos os funcionários do PPGCI da UFPB, obrigado pela paciência;

À Universidade Federal do Pará, em especial, aos profissionais que trabalham na Faculdade de Arquivologia e Biblioteconomia, por terem concordado com meu afastamento para que eu pudesse me dedicar intensamente aos estudos no Doutorado;

Aos amigos do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, que me receberam tão bem;

Não poderia esquecer os eternos alunos do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará, as especiais turmas “2012”, “2013”, “2014” e “2015”, sobretudo a de 2013, que me honrou como professor homenageado. Cheguei à UFPA cheio de medo e de incertezas, mas, aos poucos, percebi que não estaria só, pois tinha uma família, em especial, a Márcia Lavareda, grande amiga, que, prematuramente, descansou no Senhor;

Aos meus alunos do Curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba, turmas maravilhosas para as quais estou tendo a oportunidade de ministrar aulas;

Por fim, a realização de um sonho é sempre coletiva. Por isso, agradeço a todos os que, de alguma forma, torcem e torcerão por mim.

**Reconhece a queda e não desanima, levanta,
sacode a poeira e dá a volta por cima.**

(Paulo Vanzolini)

RESUMO

A pesquisa aborda as relações entre a Teoria da Assemblage e o campo da representação da informação e tece considerações sobre os termos 'ontologia social', 'multiplicidade' e 'composição', à luz das reflexões de Manuel Delanda. Nossa hipótese é de que o campo da representação da informação pode ser ancorado no debate filosófico sobre a questão da Teoria da Assemblage. Tomamos como fundamentação a obra ***New Philosophy Society***, que interliga esse debate do social no Século XXI e propõe um diálogo entre a filosofia de Giles Deleuze e a de Félix Guattari acerca dos aspectos sociais e de suas reflexões sobre a complexidade social. Adotamos como percurso metodológico a pesquisa teórica e a bibliográfica, no entanto, para interpretar a Teoria da Assemblage e o campo da representação da informação, utilizamos o método hermenêutico, para interpretar os conceitos de assemblage e representação da informação. Além dos autores acima referenciados, recorreremos a outros que desenvolveram estudos no campo da Filosofia e que influenciaram Manuel Delanda, principalmente no que se refere aos estudos sobre a complexidade social, porque a representação da informação é a raiz da organização e do uso da informação na Ciência da Informação, especificamente, da informação arquivística, porque nosso intuito foi o de evidenciar seus meios por intermédio da assemblage. Por fim, não menos relevante, visamos à busca filosófica da representação da informação na perspectiva da teoria de Manuel Delanda.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da Assemblage. Representação da informação. Manuel Delanda. Ciência da Informação.

ABSTRACT

The research is approached relations between Assemblage theory and the field of information representation, making a deep approach in the following terms: social ontology, multiplicity and composition, in the light of the reflections attributed to Manuel Delanda. Our hypothesis is that the field of information representation can be reasoned in the philosophical debate about the question of Assemblage theory. The theoretical foundation is based on a book named ***New Philosophy Society***, which links this debate of the social in the 21st century, proposing a dialogue between the philosophy of Giles Deleuze and Felix Guattari about the social aspects and their reflections about social complexity. The methodological procedures include bibliographic and theoretical research. However, it is adopted the hermeneutic method to make the interpretative action of assemblage theory and the field of information representation. This method is referent to the interpretation of the concepts of assemblage and information representation. Besides the mentioned authors, others were used in the research, once they developed studies in the philosophy field and influenced Manuel Delanda, especially in relation to the studies about social complexity because information representation is the root of organization and use of information in Information Science, specifically the representation of archival information, once it is aimed to evidence its means by means of assemblage. Finally, but not less relevant, what it was looked for was the philosophical search of information representation from the theory of Manuel Delanda.

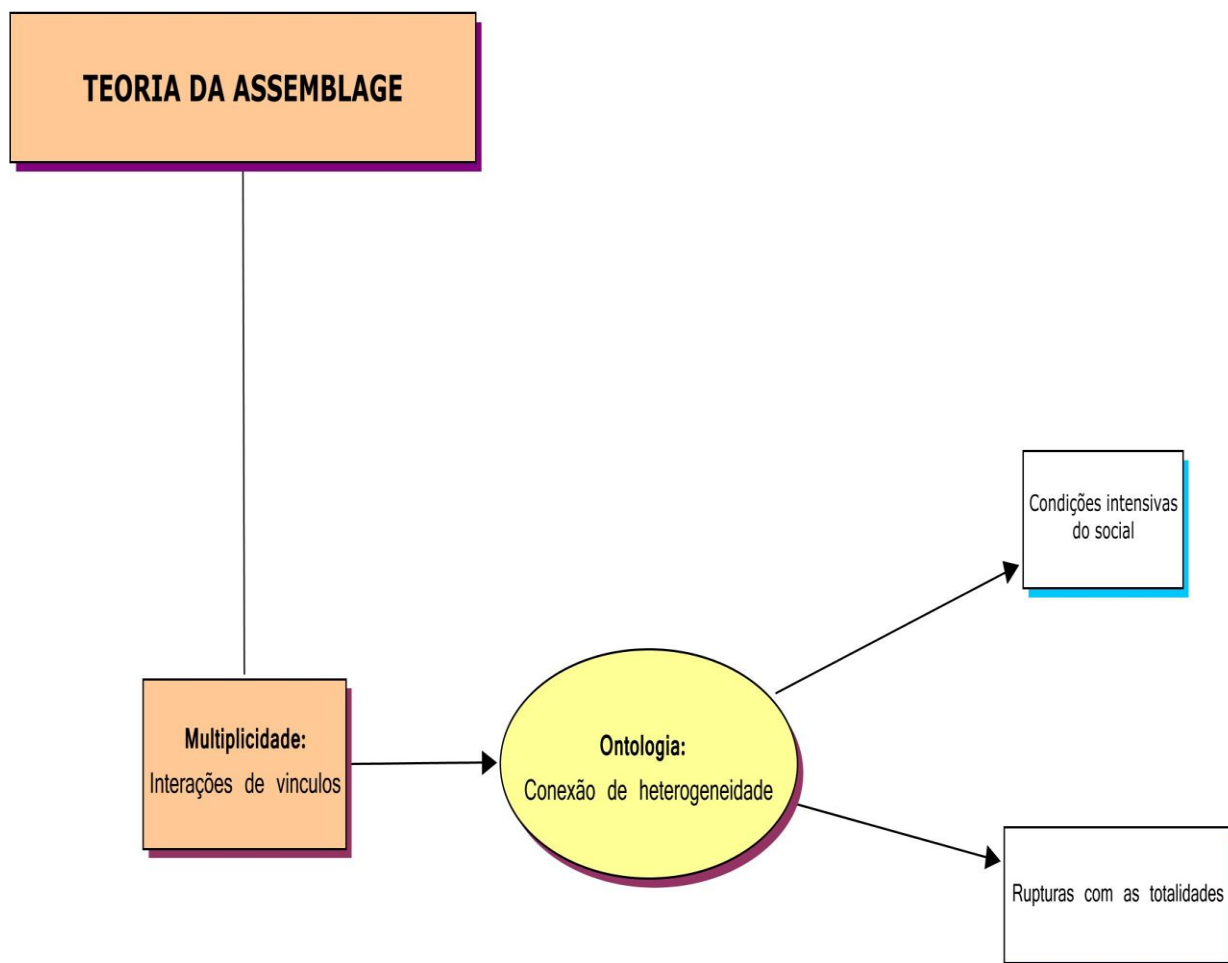
KEYWORDS: Assemblage theory. Information representation. Manuel Delanda. Information Science.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01.....	86
----------------	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Cartografia da tese	23
2 INTERROGANDO O FILOSÓFO: PERCURSO DIALÓGICO DE MANUEL DELANDA.....	24
2.1 MANUEL DELANDA: PERCORRENDO SUA TRAJETÓRIA.....	25
2.2 A HERMENÊUTICA ACERCA DA TEORIA DA ASSEMBLAGE EM DELANDA	35
3 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E SUA APLICAÇÃO NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	49
3.1 INFORMAÇÃO: atributo investigativo da Ciência da Informação.....	50
3.2 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A RELAÇÃO COM A ORGANIZAÇÃO.....	60
3.3 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: o desvelar das coisas.....	70
3.4 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A TEORIA DA ASSEMBLAGE: relações possíveis.....	82
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS.....	101



INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Era um caminho {...}
Não havia traços
De passos no dia
Que por acaso o descobrir
Pedras e raízes iam cobrindo tudo.
O caminho agonizava, morria
Sozinho...
Eu vi...
Porque são os passos que fazem os caminhos!
(Mário Quintana)

Uma pesquisa sobre a representação da informação, na perspectiva de Manuel Delanda, pede, a nosso ver, alguma fundamentação filosófica, porque os filósofos influenciam diferentes teorias e ciências. O olhar que Manuel Delanda lança sobre a Teoria da Assemblage está longe de ser meramente “passivo”, pois ele busca compreender os pormenores que integram a sociedade e a configuração complexa acerca dela.

O conceito de ontologia¹ social é um dos mais relevantes na obra do referido autor. Essa ontologia pode ser considerada o diferencial de sua abordagem, uma vez que ele aponta os elementos constituintes da sociedade, ou seja, os indivíduos e as organizações, em um processo de composição e de decomposição social. Nesse contexto é que buscamos pensar no campo da representação da informação como uma conexão de assemblage.

A assemblage aqui é “ilimitada”, porquanto atua conectando diferentes elementos de uma entidade, que Delanda chama de *campo social*. Desse modo, a representação da informação constrói uma assemblage, isto é, um agenciamento, já que liga vários elementos e comporta uma heterogeneidade de associações da coisa representada.

Assim, a representação da informação é adotada nesta pesquisa para apreendermos sua composição e associação no interior da Ciência da Informação, principalmente na relação do sujeito com o representado. Nas

¹ A ontologia de um filósofo seria um conjunto de entidades. Sendo assim, a ontologia, na percepção de Manuel Delanda, consiste, na maior parte, de uma *reconstrução social* como consequência das multiplicidades. O autor faz dessa multiplicidade seu ponto angular para perceber as intensidades.

últimas décadas, houve uma expansão do termo “representação” na Ciência da Informação.

A representação carrega uma interrogação em seu significado, mormente em virtude da tentação dos rótulos e das definições que o acompanham. De todo modo, buscamos direcionar a representação da informação no contexto arquivístico, porque o representar tem uma relação direta com a descrição arquivística, que consiste em elaborar os instrumentos de pesquisa para recuperar a informação e ter acesso a ela através de um modelo multinível, como iremos expressar no exemplo empírico posteriormente.

Uma função arquivística comumente identificada como arranjo e descrição, processamento e, ocasionalmente, catalogação arquivística. O termo **representação arquivística**, mais precisamente, reúne as funções do arquivista de re(ordenar), interpretar, criar, substitutos e desenhar arquiteturas para sistemas de representação que contêm esses substitutos do próprio material arquivístico ou de suas representações. (YAKEL, 2003, p. 2).

Neste estudo, levantamos um debate sobre algumas questões da atuação da Ciência da Informação, na contemporaneidade, e sua relação com o conceito de representação da informação, mostrando a ontologia social que deságua na organização e no uso da informação. Em suma, na Ciência da Informação, a representação da informação encontra-se abordada nos aspectos teóricos e metodológicos, principalmente com a criação de *termos* para representar e recuperar a informação. Diferentes autores, como Lara (1999); Dodebei, González de Gómez (1993); Guimarães (1990); Ortega (2009); Tálamo, M.F.G.M; Lara, M.L.G.; e Kobashi, N.Y (1992), consideram a representação como um fenômeno imprescindível para a Ciência da Informação. A representação tem uma função relevante, a de promover a organização e a recuperação da informação e o acesso a ela. Essas são ações fundamentais.

O conceito de representação é partilhado por diversos protagonistas, o que nos parece oportuno para *apreender* a representação da informação no contexto da Ciência da Informação e da Arquivologia, principalmente no que diz respeito ao sentido e ao funcionamento/uso, uma vez que, na arquivística, a representação da informação é uma atividade fundamental para facilitar a

organização e a recuperação documental, isto é, a representação arquivística se refere ao planejamento intelectual que visa sistematizar as tipologias documentais para dar visibilidade aos conjuntos documentais nos arquivos.

Ressaltamos, no entanto, que esse entendimento foi constatado em um estudo sobre a Teoria da Assemblage, criada por Manuel Delanda, uma vez que exploramos a postura filosófica do autor em relação aos conceitos de substância, indivíduo, objeto, máquina, composição, decomposição, conexão e heterogeneidade. Assim, ao longo desta tese, pretendemos apontar as relações dessa teoria com o campo da representação da informação e sua relação direta com a representação descritiva da informação em arquivística. Tratamos de identificar os elementos da representação da informação, a qual é resultante de uma ação de expressividade, porque dará interesse de sociabilidade às coisas. Então, podemos pensar na representação da informação como uma infinidade de níveis sociais, ou seja, a representação é produzida por *devires* que são edificados no terreno fértil da sociedade.

O objetivo desta pesquisa foi o de investigar como a Teoria da Assemblage poderia atuar na representação da informação, por meio de um agenciamento, e buscar a possibilidade de ser ampliada, isto é, considerando que a *assemblage* acontece no conceito de representação da informação. Nossa proposta consiste em pensar na possibilidade de ampliar o conceito de representação, já que ele é como um mosaico que está no interior de uma realidade, e é nela em que o ponto da representação da informação poderá ser refletido em diferentes trajetórias de “assemblage” na Ciência da Informação.

Ao tomar a representação da informação como objeto de estudo desta pesquisa, sabemos que é difícil compreender conceitualmente seu significado, no entanto, como ponto de partida, consideramos importante identificar o plano social da representação, na perspectiva da Assemblage de Manuel Delanda, pois a representação pressupõe uma construção social² no ato relacional das coisas e de suas propriedades. Isso quer dizer que “os objetos são coisas que queremos representar, enquanto as propriedades são características dessas coisas” (DODEBEI, 2002, p. 28). Assim, as características e as propriedades

² Se, em um campo social, distinguimos o conjunto das modificações corpóreas e o conjunto das transformações incorpóreas, encontramos, apesar da variedade de cada um, duas formalizações: uma de conteúdo, e outra, de expressão (DELEUZE, 1995, p. 27).

estão presentes nos conjuntos documentais, principalmente quando representamos os fundos através dos níveis de descrição. “A representação arquivística foi, desde o Século XIX, o objeto central da disciplina, uma vez que o Manual de Muller, Feith e Fruin é, antes de tudo, um manual para arranjo e descrição de arquivo” (BARROS, 2014, p.170).

E é por meio desse desenvolvimento que destacamos a relevância e a heterogeneidade que o conceito de representação assume no interior da Ciência da Informação, porque, com os produtos de um representado, o usuário terá acesso à informação de forma qualificada, quando recuperada e usada adequadamente.

A heterogeneidade de aplicações do vocábulo representação o faz de uso incômodo, tanto em Filosofia quanto em Psicologia. É, pois, necessário, quando se fala de representação, especificar em que sentido se emprega o conceito. (FERRATER MORA, 1971.p. 567).

Essa heterogeneidade do termo representação é compreensível na Ciência da Informação, quando se considera que a representação cotejada na área agrega uma rede de associações entre a coisa a ser representada e seus aportes de sentidos sociais. De todo modo, por meio da representação da informação, podem-se encontrar os caminhos para recuperar a informação de forma mais eficaz. Por essa razão, esforçamo-nos para mostrar a multiplicidade da representação. Assim, o tema desta pesquisa encontra-se no âmbito da **representação da informação**, cuja composição procuramos compreender por meio de uma discussão crítica.

Embora o estudo sobre a representação tenha sido desenvolvido na Ciência da Informação, seu advento e aplicação ocorreram em diferentes áreas, como a História, a Filosofia, a Antropologia, a Arqueologia, a Linguística e a Arquivologia, mais recentemente, mormente em razão da necessidade de facilitar a recuperação dos fundos documentais e torná-los acessíveis etc. Nesse sentido, procuramos mostrar sua composição na Ciência da Informação, visto que o universo de criação das coisas se dará no interior da sociedade e em seu benefício. Por fim, delimitamos **o problema** específico desta pesquisa: **Como o campo da representação da informação, ancorado no debate filosófico sobre a questão da Teoria da Assemblage, de Manuel Delanda,**

pode contribuir para se entender a representação arquivística com a interseção da Ciência da Informação?

Neste estudo, partimos de uma abordagem sobre o conceito de representação da informação nas malhas da Ciência da Informação, porque observamos uma demanda crescente de discussão em seu contexto, uma vez que o aporte social da representação é fundamental para a organização, o tratamento, a disseminação e o uso da informação. Nesta pesquisa, consideramos que a representação exerce um papel fundamental no processo de difusão da informação em um aspecto da Teoria da Assemblage a partir de uma ontologia social. Entretanto, se olharmos a via de responsabilidade social da Ciência da Informação, veremos que há uma rede de associações de uma representação com os aportes da assemblage. Então, partimos da **hipótese** de que a representação da informação, ancorada no debate filosófico da Teoria da Assemblage, tem relação com a representação da informação arquivística com a interseção da Ciência da Informação.

A escolha por investigar esse tema se justifica porque consideramos necessário compreender o campo da representação da informação. Cremos que desenvolver um estudo teórico e buscar as associações de continuidade e descontinuidade da representação é fundamental, porque o ato de representar uma coisa envolve a própria dinamicidade das associações sociais, que é produzida numa complexidade que parece real.

O objetivo geral deste estudo foi o de analisar a composição da representação da informação, na perspectiva da Teoria da Assemblage, no contexto da Ciência da Informação, especificamente no âmbito da Arquivologia e suas nuances representacionais. Para isso, elencamos os seguintes objetivos específicos:

A) Delinear a possibilidade de aplicar a Teoria da Assemblage de Manuel Delanda no campo da representação da informação; B) Apresentar um ato relacional da representação da informação com a Arquivologia e o auxílio da Ciência da Informação; C) Relacionar a semiose da representação da informação com a Filosofia.

De acordo com Bell (2008, p. 15), “cada abordagem tem seus pontos fortes e fracos, e cada uma é particularmente adequada para determinado contexto”. Nesse sentido, “o movimento de investigação qualitativa baseia-se

em uma profunda preocupação com a compreensão do que os outros seres humanos estão fazendo ou dizendo” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 205). Para Habermas (1987), a pesquisa social qualitativa é emancipatória e autorreflexiva em um estofo transcendental de compreensão:

As discussões metodológicas em sentido mais restrito sobre a construção lógica de teorias e sobre a relação de teorias com a experiência foram ultrapassadas por investigações (epistemológicas) acerca da construção lógico-transcendental do mundo de sujeitos possíveis e acerca das condições da intersubjetividade da compreensão. (HABERMAS, 2009, p. 144).

A rigor, esse fenômeno requer do pesquisador um “sacerdócio” imprescritível, porque, através das facetas estruturantes de seu olhar, ele terá um potencial investigativo no desenvolvimento de seu estudo, que é produzido nas entrelinhas do saber científico. Segundo Habermas (1987, p. 111), “o método científico nos dá a certeza de que toda e qualquer pergunta, desde que formulada suficientemente exaustiva, deve acabar encontrando uma solução definitiva”. Nesse aspecto, o método é essencial para entendermos o universo da pesquisa. Por meio dele, nós nos aproximamos da problemática que é proposta na dicotomia *sujeito/objeto* e o adequaremos à realidade a ser investigada, e não, aos interesses individuais de quem investiga.

Dentre os perfis teóricos de investigação da pesquisa qualitativa, utilizamos a abordagem hermenêutica como base interpretativa desta pesquisa. Essa ação reflexiva foi fundamental para contextualizarmos os sinais do fenômeno com um olhar compreensivo e crítico. A hermenêutica busca equacionar o sentido condescendente e elucidativo dos fenômenos, por meio das interpretações e das provocações existentes em determinados contextos. “O que chamamos de hermenêutica é uma forma de experiência e, ao mesmo tempo, uma forma de análise gramatical” (HABERMAS, 1987, p.173).

Assim, Habermas (1987) se volta não para as práxis metodológicas do estado positivo³, mas para o método interpretativo das ciências do espírito, ou seja, das Ciências Humanas (*Geisteswissenschaften*).

³ O que ele denominou de “ciências duras”, atualmente seriam as ciências exatas.

A compreensão hermenêutica não pode penetrar sem preconceitos na coisa, mas é incontornavelmente marcada de antemão pelo contexto, no qual o sujeito compreensivo adquiriu de início os seus esquemas interpretativos. (HABERMAS, 2009, p. 299).

De fato, o “ilustrar hermenêutico” contribui para que possamos observar o fenômeno a ser estudado, porquanto compreendemos que é possível aplicar a Teoria da Assemblage no campo representação da informação.

Segundo Habermas (2009), a reflexão sobre o que faz a hermenêutica precisa clarificar previamente o que carece de ser pensado sobre o processo de constituição, em que algo espiritual se objetiva e o quão complementar é a autofundamentação.

Segundo o ponto de vista metodológico, a compreensão de sentido é problemática, quando o que está em questão é a apropriação de conteúdos significativos legados pela tradição: “o sentido”, que deve ser explicitado, tem o status de um fato, de algo empiricamente encontrado de antemão. (HABERMAS, 2009, p. 142).

O estudo do método científico traz essa característica intrínseca de compreender o que deve e o que não deve ser investigado. A metodologia tem esse escopo produtivo e elucidativo de buscar entender as vertentes mensuráveis que são construídas no campo científico. “O método da pesquisa tem-se revelado, de fato, como sendo o de maior sucesso” (HABERMAS, 1987, p.135). A pesquisa qualitativa começa a ser construída a partir da necessidade de se entender a conjuntura da prática do cotidiano, que, em inúmeras vezes, é produzida para compreender a significação do “outro”, por meio da crítica interpretativa, em um contíguo de práxis. Assim, “a hermenêutica equivale à maneira científica do *agir interpretativo do cotidiano*” (HABERMAS, 1987, p. 185).

Nesse viés, o questionamento hermenêutico reivindica uma habilidade no sentido exegético e intencional oriundo das práticas do cotidiano, das relações, das interpretações e das vivências da experiência pessoal. Nesse contexto, a interpretação filosófica da Teoria da Assemblage se tornou relevante para uma possível relação com o campo da representação da informação. Nessas conjunturas interpretativas, os fenômenos são analisados de maneira que possibilite a compreensão dos processos, das características e das

peculiaridades marcantes da realidade a ser analisada, nesse caso específico, o campo da representação da informação e a Teoria da Assemblage.

O pesquisador qualitativo que adentra o universo da hermenêutica e sua multiplicidade constrói uma ponte com o contexto histórico do que é investigado - uma tarefa interpretativa do círculo investigativo. Esse círculo hermenêutico se cumpre por meio de objetos teóricos mediante um apelo analítico e exaustivo do problema a ser analisado. “A hermenêutica concebe a mediação daquilo que o intérprete traz consigo com aquilo de que ele se apropria como um desenvolvimento contínuo daquela tradição cuja apropriação está em questão” (HABERMAS, 2009, p. 237).

Habermas (1987) assevera que o interesse interpretativo está ligado aos seres humanos em todo o seu processo cíclico, que ganha forma na subjetividade ancorada na racionalidade, ou seja, a hermenêutica se refere a uma competência (“*Vermögen*”) através das experiências em um canal comunicável na prática relacional do cotidiano. Notamos, então, que, para esse autor, a pesquisa é uma forma de reflexão em um processo de aprendizagem mensurável e que, “nos processos de aprendizagem, se adapta às suas condições externas de vida; que se exercita, mediante processos formativos, no nexo de comunicação de um modo social da vida” (HABERMAS, 2009, p. 143). Os sinais do processo investigativo são compreendidos na ação interpretativa que visa aos pressupostos em uma realidade teórica que se constitui na autoconservação:

- Ele isola o processo de aprendizagem do processo vital, é por isso que o exercício operatório fica reduzido aos controles seletivos, próprios àquela atividade que se orienta no sucesso.
- Ele garante a precisão e a confiança intersubjetiva, é por isso que a atividade assume a forma abstrata do experimento, mediatizada que está por operações mensuráveis.
- Ele sistematiza a progressão do conhecimento; é por isso que se torna possível integrar não poucas hipóteses universais em conjuntos teóricos relativamente simples. Esses possuem a forma de sistemas enunciativos com caráter hipotético-dedutivo. (HABERMAS, 1987, p.140)

Segundo Habermas (1987), o sujeito da pesquisa se constitui na base de uma intersubjetividade que extrapola o conjunto transcendental da atividade instrumental. Ele deve mostrar uma aporia autocompreensiva, contextualizado,

articulado e transposto em uma teoria exegética, porque, ao interpretar, buscamos uma relação de força entre o sujeito e o objeto a ser investigado.

Embasados nessa construção da ponte hermenêutica, os pesquisadores críticos em um círculo hermenêutico (um processo de análise no qual os intérpretes buscam as dinâmicas históricas e sociais que influenciam a interpretação textual) engajam-se no vaivém do estudo das partes em relação ao todo e do todo em relação às partes. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 288)

Nos atos reflexivos, o sujeito falante perceberá suas “liberdades ou dependências” e suas conexões com o contexto da relação autocompreensiva, visto que aprenderemos a “dominar” nossas próprias pressuposições inconscientes ou elaboradas de investigador, ou seja, uma reflexão sobre o contexto historicizado e que será assegurada ou interpretada pela hermenêutica, “mas somente através de uma reflexão sobre o contexto histórico que, desde sempre, vincula o sujeito que conhece seu objeto” (HABERMAS, 1987, p. 35).

De igual modo, o desenhar hermenêutico assume uma reflexão interpretativa que será desenvolvida pela ação do pesquisador, que filtrará o contexto histórico, que, por sua vez, será o ponto de partida para o que será investigado, nesse caso, a possível aplicabilidade da Teoria da Assemblage ao campo da representação da informação. A hermenêutica proposta por Habermas (1987) é um eixo fundamental na universalidade pretensiosa entre o método e a coisa a ser investigada, ou seja, seus sinais mais complexos.

Dito com outras palavras, Denzin (2006) aborda que a hermenêutica central de muitos trabalhos qualitativo-críticos envolve as interações entre a pesquisa, o/s sujeito/s e essas estruturas sócio-históricas que têm a função de situar o leitor. Compreender a peculiaridade da Teoria da Assemblage e o campo da representação da informação é pertinente porque se encontra atrelada a uma proposta interpretativa que exige do pesquisador uma ação. Nesta pesquisa, essa ação nos levou a compreender, de forma mais pontual, a Teoria da Assemblage.

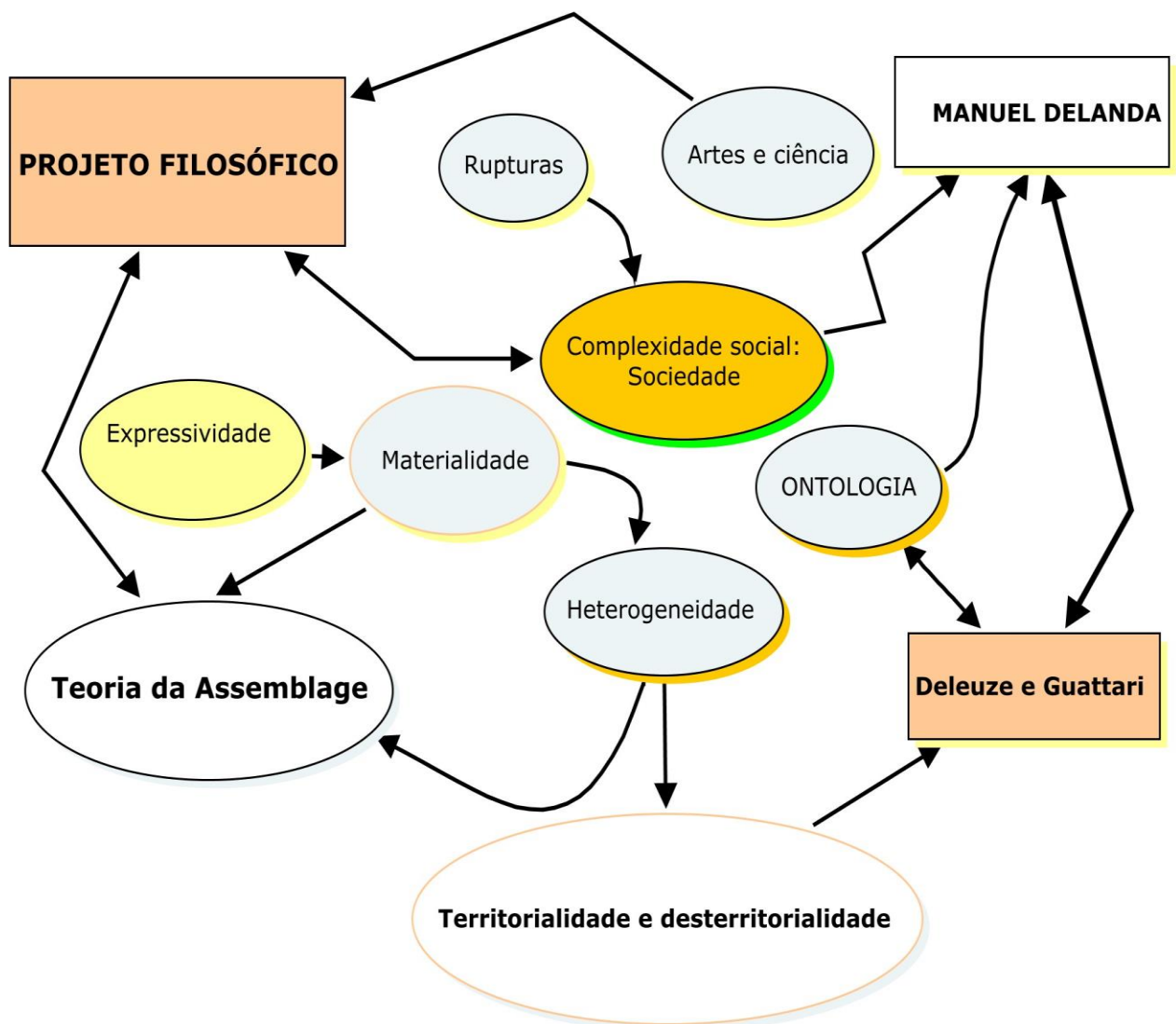
Por fim, o método hermenêutico foi imprescindível para compreendermos o projeto filosófico de Manuel Delanda e uma possível aplicabilidade de sua teoria no campo da representação da informação.

1.1 Cartografia da tese

No que diz respeito à estrutura, esta tese foi dividida em quatro capítulos, incluindo esta **introdução**. No **Capítulo 2** - Interrogando o filósofo: percurso dialógico de Manuel Delanda - tecemos considerações sobre os pressupostos teóricos desse filósofo e sua associação com diferentes teorias e autores. Para isso, aprofundamo-nos na literatura, com o fim de compreender seu projeto filosófico e mostrar seus diferentes retalhos e suas principais obras, como foco na Teoria da Assemblage, tão discutida em suas linhas teóricas.

No **Capítulo 3**, apresentamos os aspectos de formação da Ciência da Informação e problematizamos o seu campo de representação. Nesses itinerários filosóficos, visamos entender as possíveis relações da Teoria da Assemblage com o campo da representação da informação e o conceito representação da informação e sua relação nesse “mundo das coisas”. Também discutimos sobre um modelo empírico de aplicabilidade dessa teoria ao campo da representação da informação, mormente na Arquivologia, com a interseção da Ciência da Informação.

Por fim, apresentamos as considerações finais e a possível aplicabilidade dessa teoria na Ciência da Informação.



**CAPÍTULO 2 INTERROGANDO O FILÓSOFO: O PERCURSO
DIALÓGICO DE MANUEL DELANDA**

2.1 Manuel Delanda: percorrendo sua trajetória

“Se falamos de trajetória, ou de itinerário, estaremos privilegiando o caminho, o percurso” (KOFES, 2001, p.24)

A trajetória é fundamental para destacarmos nossa intenção nesta pesquisa. O conceito de trajetória aqui utilizado refere-se a Bourdieu. Segundo esse autor (1996, p. 292), uma trajetória é uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos”. Nesse sentido, buscamos compreender o percurso social e intelectual de Manuel Delanda, mostrando seu itinerário filosófico.

Em nossas reflexões sobre a trajetória, destacamos nosso afastamento pela ilusão biográfica⁴, pois, ao trazer para o escopo da pesquisa o trajeto de Manuel Delanda, procuramos delinear a construção do seu projeto filosófico e sua relevância social. Essa ideia é fundamental para que possamos entender suas influências filosóficas e as correntes que deram base para a construção da Teoria da Assemblage. Nesse sentido, optamos por adotar a trajetória, com o fim de compreender seu percurso pessoal e profissional. Essa opção se ampara em Bourdieu (1996), ao afirmar que toda

trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus*; cada deslocamento para uma nova posição, enquanto implica a exclusão de um conjunto mais ou menos vasto de posições substituíveis e, com isso, um fechamento irreversível do leque dos possíveis inicialmente compatíveis, marca uma etapa de envelhecimento social que se poderia medir pelo número dessas alternativas decisivas, bifurcações da árvore com incontáveis galhos mortos que representam a história de uma vida.

Em sua análise, Bourdieu (1996) afirma que uma trajetória acontece nas relações entre o indivíduo e o campo simbólico onde ele está inserido, com a objetivação de um percurso social. O que tomou os aspectos filosóficos em

⁴ Não pretendemos mencionar a história de vida, ao contrário, o distanciamento da biografia acontece para evidenciarmos o itinerário do filósofo mexicano. Buscamos compreender o mundo social de sua obra.

Manuel Delanda foi sua incansável busca por compreender o mundo social. Logo, podemos compreender que a trajetória indicada por Bourdieu (1996) leva o agente a agir socialmente no mundo, e é nessa ação que Delanda constrói seu projeto filosófico, exprimindo as disposições do *habitus* presente na sociedade que, em sua filosofia, seriam as entidades coletivas para entender as complexidades sociais.

A Filosofia, para Manuel Delanda, não está num nível de *totalidade* que prende o entendimento da ontologia social. Ao contrário, seu projeto filosófico envolve multiplicidade, relações, composições e assemblages. Daí o motivo de se colocar de forma mais intensa, para entender as relações, os fluxos entre as entidades coletivas e as ontologias no universo da representação da informação. Assim, na compreensão filosófica desse autor, as ciências e as artes têm uma aproximação marcante, especificamente nas análises da realidade social.

A razão é que sua filosofia transita em outros domínios, como na Arquitetura, por exemplo. Salientamos, no entanto, que o projeto de Delanda é colocado através da Filosofia e que ele é fundamentalmente um “artesão” da Filosofia que ousou pensar nas ontologias sociais, pelos retalhos, pelos mosaicos que ele denomina filosoficamente de assemblages. Isso implica levar em consideração sua trajetória filosófica.

Enquanto uma ontologia baseada nas relações entre tipos gerais e instâncias particulares **é hierárquica**, cada nível representando uma categoria ontológica diferente (organismo, espécie, gênero), uma aproximação em termos **de partes e interação e todos emergentes** conduz a uma ontologia achatada, uma feita exclusivamente de indivíduos singulares, únicos, diferindo na escala espaço-temporal, mas não no status ontológico. (DELANDA, 2005, p. 58 tradução nossa)

Em sua trajetória, o autor parece querer criar uma forma viável de realismo social, para se contrapor aos não realistas (construtivistas sociais, idealistas), uma vez que essa questão realista é relevante em suas obras e é como um passo importante para sua filosofia, para estabelecer essa ontologia. Influenciado pelas leituras de Giles Deleuze e Félix Guattari, ele contextualiza a relação entre realismo e materialismo, e a ontologia é um conceito fundamental em sua obra. O autor entende que não há totalidade na “organização como um todo”. As pessoas interagem para produzir as organizações, que são

constituídas na realidade complexa, por meio de relações que não se reduzem ao sentido de uma forma fixa. Por isso é proeminente identificar seu trajeto.

Nascido na cidade do México, em 1952, o filósofo e artista contemporâneo, Manuel Delanda, foi radicado nos Estados Unidos⁵, e mora em Nova York, onde atua como professor de Filosofia contemporânea de algumas universidades, inclusive na Europa⁶. Atualmente é professor adjunto de Filosofia contemporânea e Ciência na escola, na Universidade de Princeton⁷. Atua, ainda, no campo da Filosofia contemporânea, em outras universidades americanas e europeias: de 2003 a 2012, ensinou na Escola de Arte e Design da Universidade da Pensilvânia e foi professor visitante da Escola de Arquitetura da Universidade do Sul da Califórnia, onde lecionou um curso sobre urbanidade; foi professor adjunto da Escola de Pós-Graduação em Arquitetura, Planejamento e Preservação da Universidade de Colúmbia e professor adjunto da Escola de Arquitetura do Pratt Institute⁸.

Começou sua prática como artista trabalhando em cinema; depois, em mídia digital, incluindo design de software e programação, antes de desenvolver seu trabalho em Filosofia. Seu aporte teórico e filosófico é influenciado, principalmente, por uma fusão da obra de Gilles Deleuze com a de Félix Guattari. Delanda, provavelmente, é o mais conhecido autor de Filosofia que pesquisa sobre os efeitos da Arquitetura na Arte em seus estudos sobre o materialismo na História e na Ciência⁹.

⁵ Si estoy en lo correcto, y la teoría social contemporánea está efectivamente volviendo a plantear viejas preguntas, es entonces urgente conocer el pensamiento y el lenguaje con los que algunos teóricos contemporáneos buscan proveer a la sociología de nuevas respuestas. Uno de ellos es precisamente esse *street-philosopher* mexicano Manuel DeLanda, radicado en Nueva York desde la década de 1980, cuando hiciera sus primeras incursiones en la filosofía contemporánea con un medio muy distinto, el del cine. Hoy Manuel DeLanda escribe y enseña filosofía en diversas universidades de Estados Unidos y Europa, y entre otras cosas se ha transformado en algo así como uno de los intérpretes oficiales de Deleuze. (FARIAS, 2008, p. 78).

⁶ Essa contextualização histórica e profissional de Manuel Delanda pode ser encontrada no link <http://egs.edu/faculty/manuel-de-landa>. Utilizamos esse canal devido à escassez de literatura que mencione esse caráter da trajetória do autor.

⁷ Para obter mais informações sobre a trajetória histórica e profissional de Manuel Delanda, consultar o link <http://egs.edu/faculty/manuel-de-landa>. Recorremos a esse canal, devido à escassez de literatura que mencione essa trajetória do autor.

⁸ As considerações históricas sobre Delanda podem ser encontradas no link: <http://egs.edu/faculty/manuel-de-landa>.

⁹ Essa contextualização histórica e profissional de Manuel Delanda pode ser encontrada no link <http://egs.edu/faculty/manuel-de-landa>.

Em meados da década de 1980, Delanda mudou de foco - saiu de suas pesquisas sobre o cinema e foi para o mundo emergente da realidade virtual, ancorado em Deleuze, o que nomeou de virtualidade real, e as possibilidades artísticas oferecidas por esse novo meio (criatividade, inovação e dinamicidade). Com essa abordagem, ele aponta as singularidades virtuais no mundo através de uma heterogeneidade, porque as transformações tecnológicas acabaram influenciando as ontologias sociais, sobretudo a relação do indivíduo com essa nova realidade.

Nesse período, o autor encontrou a filosofia de Gilles Deleuze, que modelou seu pensamento até o presente, bem como a teoria de sistemas complexos materialistas, a noção e o problema da vida artificial. Essa influência específica fez com que Manuel Delanda problematizasse em suas pesquisas o contexto da complexidade social que é predominante em quase toda a sua trajetória teórica. Depois desses encontros, especialmente com Deleuze e Guattari, o elemento dessa ontologia que Manuel Delanda emprega em seu pensamento é que a estabilização na natureza ou substância em geral ocorre em níveis diferentes do pensamento racional (a complexidade).

A filosofia de Manuel Delanda instaura uma instância crítica, cujos artifícios filosóficos levavam, antes de tudo, a repensar as questões sociais. Continuando sua trajetória, percebemos que o fundamental para a interpretação de Delanda é a apropriação da ousada Teoria da Assemblage para uma possibilidade de constituir no campo da representação da informação na Ciência da Informação e na Arquivística. Esse autor tem um vasto número de publicações acadêmicas, no entanto, nesta pesquisa, abordamos as obras que têm uma referência com a Teoria da Assemblage. Não obstante, se, de um lado, a filosofia da multiplicidade proposta por Delanda denuncia os abusos das totalidades, de outro, essa filosofia se configura como uma alternativa para essa concepção. O trajeto filosófico do autor é uma relação heterogênea para se entenderem as práticas sociais.

Delanda entende que sua filosofia deve ser vista como real, isto é, no mundo. Ela existe como tal numa complexidade concreta. Para ele, a assemblage é uma dimensão do real, um ponto de vista sobre os componentes, que cria uma relação de reciprocidade entre as diferentes

propriedades que produzem esses componentes e está conectada em vários níveis, encurtando o distanciamento entre a parte e o todo.

Compreendemos que seu trajeto é cheio de detalhes, uma vez que a base de sua filosofia objetivou mostrar que a assemblage está no real através de uma complexidade. Suas obras são caracterizadas como uma correspondência de relações e reafirmam o caráter ontológico de sua abordagem, apontando para a primazia da realidade social. Essa ontologia de Delanda, influenciada pelas obras de Deleuze e de Guattari, é uma construção teórica que implica o movimento de compreensão do mundo.

É relevante apresentarmos a configuração de seu pensamento a partir de algumas obras específicas. Em 1991, ele publicou uma obra intitulada **War in the age of intelligent machines**, dividida em quatro capítulos principais: Introduction, Collision course, Bloodless transfusion e Policing the spectrum. Nessa obra específica, a discussão perpassa a relação do homem com algumas funções desenvolvidas em um contexto social, como, por exemplo, os sistemas, a inteligência artificial, o avanço das tecnologias, mormente, dos computadores, etc.

Em 1998, ele publicou o artigo **Markets and antimarkets in the world economy**, onde aprofunda uma discussão epistemológica sobre a reconceitualização das chamadas ciências duras, ou seja, as ciências exatas e da natureza, cujas características são a rigidez e a totalidade. Ele aponta que a Ciência é afetada pela História, com resultados que trariam benefícios para a sociedade.

Em 2000, uma nova publicação, **A thousand years of nonlinear history**, dividida em três capítulos principais: Introduction, Flesh and genes e Memes and norms. Nessa obra, Delanda percebe, através de um debate filosófico, as possíveis realidades históricas presentes na sociedade.

Em meados de 2002, publicou uma obra muito interessante - **Intensive Science & Virtual Philosophy – em que** ele apresenta o mundo de Deleuze e explora as colisões dentro da sua filosofia como materialidade, tempo, natureza, tecnologia, ciência, política arte e vida cotidiana.

No ano de 2010, veio **Deleuze: history and Science**, em que aponta um de seus autores filosóficos preferidos - Giles Deleuze. Nesse livro, ele trata da história da humanidade, a partir de dois conceitos cruciais: as redes

interpessoais e as organizações institucionais. Sob seu ponto de vista, as redes e as organizações só podem ser estabelecidas no afetar e ser afetado, ou seja, direitos e deveres são exercícios comuns de uma sociedade, por isso ele procura fazer uma crítica, a partir de Deleuze e de Guattari, às “totalidades”. De sua produção, destacamos a publicada em 2006, **New Pilosophy Society**, composta de cinco capítulos, a saber: 1 - Assemblages against totalities; 2 - Assemblages against essences; 3 - Persons and networks; 4 - Organizations and governments; 5 - Cities and nations, com uma densa e ousada proposta teórico-filosófica sobre a complexidade social, que se tornou um estudo eminentemente filosófico. É nessa obra em que buscamos abarcar o itinerário da assemblage e sua possível relação com a Ciência da Informação e em que o autor busca compreender as ontologias sociais pautadas em diferentes leituras sobre as teorias sociais do final do Século XIX e início do Século XX. Nisso reside, a nosso ver, a característica fundamental da obra, que trata de averiguar os aspectos sociais por outro formato, que ele chama de ontologia social, por meio da Teoria da Assemblage. Nesse sentido, Delanda refere que ter uma assemblage é poder romper com algo fixo, pois a Teoria da Assemblage é acionada pelas variações. Desde o início, Delanda demonstra a preocupação de Deleuze e de Guattari com as composições sociais.

Com base no que até aqui escrevemos sobre Manuel Delanda, é crível identificar duas características principais que estão de forma mais intensa nessa “nova filosofia”. Um dos objetivos centrais de Delanda consiste em criticar severamente a noção de totalidade, uma vez que o conjunto social é estabelecido por relações possíveis, e a assemblage é um conectivo que liga vários elementos.

Por outro lado, o que dará suporte a essa profundidade do autor são suas leituras sobre a Filosofia: que a entidade coletiva ocupa um papel de destaque nas relações sociais. Assim, a ontologia social é um dos principais pontos de partida das reflexões delandianas sobre a sociedade. Ele propõe que pensemos de forma complexa e intensa nas relações dos indivíduos com as entidades, isto é, as organizações, as populações, os sindicatos, a cidade e o Estado, porquanto essas entidades são estabelecidas na intensidade com que se relacionam as partes extensivas. Isso fica claro quando pensamos nos fundos documentais arquivísticos, pois um documento de arquivo só terá efeito

se estiver relacionado a outros, sem dispersão e se mantiver uma composição, o que, na Arquivologia, seria o conjunto documental, logo, interliga a uma assemblage documental.

Ressalte-se, todavia, que o papel do autor está reservado em um novo refazer filosófico como ele próprio nomeia. Assim, esse viés filosófico e artístico é em que nos apoiaremos para pensar na possibilidade de estudar a assemblage no campo da representação da informação, sempre à luz da teoria de Manuel Delanda. Em *New Philosophy Society*, como vimos, ele apresenta-nos considerações sobre as complexidades sociais e deixa bem nítido que as organizações sociais são estabelecidas por assemblages.

Sua obra filosófica sobre a Teoria da Assemblage se apoia expressamente em alguns pensadores como Deleuze e Guattari (1995, 2010), Michael Foucault, Kafka e outros. A taxonomia proposta por Manuel Delanda divide a Teoria da Assemblage em duas dimensões possíveis para se pensar nas ontologias: uma, direcionada à materialidade, e a outra, ligada às expressividades de uma conjuntura social. Assim, compreender Deleuze e Guattari é um dos aspectos fundamentais da filosofia de Manuel Delanda.

Em sua análise, ele prioriza os conceitos de territorialização, desterritorialização e multiplicidade, como veremos adiante. Para ele, a leitura de ambos os autores possibilitaria fazer uma análise mais densa das ontologias sociais, sobretudo para (re)pensar as totalidades. Assim, compreendemos que, ao fazer essas incursões, o autor visou atribuir alcances filosóficos e artísticos, com destaque para o desenvolvimento da Teoria da Assemblage.

Delanda refere que o que move a filosofia de Deleuze e de Guattari, é a busca das rupturas, principalmente por intermédio das manifestações da Filosofia. Essas rupturas também possibilitariam a aproximação teórica entre eles. Assim, tanto quanto para Deleuze e Guattari, o social se revela como o lugar das intensidades.

Para além dos conceitos de territorialização e desterritorialização, ancora-se o de agenciamento e de entidade coletiva de Deleuze e Guattari, que contribui para a Teoria da Assemblage. Talvez por isso se explique o aprofundamento filosófico. Porém essa multiplicidade só aparece

quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto, como realidade espiritual, como imagem e mundo. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 23)

Os autores mostram-se preocupados com as lógicas das relações sociais como algo múltiplo. Sendo assim, reiteramos que sua compreensão serve de base para Manuel Delanda, não só por questões filosóficas desses autores, mas também, posteriormente, pelas relações de interioridade (máquinas, objetos, instituições, organizações) e exterioridade (corpos, desejos, indivíduos, pensamentos).

Em sua leitura sobre Deleuze e Guattari, no conteúdo sobre agenciamento e heterogeneidade, é que, segundo Delanda, dá-se a assemblage, porquanto é portadora de conexões e, atrelada ao social, poderia fazer compreender de forma mais detalhista as ontologias sociais. Nas leituras delandianas sobre a assemblage, considerada na esteira do agenciamento de Deleuze e Guattari, as ontologias existem no real (mundo). Em Manuel Delanda, a busca pelas evidências de ontologias sociais se submete à relação de algo que leve a compreender o social. Assim, a própria entidade (sociedade) concretiza as ações de assemblages.

Aceitar que os referentes de termos gerais sejam alvos em movimentos não enfraquece o realismo social: de maneira a explicar o caso da refugiada, uma pessoa teria que evocar, além de seu conhecimento do sentido do termo “refugiada do sexo feminino”, a existência objetiva de todo um conjunto de organizações (cortes, agências de imigração, aeroportos, portos, centros de detenção), normas institucionais (confinamento, monitoramento, interrogação), formando o contexto no qual as interações entre as categorias e seus referentes acontecem. Em outras palavras, o problema que uma ontologia social e realista levanta aqui não se dá porque os sentidos dos termos gerais (categóricos) moldam a percepção que cientistas sociais têm de seus referentes, criando um círculo vicioso, mas apenas em alguns casos especiais e no contexto das instituições e práticas que não são redutíveis aos sentidos. (DELANDA, 2006, p. 01-02, tradução nossa).

É na obra **New Philoshophy Society** que Manuel Delanda contextualiza a complexidade social e faz uma crítica aos microrreducionismos sociais, em que o todo não interage com as partes nem mantém conexões. Trata-se, em

síntese, da “nova filosofia” concebida na complexidade social, em que são apontadas questões como organizações, instituições, indivíduos e sociedade. Nesse sentido, Manuel Delanda retoma os conceitos de Deleuze e de Guattari e dialoga com sua proposta de compreender o social. Ele refere que, ao fazer uma nova ressignificação filosófica, os autores discorrem sobre suas análises na complexidade social pela Filosofia. Todavia, agenciamento, territorialidade, desterritorialidade, multiplicidade e entidade coletiva são conceitos que dialogam com a compreensão teórica de Manuel Delanda, principalmente à luz da Filosofia.

Ao se apropriar dos conceitos de Deleuze e de Guattari, Manuel Delanda observa que ambos bebem das fontes foucaultianas e de Kafka, expressamente em relação ao conceito de multiplicidade, que tem uma relação direta com a assemblage. Em outro momento, Manuel Delanda pontua os aspectos da complexidade, em razão de a sociedade ser estabelecida por meio de relações intensas, profundas. Para o autor, compreender a sociedade, nessa complexidade, é saber afirmar a composição das assemblages.

O modo de lidar com conceitos complexos como multiplicidade, territorialidade, desterritorialidade, entre outros, revela que Manuel Delanda atentou para questões filosóficas emblemáticas que se estabeleceram na sociedade contemporânea. De fato, ele afirma que a concepção do social só acontece através de relações profundas. Dá-se, na verdade, uma possibilidade de perceber o crível das ontologias sociais. À luz dessa afirmação é que propomos um possível diálogo entre Manuel Delanda e o campo da representação da informação, fazendo um recorte dessa compreensão para a representação da informação arquivística e mostrar, de forma mais pontual, nosso exemplo empírico.

E com a presença da assemblage no real (mundo), surge uma nova possibilidade de examinar as assemblages sociais. Delanda entende que a assemblage reconstitui o movimento das multiplicidades e ressalta que é importante que a assemblage atue nesse contexto que ele chama de realidade complexa. Algumas críticas são direcionadas à Teoria da Assemblage de Manuel Delanda. Uma delas seria em relação ao conceito de ontologia compilado de Deleuze e Guattari, uma vez que Delanda propõe a visualização das entidades coletivas (organizações, instituições, indivíduos, sociedade) com

conceitos muitos complexos. Outra crítica direcionada ao autor se refere ao seu estilo de escrever, que é denso, com terminologias próprias da filosofia “radical” e que coloca o leitor em um jogo de palavras profundas para compreender seu projeto filosófico. Outra crítica atribuída ao pensamento de Delanda é esse trânsito constante entre a Arte, a Arquitetura e a Filosofia.

Nesse sentido, considerando Deleuze e Guattari numa perspectiva delandiana, buscamos alcançar reflexões hermenêuticas sobre a assemblage. A Teoria da Assemblage é peculiar por diferentes sentidos, e um dos aspectos destacáveis é o que remete às relações entre o todo e as partes e o que chamamos aqui de *multinível*. Isso quer dizer que, assim como na Teoria da Assemblage o geral condiciona as particularidades das partes, principalmente por meio da interioridade e da exterioridade, nessa teoria, a rigidez é rompida pelo movimento dos elementos que formam uma complexidade. A peculiaridade da Teoria da Assemblage, com suas possibilidades e aplicações, lembra-nos igualmente da importância de pensarmos nas expectativas de aproximar o campo da representação da informação da Filosofia. Para Manuel Delanda, a Filosofia é criadora e nos possibilita pensar nos pormenores de uma complexidade social - a criação no aparato filosófico ou na arte.

Assim, é oportuno destacar as ideias do filósofo que faz observações importantes sobre a composição social. Ainda de acordo com o autor, existem evidências consideráveis de que a ontologia social não é uma mera soma de totalidades. Para ele, a assemblage, como teoria, é criada filosoficamente e aplicada artisticamente e, por meio dela, tenta-se explicar a complexidade social. Certamente o autor também vai para as artes, pois o artista é um criador que pode improvisar para pensar nessas composições sociais.

Ao longo de sua obra, percebemos indícios de que, para Delanda, os movimentos de organizações sociais, por meio da assemblage, servem como forma de perceber as questões filosóficas por intermédio da arte. Contudo, aqui enfatizamos hermeneuticamente a Teoria da Assemblage, pois, de acordo com Delanda, na questão da assemblage é que se encontraria a raiz para se romper com as totalidades, e é nessa intensidade filosófica que nos voltamos para o campo da representação da informação posteriormente. Adiante, analisaremos, com mais detalhes, a proposta filosófica da assemblage com um olhar interpretativo.

2.2 A HERMENÊUTICA ACERCA DA TEORIA DA ASSEMBLAGE EM DELANDA

A característica mais elementar da leitura delandiana é o fato de propor a compreensão dessa realidade estabelecendo uma nova filosofia, no sentido de considerar que, no interior da sociedade, existe uma relação entre diversos componentes que a formam. Isso significa que a relação entre Delanda e seu itinerário filosófico consiste em dirigir um novo olhar sobre a realidade, ou mais precisamente, proferir uma nova modelagem dela. Nesse sentido, Delanda funciona como um artista filósofo que produz um mosaico teórico para reunir questões tão complexas. E, para fazer isso, ele utiliza a improvisação para fazer a colagem de conceitos complexos e produzir sua Teoria da Assemblage.

O que possibilita o autor a desenvolver e a estabelecer suas orientações básicas da complexidade social é sua inspiração na Arte e na Filosofia. E é justamente essa forma singular de pensar a realidade que constitui a centralidade de sua compreensão. E é nessa pluralidade filosófica que buscamos contextualizar o diálogo entre a representação e sua teoria. Entendemos a filosofia de Manuel Delanda como uma reflexão sobre a realidade, por meio da análise e da crítica sobre a sociedade e suas entidades. O projeto filosófico presente em suas obras trata de construir fundamentos que possam repensar os objetivos e as ações sociais. E é nessa perspectiva que atentamos para a tarefa de pensar na Teoria da Assemblage. Nosso interesse, ao tratar dessa teoria, é o de promover uma possível aplicabilidade na Ciência da Informação.

Ao se aprofundar na teoria de Giles Deleuze e de Félix Guattari, Delanda vê como principal alternativa as totalidades, isto é, a assemblage, pois produzem relações entre diferentes elementos. A maioria das proposições de Delanda sobre a assemblage concerne ao exercício da heterogeneidade ontológica. Sua teoria acena para o rompimento das totalidades. Essas relações de exterioridade implicam para o autor que as partes dos componentes nunca podem ser explicadas por pontos fixos, porquanto as causas das relações não são as características dos componentes, porque não podem ser reduzidos a eles, pois envolvem referências a outras entidades que

o integram, isto é, um componente estabelecido por assemblage tem múltiplas entradas.

Além das exterioridades das relações, a Teoria da Assemblage é caracterizada por duas dimensões principais: uma que define o papel da variável que os componentes de uma assemblage podem desempenhar, e a outra de um papel que se expressa exclusivamente na realidade. As assemblagens estão sempre presentes na complexidade social, ou seja, nas relações de intensidade, e os elementos que compõem uma agência são especialmente complexos. Assim, Manuel Delanda argumenta que os componentes de um conjunto, tanto sociais quanto técnicos, são definidos com a contribuição de outros elementos para estabilizar ou desestabilizar os processos. A problemática desenvolvida pelo autor sobre a complexidade social é, de alguma forma, pautada em certo radicalismo. Sua característica marcante é que, em seu ponto de vista, pensar na intensidade social acarreta, de imediato, rupturas. De acordo com o pensamento de Deleuze e de Guattari,

faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um signifiante, atribuições que reconstituem um sujeito, tudo o que se quiser, desde as ressurgências edipianas até as concreções facistas (DELEUZE; GUATTARI 1995, p. 27).

Entretanto, a noção hermenêutica da assemblage se dá a partir de uma “nova filosofia”, a das interpretações, principalmente na relação entre a sociedade e o indivíduo. Vale ressaltar que Delanda chama à atenção para as intensidades sociais em um fluxo contínuo, uma vez que a sociedade é composta de uma relação plural. Para o autor, a assemblage é uma composição que se forma por termos heterogêneos e estabelece relações entre si, com diferentes elementos, como instituições, indivíduos, organizações e igrejas. Delanda assevera que a assemblage não deve ser pensada como uma “totalidade”, pois essa teoria só pode ser contextualizada por meio interações multiníveis, uma articulação que vai das generalidades às particularidades no interior de uma complexidade.

Para esse filósofo, todas as assemblages têm um histórico, que ele denomina de “identidade”, em que cada uma é uma entidade coletiva, um indivíduo, uma comunidade, uma organização e uma cidade que só existem

através de relações. Entende que estamos sempre lidando com *populações* (de pessoas, pluralidades de comunidades, multiplicidades de organizações, coletividades de centros urbanos, cidades), e é no interior dessas interações que as assemblages emergem como uma consequência.

A ideia de Manuel Delanda é de mostrar que uma assemblage pode atuar como uma fonte ilimitada de recursos para diferentes componentes, por exemplo, a sociedade e todos os elementos que a formam, pois uma assemblage habilitaria uma ação que faz com que as partes interajam umas com as outras, porque são irredutíveis para tornar as propriedades dos componentes emergentes. Isso fica mais evidente quando pensamos na representação da informação arquivística, cuja característica é de ser múltí-nível, porquanto vai das generalidades às particularidades e aproxima elementos distintos.

Assim, a representação da informação arquivística define as relações de organização documental. Entender a representação arquivística e sua finalidade é também perceber que as composições acontecem na elaboração teórica e prática da representação, pois, quando representamos um fundo documental, estabelecemos uma relação entre diferentes elementos (documento, função, estrutura, instituição e a unidade de descrição). Assim, a relação entre a representação arquivística pode ser detalhada se tomarmos o sentido de multiplicidade dos elementos da Teoria da Assemblage. A representação arquivística é uma atividade que permite uma agência entre diferentes componentes, uma vez que ela se estabelece por meio de conexões, como abordaremos no capítulo três.

A territorialização não consiste somente em determinar os limites espaciais de um todo, como no território¹⁰ de uma comunidade, cidade ou Estado, e uma assemblage irá homogeneizar relações entre as partes no interior dessa fronteira. “A territorialização fornece uma primeira articulação dos

¹⁰ A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323).

componentes (DELANDA, 2006, p. 14). Outro parâmetro relacionado à Teoria da Assemblage é **o grau de codificação e decodificação**.

Assim, para o autor, a codificação se configura como o papel exercido pela linguagem na fixação da identidade de um todo social, e “realizada por genes ou palavras, fornece uma segunda articulação, consolidando os efeitos do primeiro e estabilizando ainda mais a identidade da assemblage” (DELANDA, 2006, p. 14). No interior das organizações institucionais, por exemplo, as obrigações e os direitos devem ter uma relação, pois essas organizações são conduzidas por regulamentos pertencentes a um aparelho estatal que produz operações de codificação em seu interior, isto é, as leis que afetam diretamente o território. Exemplo de codificação no Estado: vestimentas, alimentos, maneiras, propriedades, comércio etc. Como assemblage, os Estados territoriais têm uma variedade de componentes materiais e vão de recursos naturais contidos em sua fronteira (carvão, óleo, metais preciosos,) para as populações humanas, com seus costumes e culturas (DELANDA, 2006).

Tal redimensionamento hermenêutico sobre a noção de assemblage apresenta-se, conforme Delanda, imbuído de profundidades em relação ao social. De fato, com a assemblage, é possível perceber o movimento de complexidade de alguns elementos da sociedade, que ele denominou de relações complexas. Delanda (2006) afirma que a assemblage determina a relação entre a sociedade e os espaços percorridos pelos indivíduos. A assemblage se configura como uma composição heterogênea e possibilitaria uma relação no campo da representação da informação arquivística com a interseção da Ciência da Informação.

A nosso ver, a aplicabilidade da Teoria da Assemblage revela-se numa relação intensa. E para compreendermos outros elementos importantes da teoria delandiana sobre a assemblage e seu papel de fundamentação filosófica, devemos esclarecer que um dos pilares de sua filosofia comporta uma ressignificação em relação às teorias sociais.

Manuel Delanda realiza, em diferentes momentos, uma profunda revisão crítica sobre os critérios de natureza orgânica - os organismos e sua relação entre o todo e as partes, conforme afirma:

De fato, a razão pela qual as propriedades do todo não podem ser reduzidas às suas partes é que elas são o resultado não de uma agregação das propriedades dos próprios componentes, mas do atual exercício dessas capacidades. Essas, de fato, dependem das propriedades dos componentes, mas não podem ser reduzidas a elas uma vez que envolvem as propriedades de outras entidades com que interagem. Relações de exterioridade garantem que as **assemblages** possam ser decompostas ao mesmo tempo em que permite que a interação entre as partes resulte em verdadeira síntese. (DELANDA, 2006, p. 11, **grifo nosso**).

Para o filósofo, a Teoria da Assemblage, basilar no agenciamento¹¹, é uma filosofia que rompe com os componentes de uma totalidade, como já dissemos. O conceito de assemblage traz em seu cerne uma divisão não hierárquica das ontologias sociais. Manuel Delanda é considerado um filósofo realista, sobretudo em sua crítica ao contexto das totalidades orgânicas. No que diz respeito aos conceitos da filosofia de Deleuze e Guattari para verticalizar as formações sociais, em sua obra, são entendidos como interioridade e exterioridade.

Enquanto no essencialismo taxonômico o papel da análise é puramente lógico, decomposto o gênero nas espécies que o compõem através da sucessiva descoberta de diferenças necessárias, por exemplo, **na Teoria da Assemblage a análise precisa ir além da lógica, envolvendo as intervenções causais na realidade, como as lesões feitas a um órgão dentro de um organismo**, ou o envenenamento de enzimas em uma célula, seguindo por observações dos efeitos no comportamento do todo. (DELANDA, 2006, p. 31 **grifo nosso**).

A Teoria da Assemblage, manifestada, segundo o autor, em uma “complexidade”, não comporta totalidades como comportamento de um todo que não interaja com as partes. É por esse viés da assemblage, profundamente rica de cuidados, que se dá a leitura de Delanda sobre as ontologias sociais e seus elementos. Para o autor, a ideia de assemblage envolve o que é produzido pelo indivíduo considerando-se as partes sem privilegiar a fixidez.

¹¹ Um agenciamento, em sua multiplicidade, trabalha forçosamente, ao mesmo tempo, sobre fluxos semióticos, fluxos materiais e fluxos sociais (independentemente da retomada que pode ser feita dele num corpus teórico ou científico. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 45).

Toda assemblage repousa em um ato de instituir uma multiplicidade ontológica entre as categorias e os referentes, uma vez que a complexidade social, para Delanda (2002; 2006), não é dada, mas criada, inventada. Delanda contribui intensamente com a Filosofia, a Arte e a Ciência nessa contemporaneidade. Ele diferencia dois conceitos importantes: o de heterogeneidade e o de complexidade. Segundo Delanda (2006), a sociedade só existe no *real*, que ele chama de *mundo*, e o que vemos na sociedade é sempre uma relação das ontologias sociais em seu desdobramento de ações e relações com vários outros elementos. Isso porque não existe uma sociedade isolada, hermética, posto que toda sociedade se perfaz como coletividade por meio de relações intensas. Como exemplo do que se constrói em sua filosofia, Delanda buscou aprofundar-se nos aspectos sociais. Afastando-se da concepção orgânica/sistêmica, segundo a qual, as totalidades dos elementos se estabelecem, ao se relacionar com Deleuze e Guattari (1995), adota como ponto central de estudo as linhas de fuga¹², isto é, as heterogeneidades, para romper com essas totalidades fixas, o que demonstraria seu lado realista.

A ontologia social pensada por Delanda é a apresentação direta da assemblage ligada aos aspectos sociais. Em outras palavras, a assemblage não se estabelece com eixos fixos, no sentido de uma totalidade, sem estabelecer relações, pois, fora desses eixos, ela significa para Delanda a possibilidade de perceber a complexidade social por associações. Dessa forma, as questões da realidade ontológica é que marcarão seu desenvolvimento filosófico e artístico. A rigor, essa análise do social é condicionada por alguns elementos fundamentais, como os indivíduos e suas práticas cotidianas na sociedade, como as entidades coletivas. De igual modo, nessa teoria, Delanda (2006) tenta direcionar esses segmentos sociais de forma teórica.

Uma das características relevantes da Teoria da Assemblage é que ela descreve o social a partir dos elementos heterogêneos, porque o social não

¹² A linha de fuga marca, ao mesmo tempo, a realidade de um número de dimensões finitas que a multiplicidade preenche efetivamente; a impossibilidade de toda a dimensão suplementar, sem que a multiplicidade se transforme segundo essa linha; a possibilidade e a necessidade de achatar todas essas multiplicidades sobre um mesmo plano de consistência ou de exterioridade, sejam quais forem suas dimensões (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 25).

pode ser meramente explicado sem profundidade, e o funcionamento de uma sociedade será constituído, segundo Delanda, por uma relação de encontro entre variados elementos. “A ontologia social” é a condição de um processo entre diferentes elementos (DELANDA, 2006).

A assemblage está diretamente associada às relações sociais e são desenvolvidas por partes integradoras de uma conjuntura social. Ela está no interior da sociedade, em conexão com diferentes elementos de uma realidade complexa. Nesse sentido, Delanda (2002) chama essa relação de interioridade e afirma que a Teoria da Assemblage consiste em perceber as direções de heterogeneidade dos processos sociais e que não devem ser ponderadas por um reducionismo de pontos ou posições fixas, pois a sociedade varia de acordo com as necessidades. Para o autor, o processo de complexidade social da realidade implicará sempre as relações estabelecidas entre os sujeitos e as ontologias.

Lo que debe de ser rebasado es más bien el microrreduccionismo (reducir todo al individuo racional, por ejemplo, o a la experiencia fenomenológica) y el macrorreduccionismo (reducir todo a la estructura social y hacer a la persona un mero epifenómeno). La distinción micro/macro puede ser mantenida mientras sea relativa a cierta escala: las personas son micro como componentes de comunidades, las cuales serían macro; pero las comunidades son micro si hablamos de coaliciones de comunidades, como se dan en los movimientos de justicia social. (FARÍAS, 2008, p. 79).

O que motivou Manuel Delanda a desenvolver um estudo sobre as assemblages foi a influência de Deleuze e de Guattari, numa crítica aos pressupostos estabelecidos na sociedade contemporânea, principalmente no que se refere ao contexto econômico, político, ético e institucional, e poderíamos acrescentar, o informacional, com o contorno da virtualidade. Tendo isso em vista, acreditamos que a assemblage é a base de sua nova filosofia.

Esse conceito, provavelmente o mais famoso de Deleuze e Guattari, nem sempre é bem compreendido. Por si só, é um manifesto: uma nova imagem do pensamento destinada a combater o privilégio secular da árvore que desfigura o ato de pensar e dele nos desvia (a introdução de Mil platôs, intitulada

"Rizoma", foi publicada separadamente alguns anos antes do livro; a noção surge pela primeira vez no *Kafka*). É flagrante que "muitas pessoas têm uma árvore plantada na cabeça" (MP, 24): quer se trate de se buscar raízes ou ancestrais, de situar a chave de uma existência na infância mais remota, ou ainda destinar o pensamento ao culto da origem, do nascimento, do aparecer em geral. Genealogistas tradicionais, psicanalistas e fenomenólogos não são os amigos do rizoma. O rizoma diz ao mesmo tempo: nada de ponto de origem ou de princípio primordial comandando todo o pensamento; portanto, nada de avanço significativo que não se faça por bifurcação, encontro imprevisível, reavaliação do conjunto a partir de um ângulo inédito (o que distingue o rizoma de uma simples comunicação em rede - "comunicar" não tem mais o mesmo sentido, ver UNIVOCIDADE DO SER); tampouco princípio de ordem ou de entrada privilegiada no percurso de uma multiplicidade (para esses dois últimos pontos, ver COMPLICAÇÃO e a definição acima: "Ele não é feito de unidades, mas de dimensões". (ZOURABICHVILI, p. 52)

Para Delanda (2006), o filósofo realista deve subverter o pensamento orgânico/sistêmico, o que significa recusar o primado de uma totalidade, de um modelo que não interage. A configuração realista em que ele se inclui não concebe a realidade como um organismo fixo (característica idealista), mas como uma correlação de reciprocidade entre as generalidades dos elementos e suas particularidades. Todavia, os elos de uma assemblage devem ser constantemente mantidos para constituir as variedades de diálogos, as quais vão até atos rotineiros, como apontou Delanda (2006), como jantar juntos, ir a uma igreja e partilhar felicidades ou angústias.

Ao pensarmos na Teoria da "Assemblage", procuramos as agências que formam o conceito de representação na Ciência da Informação, especificamente da representação da informação arquivística, os componentes da representação e as conexões do conjunto documental do que é representado. Quando assumimos que a representação da informação é constituída de uma "assemblage", colocamos em evidência seu aspecto de multiplicidade, isto é, uma conexão do geral para o particular.

Na Ciência da Informação, a análise e a aplicação da Teoria da Assemblage pressupõe um movimento de perceber como os fenômenos informacionais estão sendo representados nesse real (mundo), uma vez que ela permite compreender o desenvolvimento de alguns elementos sociais. Posto isso, interessa-nos apontar que a representação da informação existe

como uma agência, porquanto passa pela intensidade dos encontros do indivíduo com a sociedade e das proximidades do arquivista¹³ com a realidade ontológica. Então, essa teoria é relevante para fazermos a conexão da representação da informação com a ontologia social. Nesse contexto, a Teoria da Assemblage entende que a entidade social é construída por questões complexas que implicam diretamente as relações cotidianas.

Entendemos que, por meio da Teoria da Assemblage, podemos pensar nas intensidades das conexões de uma construção social e nas articulações que estão se estabelecendo na Ciência da Informação, isto é, as relações de organização informacional, de responsabilidade social e política informacional.

En la teoría de los ensamblajes la cuestión de la exterioridad se da, primeramente, en la concepción de la relación parte/todo. Las relaciones entre partes son de interioridad si las partes son constituidas como tales por el papel que juegan en el todo. En otras palabras, si las partes se constituyen mutuamente por sus relaciones de interioridad, entonces son inseparables del todo (una parte separada deja de ser lo que es) y el todo se vuelve indivisible. **Pero en un ensamblaje un componente** sí se puede separar y volverse parte de otro ensamblaje. Las relaciones de exterioridad entre partes son interacciones en las que las partes ejercitan ciertas capacidades de afectar, y de ser afectadas por, otras partes, pero el ejercicio de esas capacidades no determina su identidad. Aquí la distinción que importa es entre propiedades y capacidades. (FARÍAS, 2008, p. 79 **grifos nossos**)

A Teoria da Assemblage é situada em um contexto de transformação, ou seja, um tipo de composição feita por várias agências. Assim, Delanda enfatiza as implicações dos fenômenos sociais. Nesse foco, a “assemblage” seria um elemento fundamental para compreendermos a representação da informação.

La noción de ensamblaje está diseñada para pensar todos [totalidades] como hechos de partes heterogéneas. Una organización institucional, una universidad o un hospital, por ejemplo, está compuesta no sólo de gente, sino de escritorios, sillas, paredes, puertas, ventanas, máquinas de comunicación y transporte, licencias y certificados, y muchas otras cosas además. (FARÍAS, 2008, p. 83)

¹³ O arquivista, nesse contexto, é responsável por todo o processo de gestão documental, cuja base se coaduna, de forma pontual, com os documentos produzidos institucionalmente para a sociedade. Assim, aproximando-se da assemblage, o arquivista tem a função de promover multiplicidade, e agência, ou seja, ele aproxima o documento arquivístico produzido das organizações.

Outro ponto a ser destacado é que Delanda (2006) rompe com a linearidade (fixação) dos processos sociais e, apoiado em Deleuze e em Guattari, desloca-se para as variações (o múltiplo). No âmbito dessa teoria, Delanda confirma o pensamento deleuziano de que o social é, precisamente, uma heterogeneidade de agenciamento.

Essa “nova filosofia” se divide entre uma complexidade social e as relações que a formam na fronteira das grandes discussões sociológicas do final do Século XX e início do XXI, a saber: organismo institucional, entidades, sociedade, política, indivíduos e toda conexão que se aloca nesse social. Nesse contexto, Manuel Delanda pensa no social como uma composição de relações, ou seja, o conjunto de elementos que estruturam a sociedade, as pessoas, as máquinas e a natureza.

Um dos interesses investigativos de Delanda (2006) é de perceber as operações dessa complexidade social, suas disjunções, seus elementos e suas características. O efeito desse processo de complexidade social se constitui por meio de uma relação que funciona no interior da sociedade. Na visão de Delanda (2006), o ponto da complexidade social é importante, pois nos faz perceber o escopo social da Ciência da Informação. Ao contextualizar esse processo de uma complexidade, ele está mostrando a relevância de sua teoria.

A assemblage, como aponta Delanda (2006), envolve relações intensas a partir de uma ontologia social. Isso acontece porque a sociedade comporta elementos conexos, como a máquina, o sujeito e a natureza, que fazem os produtos sociais funcionarem. Portanto, essa complexidade direcionada por Delanda não cessa de produzir “novas” relações.

A Teoria da Assemblage ou associação, dois meios de expressão especializados são vistos como a base para um segundo processo de síntese. Enquanto territorialização fornece uma primeira articulação dos componentes, a codificação realizada por genes ou palavras fornece uma segunda articulação, consolidar os efeitos do primeiro e estabilizar ainda mais a identidade dos organismos assemblages Y biológicos são exemplos de conjuntos sintetizados através de ambos territorialização e de codificação, mas tão muitas entidades sociais, como organizações hierárquicas (DELANDA, 2006, p. 15 **tradução nossa**).

De igual modo, a assemblage é uma possibilidade importante para ser introduzida na área, porquanto essa teoria se manifesta e surge da necessidade de compreender as complexas e variadas composições de uma sociedade. No caso da Ciência da Informação, a representação e sua profusão social refletem em uma relação intensiva entre categorias e referentes de uma coisa a ser representada. A representação da informação relacionada à Teoria da Assemblage faz com que funcionem as conexões de organização da informação.

De acordo com Delanda (2006), o social é o lugar onde as diferenças se encontram, e a proposta de uma nova organização social derivada da assemblage é, talvez, o tópico mais instigante de introdução dessa teoria na Ciência da Informação, porque as relações sociais são estabelecidas por agências. A representação da informação se agencia por meio do movimento múltiplo de uma funcionalidade social e funciona atribuindo característica e propriedade às coisas. Contudo, é fundamental entendermos essa heterogeneidade e sua agência social, visto que analisamos o universo do múltiplo no interior da Ciência da Informação, especificamente da representação da informação arquivística. A Teoria da Assemblage se configura por reunir vários elementos sociais.

Na filosofia delandiana, fazer entender a heterogeneidade é fundamental, pois, para ele, é sob esse prisma que o processo de complexidade da realidade ontológica é estabelecido através das intensidades entre diferentes elementos. A heterogeneidade é o que se mostra para além de uma linearidade ou estagnação dos componentes que formam esse social, logo, não existe representação da informação que não seja pela ação de uma multiplicidade que faz funcionar os diferentes componentes do que se representa.

Manuel Delanda (2002) contextualiza que a heterogeneidade vai tecendo uma imersão no interior da sociedade, ligando vários componentes que estão inseridos em uma realidade possível. Isso significa que a heterogeneidade é uma operação que torna os quatros elementos da Teoria da Assemblage críveis.

E é por causa da tenacidade desse círculo que o conceito de heterogeneidade deve ser cuidadosamente construído, justificando cada passo na construção pelo caminho que evita

as armadilhas do essencialismo. Para antecipar a conclusão a que vai chegar depois de uma longa e técnica jornada de definição: a heterogeneidade especifica a estrutura de espaços de possibilidades, espaços que, por sua vez, explicam as regularidades exibidas por processos morfogénéticos. Vou começar por definir uma noção adequada de "espaço", uma noção que não deve ser puramente (DELANDA, 2002, p. 10 **tradução nossa**).

O termo "heterogeneidade" está diretamente envolvido nos aspectos teóricos da teoria de Delanda, porquanto designa um espaço para se compreender o que é fundamental no interior da sociedade. No entanto, para o autor, esse conceito de heterogeneidade tem uma função específica – a de mostrar que as "ontologias" não se formam na sociedade por uma "essência". Ao fazer essa relação, Delanda (2002) faz uma ligação íntima entre as propriedades das entidades e suas diversas dimensões. Ele refere que a "heterogeneidade" designa um processo para explicar as concepções de relação dos fenómenos sociais.

Tudo isso tem consequências para a capacidade de evoluir através de mutação e seleção que cada um desses dois processos de associação pode ter. Se reunindo organismos seguido um padrão de linha de associação, mutações aleatórias teria que ocorrer simultaneamente em combinar peças, canais e procedimentos, a fim de produzir uma entidade viável no qual a seleção natural poderia operar (DELANDA, 2002, p. 56 - **tradução nossa**).

Nesse sentido, Delanda trata da heterogeneidade, sobretudo quando se liga a Deleuze e a Guattari, como vimos, "não há heterogeneidades ou duas máquinas, mas um único e mesmo agenciamento maquínico que corresponde ao complexo" (DELEUZE, 2011, p. 62).

No que se refere ao propósito de Delanda, a heterogeneidade é a reunião de vários elementos que nos possibilitam entender os componentes das organizações sociais. "Por outro lado, uma solução para o problema micro-macro, em termos de uma heterogeneidade de entidades sociais operando em níveis intermédios de escala, exige algumas palavras para esclarecer o significado da expressão 'larga escala' (DELANDA, 2006, p. 06 **tradução nossa**).

Delanda refere que a heterogeneidade vai tecendo uma imersão no interior da sociedade, ligando vários componentes que estão inseridos em uma realidade possível; é uma operação que torna os quatro elementos da Teoria da Assemblage possíveis.

E é por causa da tenacidade desse círculo que o conceito de heterogeneidade deve ser cuidadosamente construído, justificando cada passo na construção pelo caminho que evita as armadilhas do essencialismo. Para antecipar a conclusão a que vai chegar depois de uma longa e técnica jornada de definição: a heterogeneidade especifica a estrutura de espaços de possibilidades, espaços que, por sua vez, explicam as regularidades exibidas por processos morfogenéticos. Vou começar por definir uma noção adequada de "espaço", uma noção que não deve ser puramente (DELANDA, 2002, p. 10 **tradução nossa**).

Assim, entendemos que o termo 'heterogeneidade' está diretamente envolvido nos aspectos teóricos da teoria de Delanda, pois designa um espaço para compreender o que é fundamental no interior da sociedade. Para Delanda (2006), o conceito de heterogeneidade tem uma função específica – a de mostrar que as “ontologias” não se formam no interior da sociedade por meio de uma “*essência*”. Ao trazer o escopo da heterogeneidade, Delanda pretendeu mostrar que essas “ontologias” são produzidas por processos, movimentos, variações e linhas.

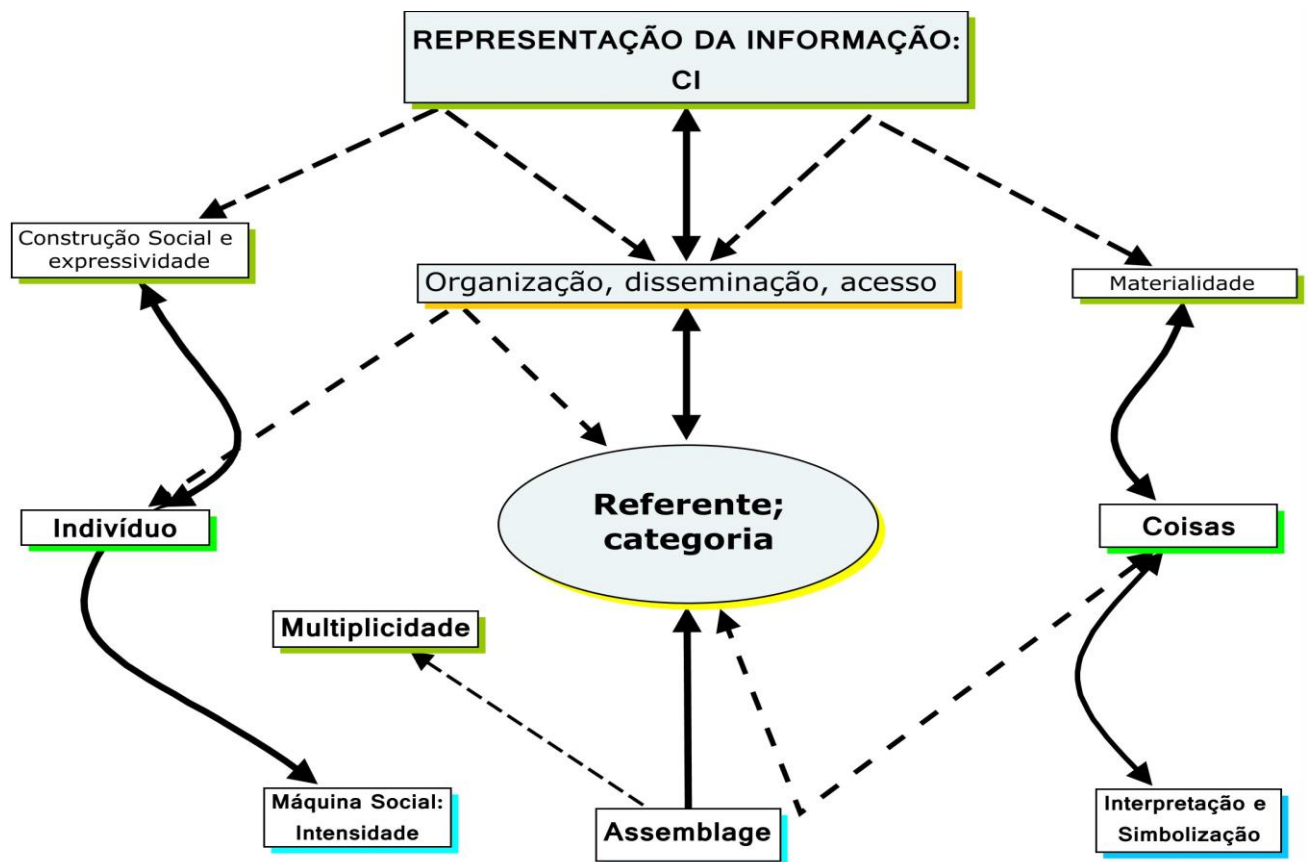
Esse autor percebeu que a sociedade é um lugar em que a assemblage se forma rapidamente, por meio das relações entre o social e o individual, sobretudo no que se refere às dimensões das organizações sociais - “a multiplicidade. No entanto, são muitas dimensões que ela pode ter... Nunca tem uma dimensão suplementar ao que transpirou sobre ela” (DELANDA, 2002, p. 13 **tradução nossa**). Assim, o autor aponta que a multiplicidade está no real e é constituída pelo número de dimensões que a formam.

A representação, como um processo de heterogeneidade, transforma o sentido dos objetos, isto é, no ato de representar, várias dimensões estarão sempre envolvidas. Podemos relacionar o conceito de representação da informação a essas dimensões abordadas pelo autor, pois conduz um movimento múltiplo do representado que é encontrado no próprio meio da

complexidade social. Por fim, a heterogeneidade é colocada na Teoria da Assemblage como uma ação real.

As representações orientam as ações práticas das pessoas, são delas que provêm as ligações entre sujeito e objeto de conhecimento. Essas representações se apresentam como um conjunto de imagens com significados de um determinado objeto de representação (fatos, situações, sujeitos e coisas) e são compartilhadas com os outros indivíduos que participam do mesmo grupo. Representar, nesse sentido, não é reproduzir simplesmente um objeto tomado apenas como referência de sua estrutura ou sua forma. Representar envolve uma relação com os elementos disponíveis no fenômeno observado e as representações já construídas e assentadas na consciência do grupo. (ALMEIDA, 2005, p. 35 grifos nossos).

Ressaltamos, contudo, que a Teoria da Assemblage de Delanda (2006) é significativa para entendermos a representação da informação, que opera uma mudança sobre o que se representa, ou seja, na natureza das coisas. Por fim, é fundamental apontarmos a conjuntura atual da representação e suas possíveis aplicações na Ciência da Informação.



**CAPÍTULO 3 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E SUAS
APLICAÇÕES NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

3.1 INFORMAÇÃO: atributo investigativo da Ciência da Informação

Ao pensar sobre a informação, é sobremaneira importante falarmos sobre a Ciência da Informação, e embora tenhamos a convicção de que o debate sobre sua “origem” ou atuação já tenha sido superado na área, é imprescindível apontar sua funcionalidade e verificar a presença da Ciência da Informação em diversas regiões do Brasil.

É a ciência que estuda de forma transversal os fundamentos teóricos, históricos e epistemológicos da informação, bem como perspectivas em gestão, processos, fluxos e tecnologias de informação no âmbito dos usuários e centros da informação constituindo de forma associativa ou isolada pragmatismos técnicos e sociais com a finalidade de compreender e dar vazão resolucional para problemas em informação. (SILVA, 2014, p. 112).

A Ciência da Informação vem se consolidando, nos últimos anos, como área social e científica, devido à sua característica nessa sociedade que produz informações com muita intensidade, portanto, a Ciência da Informação faz uma composição informacional no mundo da organização. Segundo Miranda (2011, p. 17),

a Ciência da Informação tem origem no fenômeno da explosão da informação, ligado ao renascimento científico depois da 2ª Guerra Mundial e no esforço subsequente de controle bibliográfico e de tratamento da documentação implícita no processo. Teria surgido, conseqüentemente de uma práxis específica no âmbito da indústria da informação, na tentativa de organizar a literatura científica e técnica por meio de serviços e produtos para comunidades especializadas (MIRANDA, 2011, p. 17). **(grifo nosso)**

Nesse sentido, a Ciência da Informação deve ser longamente referida a uma constante transformação, uma vez que busca justificar sua construção científica. Essa confluência científica da área nos sugere um modo comum da Ciência da Informação, isto é, seu caráter social, delimitada pela crescente preocupação em resolver os aspectos de organização, disseminação, uso e recuperação dessa sociedade informacional.

Para Pinheiro (2005), a Ciência da Informação teria dupla raiz, a bibliografia/documentação e a recuperação da informação, que seriam o

espectro fundante da área. Na visão de Saracevic (1996), o fundamento da Ciência da Informação estaria no bojo da revolução científica e técnica da Segunda Guerra Mundial. Wersig e Nevelling (1975) pontuam que a área se desenvolveu por um canal histórico e devido aos problemas informacionais que foram se modificando ao longo do tempo, uma vez que a responsabilidade social seria o imprescindível da Ciência da Informação.

González de Gomes (2011) traçou a origem da Ciência da Informação em dois níveis de desenvolvimento: o heurístico e o histórico e cultural. A autora apresenta uma discussão filosófica em que aponta a constituição da Ciência da Informação como uma área científica, pois envolve vínculos acentuados dentro de uma complexidade social como “exporiam claramente os vínculos entre economia, tecnologia e a política, além de incorporar o ponto de vista dos participantes e dos arranjos comunicacionais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011, p. 205). Assim, ela refere que a Ciência da Informação se incorpora a uma epistemologia social, no desenvolvimento de ações informacionais como elemento democratizador da sociedade.

Com efeito, o requisito de uma Ciência da Informação social cresceu de forma muita intensa e se tornou um dos elementos principais de sua expansão. Dessa forma, carrega em sua teia teórica e prática uma responsabilidade social a partir de atividades coletivas, como enunciou González de Gomes (2011).

As proposições de *ser* da Ciência da Informação a solidificaram como campo científico. Assim,

na civilização que se preparava para uma nova era, pós-industrial ou sociedade da informação, a Ciência da Informação foi **sendo germinada**, tendo como vetor a já mencionada “explosão bibliográfica” ou “caos documentário”, duas expressões, cantadas e decantadas na literatura da área que nos remetem, mais uma vez, à Bibliografia e Documentação (PINHEIRO, 2002, p. 72). (grifo nosso)

Shera (1968) assevera que, sob o ponto de vista da Ciência da Informação, sua organização está ligada aos sistemas tecnológicos:

Es una rama de la investigación que toma su sustancia, sus métodos y sus técnicas de diversas disciplinas para llegar a la comprensión de las propiedades, comportamiento y circulación de la información. Abarca el análisis de los sistemas, los aspectos lógicos de la información y de la comunicación, de los

medios de información y del análisis lingüístico de la organización de la información, de la relación hombre-sistemas, etc. (SHERA, 1968 p. 95).

Considerando o que foi exposto, percebemos que a Ciência da Informação vai avançando interdisciplinarmente como um saber científico por variados contextos, logo, tem um papel social relevante na contemporaneidade. Nesse sentido, seu crescimento e estrutura se associam às transformações da sociedade onde o conhecimento, a comunicação e os sistemas de significado, assim como o uso de linguagens, passaram a ser considerados como objetos de pesquisa científica e domínios de intervenção tecnológica (GONZALEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 7). O advento da Ciência da Informação também se relaciona com a explosão informacional.

No início, a Ciência da Informação foi direcionada exclusivamente à explosão da informação em ciência e tecnologia. No entanto, logo se expandiu para outras áreas, incluindo negócios, humanidades, direito e, eventualmente, qualquer área da atividade humana. Em todas as áreas, o fenômeno da explosão da informação é contínuo e acelerado até hoje, especialmente nos ambientes digitais e web (SARACEVIC, 2009, p. 5). **(grifo nosso)**

Sousa (2011), ao compreender as ações epistemológicas e interdisciplinares, aponta que, na Ciência da Informação, seu movimento se encontra no movimento de pesquisadores. Para o autor, essa base interdisciplinar é a relação da Ciência com outras áreas do conhecimento que vai solidificando sua base teórica. Nesse sentido, ele ressalta:

Em uma abordagem cronológica, pode-se dizer **que a origem mais remota do campo disciplinar da Ciência da Informação** se encontra na história da Biblioteconomia, uma vez que essa se apresenta como campo de onde emergem a Bibliografia e, posteriormente, a Documentação. Contudo, faz-se necessário destacar preliminarmente que a Biblioteconomia defendida como origem da Ciência da Informação por Jesse H. Shera corresponde à vertente da Biblioteconomia Especializada norte-americana, que se aproxima das questões relacionadas à documentação em detrimento da tradicional e secular Biblioteconomia (SOUSA, 2011, p. 122). **(grifo nosso)**

A origem da Ciência da Informação é produzida por meio de um fortalecimento teórico, justamente porque esse fundamento legitimaria a recorrência de uma essência científica. Na maioria das vezes, intenciona-se determinar um lugar evolutivo. “Pode-se observar que as questões **que envolvem a origem e a evolução da Ciência da Informação** se apresentavam e continuam se apresentando de forma bastante ampla e podem ser abordadas a partir de diversas perspectivas” (SOUSA, 2011, p.121) (**grifo nosso**). Wersig (1993, p. 235) assevera que

nosso principal problema seria que nosso campo de estudo tem sido objeto de muitas disciplinas fragmentadas e, portanto, temos que lidar com todos esses itens fragmentados de uma natureza empírica ou teórica. **A necessidade básica é conseguir uma visão integradora do campo (grifo nosso).**

A tendência científica se configura como um vasto desenvolvimento histórico da Ciência da Informação. Doravante, trazer uma evolução interdisciplinar da Ciência da Informação é prolongar seus ecos mais peculiares, mormente, para *apreender* sua razão de existir e proclamar sua relevância que se compartilha proficuamente como um agenciamento social. Nesse sentido, a Ciência da Informação se alça para a consolidação quando engloba uma composição social. No entanto, buscar essa origem para ela é relevante para demarcar seu lugar no ramo do conhecimento. Rigorosamente, é imprescindível compreender que a Ciência da Informação levou a um progresso fundamental, porque a origem supõe um processo de “identificação com seus traços teóricos e metodológicos”. Assim, percebemos os traços mais significativos de uma Ciência da Informação, ou seja, seu ramo de conhecimento científico, e o desafio de compreender a representação da informação dentro dessa realidade, para direcionar sua função social.

A Ciência da Informação, atualmente, é vinculada à área de Informação e Comunicação e vem conquistando, nos últimos anos, um espaço significativo que vai além de seu mundo científico. Nesse contexto, possibilita que se pense sobre os estratos da responsabilidade social da informação entre o uso, o acesso, a disseminação e a organização, o que conduz à democratização informacional. Nossa intenção, aqui, não foi de mostrar que a Ciência da Informação atua em apenas um ramo científico, mas de que vem sendo

estabelecida com base nos componentes dos traços sociais, sobretudo porque seus elementos se conectam em uma composição científica, mormente suas pesquisas que, nas últimas décadas, vêm se destacando. Isso foi possível por meio das bases e das composições entre os diferentes sujeitos que formam a Ciência da Informação e atuam em sua área.

Por seu turno, a Ciência da Informação designa, em sua malha epistemológica, relações teóricas e que, certamente, deságuam na maneira como ela se evidencia de forma peculiar. Atua tomada pelo próprio sentido e é estabelecida e produzida por sua concepção científica. Além disso, vem se dedicando aos aspectos sociais que fazem visíveis os efeitos e a relação entre *informação, organização e agenciamento*.

É na busca constante por essa característica social que a Ciência da Informação vem atuando e que, de certa maneira, orienta os estudos científicos para a organização da informação. Cada vez mais envolvida com essas conexões sociais, possibilita a passagem dos elementos informacionais em seu campo de atuação como uma área científica e social. Portanto,

é uma nova configuração temática. Nasce no entremeio contraditório entre as disciplinas sociais e tecnológicas e no espaço deixado por recortes já constituídos pela Biblioteconomia e demais ciências sociais. Ciência da Informação nasce ao lado de outras áreas configurações como a do processamento automático de dados, a análise de sistemas, a cibernética, a inteligência artificial, a pesquisa operacional, a psicologia cognitivista, todas as ciências novas (disciplinas novas) (MOSTAFA, 1996, p. 305).

Sob a ótica da “cientificação”, a Ciência da Informação cria uma análise específica em seu interior, isto é, permite identificar o processo de organização da informação. Logo, com essa composição específica, adquire um valor socialmente relevante, e sua responsabilidade como uma “disciplina social” cresce constantemente. Assim estabelecida, atua na organização, na representação e no uso da informação, em constante “devir”, ou seja aberta a novas possibilidades como apontou (MOSTAFA, 1996).

Foi por meio da pesquisa que a Ciência da Informação começou a consolidar seu caminho científico e interdisciplinar, e seu grande destaque é exatamente essa peculiaridade científica, quer dizer, sua expansão e

consolidação como disciplina, formando pesquisadores para atuarem e (re)modificarem o interior de sua própria área profissional. Então, o conhecimento produzido na Ciência da Informação é aplicado com grande êxito nas pesquisas que são feitas em áreas como Arquivologia, Biblioteconomia, Arqueologia, História, Administração, entre tantas outras. Nessa perspectiva, a mobilidade, a flexibilidade e os diferentes devaneios que emitem novos alcances científicos tornam a Ciência da Informação ainda mais fluorescente como ramo do conhecimento científico, “não por causa de um fenômeno específico que existia antes de se tornar seu objeto de estudo, mas da necessidade de abordar um problema que mudara completamente sua relevância para a sociedade” (WERSIG; NEVELING, 1975, p. 128). Então, como um ramo do conhecimento científico, sua proposta é de que pensemos em uma realidade social da informação em que seja desvendada sua interferência na sociedade.

Nessa perspectiva, a Ciência da informação concebe de forma intensa seus elementos científicos por meio de sua comunidade e realiza pesquisas com o fim de solucionar os diferentes problemas informacionais, pois suas pesquisas representam uma importância social, sobretudo por causa do volume acentuado do fenômeno informação. Esse seu itinerário rumo à pesquisa sinaliza um caminho indispensável, em que essa área do conhecimento, alinhada com as práticas científicas em seu território, forma um conjunto sólido e que é caracterizado pela produção que prolifera de forma inquestionável em seu cotidiano.

É nessa relação que o ramo do conhecimento da Ciência da Informação vem se destacando. Como exemplo, suas atividades científicas se direcionam à afinidade da organização, da gestão, da memória, do uso, da representação da informação etc. Logo, pontuar o desenvolvimento científico da Ciência da Informação é imprescindível, pois a produção de conhecimentos em seu campo de atuação produz um arcabouço de pesquisa que se torna vasto.

Enfim, o modo como a Ciência da Informação se comporta como ramo do conhecimento é relevante, pois continua a produzir pesquisas, utilizando-se de práticas sociais e se adequando à realidade social. Hoje, em seu ramo de conhecimento, dialoga com diferentes áreas, e a maneira como estuda os fenômenos informacionais é que a torna peculiar, porquanto mostra cada vez

mais forte seu campo de pesquisa e contribui, de forma profícua, para esse ramo do conhecimento avançar teoricamente. No entanto, um conceito é fundamental para a Ciência da Informação, o de *informação*.

Autores como Saracevic (1996), Nora e Minc (1978), González de Gomes (1990), Capurro; Hjørland (2007), Mikhailov (1967), Silva (2006), Silva (2014) e Araújo (2003) abordam a informação com essa característica social.

Podemos afirmar que o conceito de informação tem sido investigado na história da ciência a partir de três grandes pensamentos: a interação entre os sujeitos contemplando, inclusive, os conflitos entre os sujeitos; a representação que resulta dessas interações; relações de poder entre os sujeitos da informação ou o poder informacional construído através de poderes materiais e simbólicos de sujeitos sobre outros. (SILVA, 2014, p. 21).

Cada vez mais é evidente que a informação é um fenômeno de grande relevância para o desenvolvimento teórico e metodológico da Ciência da Informação, principalmente em relação ao conceito de representação. Procuramos entender o papel da informação nessa associação social para o processo de desenvolvimento do “modo de produção” da área. Entendemos que a informação constituída na Ciência da Informação é, ao mesmo tempo, o resultado simbólico de sujeitos sociais e “produto” do modo de produção científica existente nessa realidade.

Assim, o tecido social da informação é alicerçado no entrecruzamento de inúmeras relações intersubjetivas, que vão funcionando na relação entre o indivíduo informacional e sua composição social, pois a sociedade, sob o ponto de vista da historicidade, sempre esteve dividida em grupos díspares, mormente no que se refere à organização social, à cultural e à política, que são formadas por sujeitos que compartilham comportamentos e pensamentos diferentes. Portanto, o conceito de informação debatido atualmente na Ciência da Informação começa a se distanciar das “camadas equacionais da teoria da comunicação”, uma vez que, na primeira metade do Século XX, predominava uma visão da informação como resultado de um processo tecnológico.

A informação social que abordamos nesta pesquisa aponta que o conceito de informação se lança para a associação social e em benefício dos

sujeitos e, não mais, de um sistema para o sistema, pois promove o acesso e as alterações visíveis no campo informacional.

A valorização da **informação** enquanto **fenômeno humano e social**, sendo a materialização num suporte um epifenômeno ou derivado informacional; constatação do incessante e natural dinamismo informacional oposto ao “imobilismo” documental, traduzindo-se aquele no trinômio criação-seleção natural-acesso/uso e o segundo na antinomia efêmero-permanente; propriedade máxima concedida ao acesso à informação por todos mediante condições específicas e totalmente definidas e transparentes, pois o acesso público justifica e legitima a custódia e preservação; imperativo de indagar, compreender e explicitar (conhecer) **a informação social**, através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes, em vez do universo rudimentar e fechado da prática empírica composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente “assépticos” ou neutrais de criação, classificação, ordenação e recuperação (SILVA, 2006, p. 21 **grifos nossos**).

Como se vê, devemos romper com a tendência empírica da informação mecânica da Teoria da Comunicação e entendê-la como um fenômeno social. Compreender a realidade social da informação, sob o ponto de vista teórico e metodológico, é analisar sua organização e abrangência, porquanto ela tem uma teia científica. A informação, como um espaço social, cria um novo rumo para a Ciência da Informação - o da democratização científico-institucional, como a produção, o fluxo, a disseminação e a organização. Seria, então, a Ciência da Informação responsável por empregar nos sujeitos informacionais um conjunto de comportamentos e de peculiaridades para manter as práticas de organização, acesso e uso da informação. Isso torna a Ciência da Informação uma área do conhecimento informacional específica.

A nova disciplina que aqui focalizamos (e à qual por falta de melhor nome chamamos de epistemologia social) deveria fornecer uma estrutura para a investigação eficiente de todo complexo problema dos processos intelectuais das sociedades – um estudo pelo qual a sociedade como um todo procura uma relação perceptiva com seu ambiente total. Levantaria o estudo da vida intelectual a partir do escrutínio do indivíduo para uma pesquisa sobre os meios pelos quais uma sociedade, uma nação ou cultura alcança a compreensão da totalidade dos estímulos que atuam sobre ela. O foco dessa nova disciplina seria a produção, fluxo, integração e consumo de todas as formas de pensamento comunicado através de todo o modelo

social. De tal disciplina poderia emergir um corpo de conhecimentos e uma nova síntese da interação entre conhecimento e atividade social (SHERA 1977, p. 11).

A informação, como um fenômeno social, é sobremaneira importante, porque o alargamento das ciências sociais ampliou as possibilidades de haver relações entre o conceito de informação e a sociedade. Para esse aspecto social da informação, é preciso compreendê-la como um fenômeno humano, porquanto, como uma construção social, a informação tem suas características quando pensadas em relação à sociedade. E, nessa perspectiva, ela é tratada como uma ação social - é o que chamamos de ***trajetórias sociais da informação*** - o que pressupõe, entre outras coisas, compreender “as vozes” que são esquecidas nesse fluxo intenso de produção informacional na contemporaneidade. Logo, por trás de cada informação produzida, há uma faceta humana. A informação construída socialmente cumpre três funções essenciais, a saber:

- a) Esclarecer o reconhecimento de uma ação científico-institucional;
- b) Preocupar-se com a vida real dos sujeitos informacionais;
- c) Desenvolver um processo social constitutivo, estabelecendo correlações entre o cientista da informação e a ordem social.

A base da discussão sobre a informação social vem da imanência de compreendê-la como um fenômeno humano, um elemento importante na abrangência de seu funcionamento, mormente no que se refere à produção, ao fluxo, à disseminação, ao acesso e à organização da informação no interior das instituições. Como um fenômeno social, a informação, como o próprio nome indica, não trata apenas da coisa em si, mas também da materialidade. Por isso reafirmamos que a materialidade é conectada com diferentes suportes, pois a informação concebe como mediação necessária uma conexão do indivíduo com a realidade social.

Com tal característica, a primeira coisa a se observar, nessa composição social da informação, é que essa materialidade leva em conta os processos e as condições em que a informação está contida. Para encontrar os sentidos da materialidade da informação, é fundamental perceber os elementos das

práticas materiais, que só emergem no mundo como um efeito de práticas materiais institucionalmente legitimadas (FROHAMNN 2001). Então, ao contextualizar essa noção de materialidade baseados no autor, não pretendemos fazer um debate exaustivo a respeito da documentalidade, porque, ao articular a noção de materialidade, apontamos uma reflexão em torno dos objetos que são produzidos em uma prática social.

Tendo em vista essa finalidade, a informação materializa-se nos objetos e se manifesta em uma prática social específica. A materialidade da informação produz sentidos para os indivíduos no âmbito da Ciência da Informação. Consequentemente, a informação pressupõe o legado da materialidade, isto é, de que, se há objeto, há matéria, pois a materialidade potencializa o acesso pela interferência do indivíduo.

Se a materialidade é importante para o entendimento dos aspectos públicos e sociais da informação, então os estudos da documentação tornam-se importantes para os estudos da informação. A documentação se torna o meio de materialização da informação. Estudar a documentação é estudar as consequências e os efeitos da materialidade da informação (FROHMANN, 2008, p. 21 **grifos nossos**).

Ao mencionar o pensamento de Frohmann, não intencionamos fazer um debate sobre a documentalidade, pois o autor parece chamar à atenção para essa materialidade e sua vocação de transformar objetos em aspectos sociais. Podemos afirmar que essa materialidade dá sentido à informação, em sua relação com a ontologia social e o indivíduo. Essa materialidade define o caráter social da informação, mormente na constituição de sentido para a coisa, uma vez que a informação, como um fenômeno social, é inserida em uma realidade. Contudo, a importância da materialidade, se considerarmos a informação como um processo social, dá-se de forma intensa, mais precisamente, porque esse fenômeno visa à organicidade.

Portanto, a construção social da informação é determinada pela relação que estabelecemos com a sociedade. É inegável, então, que a informação social se expande como produção e criação de que os sujeitos participam.

3.2 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: a relação com a organização

Habitualmente falamos na Ciência da Informação e na representação da informação como *operações/instrumentos* que possibilitam os procedimentos para organizar a informação. Nesta tese, estamos falando de multiplicidades e de interações da representação de uma maneira fundamental que inclui uma ação do sujeito em uma realidade ontológica. Na representação da informação, instalamos propriedades, como ações, para designar as condições sociais das coisas representadas. Em suma, a representação estabelece uma composição entre o sujeito e a sociedade, porque não é separada da complexidade e pode ser compreendida de duas maneiras: como fenômeno socialmente existente e em sua natureza de atribuir sentidos às coisas.

Na Ciência da Informação, a representação exprime uma relação com a organização, que está sempre em uma convergência que possibilita a elaboração de mecanismo para recuperar a informação, pois esse fenômeno é feito de relações socioculturais que se instauram nas coletividades. Ele forma, precisamente, uma complexidade social das coisas na medida em que produz efeitos significativos do representado.

A questão da representação, no âmbito da Ciência da Informação, trabalha na ótica da organização do conhecimento (DAHLBERG, 1978) e dos estudos de análise de assunto (HORJLAND; ALBRECHTSEN, 1995). Principalmente voltada para a representação do conhecimento e na elaboração de mecanismos de recuperação da informação, a questão da representação também está presente em toda a teoria da classificação e na elaboração de instrumentos de representação do conhecimento registrado, sendo os mais significativos os esquemas gerais de classificação bibliográfica, tais como CDD, CDU ou Colon Classification (AZEVEDO NETTO, 2001, p. 88).

Sabemos que a representação se instaura em diferentes áreas do conhecimento. No entanto, no âmbito da Ciência da Informação, ela se manifesta na relação entre as coisas e suas propriedades como parte do processo de organização da informação para sua acessibilidade. Igualmente, essa afinidade é um dos pilares no campo de pesquisa da Ciência da

Informação e continua presente nas preocupações histórico-conceituais da área no contemporâneo. O fenômeno representação indica, a partir de então, uma organicidade representacional por meio dos objetos.

Para os autores do campo da OI, a Representação é importante objeto de trabalho dos arquivistas, bibliotecários, museólogos, dentre outros profissionais da informação. Eles precisam dominar os processos de análise e síntese dos objetos informacionais para gerar formas de representação que permitam identificá-los e recuperá-los a partir dos seus atributos e características principais. (ALBUQUERQUE, 2012, p. 15).

Pressupomos que a representação é canalizada para transportar o sentido das coisas e contribuir para que sejam mais bem utilizadas para a realidade, uma vez que o ato de representar se configura como fundamental, e a representação que é desenvolvida na Ciência da Informação focaliza a interação entre os seres humanos e os diferentes componentes.

Diante disso, a reflexão sobre a representação é um ponto para a evolução teórica e metodológica da Ciência da Informação, pois estabelece uma composição de complementaridade entre a organização e a recuperação da informação, no decorrer das ações humanas e de iteração com o mundo.

Com tal característica, representar, no tecido da Ciência da Informação, passa a ser um dos meios fundamentais para disseminar, usar e acessar a informação, pois torna possíveis a construção e a interação de comunidades discursivas (AZEVEDO NETTO, 2013). Na Ciência da Informação, a representação existe para expressar o sentido das coisas, em determinado contexto social, e são elas que tornam esse fenômeno socialmente possível.

A representação não substitui o objeto informacional, mas possibilita identificar seus atributos fundamentais, os quais orientam o usuário para uma tomada de decisão sobre a necessidade de consulta do objeto informacional que originou a representação. (ALBUQUERQUE, 2012, p. 15).

Dessa maneira, a representação da informação apontada Na Ciência da Informação, representar a informação é uma “ação” por meio da qual se pode recuperá-la, para usar corretamente o que se representa. Em síntese, ela existe em seu contexto de produção social, pois é guiada por sujeitos que

percebem as coisas a serem representadas. Além disso, pautada na Ciência da Informação, a representação pode ser entendida como um fenômeno regido pelos sentidos, um processo em um constante devir, em que as formas de organizar são instituídas em cada contexto sociocultural. Orrico (2001, p. 97) assevera que

essa organização representacional pode ser embasada na afirmação de González de Gomes (1997) que, pautada em Geertz (1983), diz que toda e qualquer representação é regida por regras por meio das quais um conjunto simbólico estabelece sentido e sem as quais nenhum conjunto de símbolos teria sentido.

A representação da informação não tem uma ação inerente ao seu interior, ao contrário, compreendemo-la como uma atividade inerente ao social, transformadora, que se manifesta por meio de interações múltiplas e dá condições para que uma organização informacional seja mais eficaz e beneficie diretamente o sujeito dentro de uma realidade social. Nessa perspectiva, não podemos entender a representação fora da atribuição de sentidos.

Quando aproximamos a Teoria do Assemblage do fenômeno representacional, algumas conexões podem ser indicadas, e nós as ilustramos com os planos sociais. A representação nos orienta a organizar, quando estabelecida a Ciência da Informação, principalmente apontando os atributos das coisas referenciadas nos objetos, em suas variadas dimensões, pois a representação estimula as interações dos processos organizacionais, a disseminação e o acesso, já que, em sua materialidade, é algo que podemos “usar” para encontrar sentido. A representação é o fenômeno que faz com a organização e a recuperação da informação funcionem, sob a forma de uma conexão que faz das coisas o que são.

Dito de outro modo, a representação é uma multiplicidade que nos atravessa. Para Delanda (2006), a “ontologia social” da coisa a ser representada, isto é, a representação, expressa, de forma verossímil, a funcionalidade das coisas e suas dimensões mais específicas e coloca em interações vários elementos. É por meio da representação que a organização informacional se efetiva e passa a ser uma das finalidades do tecido teórico e metodológico da Ciência da Informação.

De maneira geral, ela se contextualiza no processo histórico da Ciência da Informação e funciona como um fragmento que aproxima os diferentes componentes de um representado em seu interior, visto que é permeada de uma heterogeneidade de sentidos que possibilita o que as coisas são, estratos de uma sociedade e são tomadas por ações, movimentos, conexões e propriedades específicas, porque a representação mostra, em **primeiro lugar**, a natureza das coisas que se podem representar, e **em segundo**, propicia que se encontre um referencial para esses objetos.

Na Ciência da Informação, a ação de representar está na multiplicidade e se constitui como uma rede que se aglutina na variação e possibilita o encontro das coisas com suas propriedades, o que a faz funcionar. Contudo, pode ser considerada como uma “*assemblage*”¹⁴ estabelecida pelo múltiplo, que se ecoa no estatuto social de sua origem formativa, pois faz uma relação de intensidade e opera uma *diferença* para o que se representa. Isso quer dizer que, na Ciência da Informação, a representação conduz-nos a diferentes direções, ao mostrar as propriedades e as características das coisas e indicar proximidades entre o indivíduo e a realidade social.

O uso do vocábulo organização remete diretamente ao universo do representado, uma vez que a representação da informação¹⁵ seria colocada na Ciência da Informação disposta para promover uma recuperação da informação adequada. A representação da informação, nesse viés, está determinada pela relação que estabelecemos com os processos informacionais. Paralelamente, a representação da informação determina as condições de produção, de acesso e de disseminação. De natureza igual, esse processo seria

a disciplina específica que se dedica dentro da Ciência da Informação Documental ao estudo dos fundamentos teóricos do tratamento e recuperação da informação, e da construção, manutenção, uso e avaliação dos instrumentos **lógico-linguísticos** mais adequados **para controlar os processos de**

¹⁴ Inicialmente, consideramos como *assemblage* a junção de “coisas”, fatores etc., para determinado fim. Essa conceituação será retomada mais profundamente adiante.

¹⁵ **A representação do mundo ordena a representação do conhecimento.** A partir do ordenamento de **identidades** e diferenças, o conhecimento passa de uma hierarquia analógica para a análise e a categorização. Dar-se-á então, pela prova da comparação, sendo admitida pela medida, a unidade comum, **a ordem e a série das diferenças, deixado de aproximar para então discernir, estabelecendo identidades** (MARTINS, 2014, p. 80). (grifos nossos)

representação, classificação, ordenação e armazenamento do conteúdo informativo dos documentos, com a finalidade de permitir sua recuperação e comunicação. Ocupa-se, portanto, dos princípios e ferramentas postos em ação para a gestão do conhecimento humano desde uma tripla perspectiva: sua representação, sua organização e sua comunicação documental (ESTEBAN NAVARRO, 1996, p. 97-98). (**grifos nossos**, tradução nossa).

A representação da informação, como um ato de multiplicidade se manifesta plenamente em um desejo de colocar vários componentes interagindo para possibilitar a organização informacional. Ela é uma interação que designa um processo múltiplo. É todo o conjunto de procedimentos (condições, relações, sentidos) que determinam os elementos de continuidade das coisas. Assim,

a recuperação da informação é mostrada como um processo mecânico no qual temos, por um lado, a presença do sistema de informação/base de dados, do outro, o usuário com o seu desejo de informação condizente com o seu objeto de pesquisa o qual, muitas vezes, não possui condições ou possibilidades de ser manifestado corretamente e, no centro, o profissional da informação (o intermediário humano) que tenta compreender e traduzir essa necessidade para realizar a busca bibliográfica (ALMEIDA et al., 2007, p. 20).

No interior da Ciência da Informação, a representação se acopla a partir da coexistência de dois movimentos elementares: **a classificação e a ordenação**.

Parte-se da compreensão de que todo processo classificatório é diretamente um processo representacional. Ao classificar se está definindo e estabelecendo qual a melhor localização para as coisas como elas se apresentam, representando-as segundo uma compreensão. Classificar e, conseqüentemente, representar incidem em organizar, e para que haja ordenação é necessário que se represente em classes, predeterminadas, ou sob uma visão de organização própria, a disposição entre semelhantes e diferentes (MARTINS, 2014, p. 81).

Como a Ciência da Informação tem essa relação com os modelos de representação, pretende transformar o *caos informacional* em *organização*, pois mostra os atributos das coisas com a realidade social e é nessa intensidade com que a assemblage vai se formando, como iremos apontar adiante. Nesse contexto,

a Ciência da Informação perpassa, mesmo que de forma implícita, por todos os seus campos de investigação, tendo em vista que qualquer atividade ligada à informação e ao conhecimento exige, em um primeiro momento, organização e representação para que se torne comunicável, acessível, recuperável e cumpra seu devido papel social (MARTINS, 2014, p. 94).

Trata-se de um fenômeno que une o ato de disseminar com o de organizar, mormente porque a representação se reflete no sentido da refração intensa.

Os processos, os produtos e os instrumentos que foram sistematizados de acordo com os conteúdos em organização e representação e se apresentam da seguinte forma: a) **processos**: compreendem a *análise*, a *condensação* e a *representação*; b) **produtos**: a transformação dos documentos em produtos que facilitam a consulta aos originais, em áreas especializadas do conhecimento, como os índices, os resumos, catálogos impressos e catálogos de acesso público online – OPACs, por exemplo; e, c) **instrumentos**: ferramentas de linguagem documental para a representação padronizada do conteúdo temático de documentos, fazendo uso acentuado das tecnologias de informação e comunicação, tais como classificações, cabeçalhos de assuntos, **tesauros**, **terminologias**, ontologias, etc. (GUIMARÃES, 2008, p. 84). (grifo do autor)

A representação da informação é uma prática cujo plano social se estabelece porque é algo profundamente incorporado à natureza da comunidade da Ciência da Informação. Essa é uma construção que o cientista da informação deve considerar em relação aos diferentes elementos específicos que utiliza para representar, sobretudo, porque deve tomar como direção o conjunto de significados socialmente construídos a partir do representado, uma semiose (ECO, 1980). Os elementos relevantes da representação da informação são o sentido que o indivíduo atribui ao objeto representado e o “valor” que lhe é designado.

Assim, a padronização conceitual se faz necessária para a legitimação dos estudos e principalmente para atender a uma precisa recuperação da informação, tendo em vista que o não consenso resulta na dispersão do conjunto científico, mesmo esse se encontrando reunido em um único veículo de comunicação. Essa dispersão se acentua considerando o

volume crescente das publicações e o gasto de tempo na localização dos materiais (MARTINS, 2014, p. 107). **(grifo nosso)**

Em nossas considerações sobre a representação, vislumbramos as interações da coisa a ser representada, uma vez que se evidenciam as características e as propriedades.

Entre as segmentações de que a Ciência da Informação se constitui, nos interessa investigar seu subcampo de Organização e Representação, ora postulado como Organização e Representação do conhecimento, ora como Organização e Representação da informação. A ambiguidade e as diferenças observadas na literatura nos remetem às dúvidas e busca por pesquisas que consigam dirimir tais questionamentos e à dubiedade na definição de termos, e seus respectivos conceitos, tão importantes e constantemente adotados no núcleo da Ciência da Informação (MARTINS, 2014, p. 73).

A organização é, pois, uma forma de correspondência que admite que a informação seja mais otimizada. A organização é a capacidade efetiva que desencadeia as conexões do representado, porquanto a noção de organização, tal como introduzida na Ciência da Informação, é um processo essencial, já que tem o primado de conciliar o artifício descritivo com os objetos informacionais.

Organização da informação é um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um **objeto informacional** específico, enquanto que a organização do conhecimento visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 6). **(grifo dos autores)**

Nesse ponto, a organização da informação desempenha um importante papel na Ciência da Informação, por ser, essencialmente, uma parte da representação que é obtida para dar subsídios aos procedimentos informacionais. Assim, é compreendida em uma ação de relação social.

De um lado, a organização do conhecimento e a representação do conhecimento, caracterizadas pelos conceitos, classificações e relacionamentos, que se constituem em

estruturas conceituais representativas de modelos de mundo; de outro, a organização da informação e a representação da informação, caracterizadas pela representação de determinado objeto informacional, obtida pelos processos de descrição física e de conteúdo (BETTENCOURT, 2014, p. 42).

Logo, a representação na área leva, precisamente, a uma filtragem da informação no terreno de uma ontologia social, mormente, o que está relacionado à representação que obedece ao desejo de informar. Dessa maneira, a representação é segmentada no entrelaçamento com os estratos de uma complexidade social e une diretamente as coisas ao tecido conjuntivo da sociedade em duas abordagens:

- a) A representação faz parte da coisa representada, através da seleção dos atributos constitutivos da representação, isto é, procura as características das coisas para revelar sua referência.
- b) Não há um representado sem a bifurcação do sujeito com a coisa a ser representada.

Podemos dizer que a representação da informação, aplicada na Ciência da Informação, propõe que se transformem os sentidos das coisas e se dê uma direção a elas. Essa capacidade de representar se liga a dois traços fundamentais: de um lado, franqueia a coisa a ser representada para o sujeito, de outro, que a representação se desloca para uma associação dos objetos informacionais em um fluxo contínuo, que delimita uma aglutinação de agentes. Logo, percebemos o movimento da assemblage produzindo intensidades.

No âmbito da Ciência da Informação, a organização da informação é estabelecida por meio da conexão da representação informacional, constituída em um plano social. Igualmente, a representação é a referência de um sentido, nesse caso, as coisas. É certo, portanto, que exista essa semiose, uma vez que a organização da informação implicada nas relações do representado confere sentido às coisas e possibilita a emergência de sua recuperação e uso.

Por conseguinte, a representação da informação é um agenciamento imprescindível, porque a condição de organização exige que as coisas sejam representadas para dar sentido às suas propriedades e características. Da mesma forma, a representação da informação é constituída de elementos que

irão fundamentar sua organização, porquanto a representação, nessa complexidade, produz sentidos, o que resulta em uma continuidade infinita constituída pelos estratos ou conjuntos elementares de uma realidade social. O processo de representação da informação se constitui “nas” relações de heterogeneidade. Consequentemente, é sua composição que nos esforçamos em mostrar, ou seja, buscamos apontar a heterogeneidade da representação da informação e suas formas mais intensas.

O agir ontológico da representação é concebido reconstruindo-se o sentido do que é representado, porque tem uma função relativa à de dar direção ao processo de organização informacional, razão por que toda coisa representada pertence à classe de uma sociedade e é constituída de sinais sociais, isto é, os que podem ser produzidos pelo sujeito ao interpretar a coisa.

Consideramos, então, que a representação é ontologicamente construída por homens que irão atribuir sentidos às coisas no ato de representar, isto é, é estabelecida na composição dos fatos.

A definição de fato social elucida essas considerações a respeito da realidade social. Por exemplo, os fatos sociais têm uma existência própria, esses são encontrados já formados quando um indivíduo se insere em um contexto social (ALMEIDA, 2005, p. 30).

É justamente essa realidade que a representação, como multiplicidade, vai se alastrando, uma vez que pode ser encontrada nos estratos, nos movimentos de conexão de uma complexidade social. Portanto, a representação se movimenta e interioriza, e sua **função social é de tornar, de forma mais adequada e acessível, as características das coisas.**

Na Ciência da Informação, a representação é construída socialmente através dessas transformações das coisas, e como é tecida e constituída sobre as “peças” que formam o social, “a representação seria um sistema simbólico socialmente construído, e o objeto, por seu turno, seria construído pela representação” (SÁ, 1998, p. 52). Nesse contexto, a representação facilita a percepção das coisas, pois, quando contextualizada nesse escopo, descreve-os precisamente, porque, como agenciamento, tem uma característica social.

Nesse aspecto, na Ciência da Informação, a representação é uma articulação que liga uma ontologia social - a das coisas - a outro - o dos

indivíduos que representam, e transporta propriedades para as coisas, isto é, acontecimentos que integram o social. Entretanto, deve buscar os processos descritivos de organização da informação na análise que fazemos das coisas.

De acordo com Bräscher e Café (2008), “o produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico”. Esse objeto informacional pode ser algo palpável ou não.

Como um objeto informacional visível ou palpável e dotado de uma dupla independência com relação ao tempo: a sincronia – que se refere à independência interna da mensagem, concebida não como uma sequência linear de eventos, mas justaposição multidimensional de traços –, e a estabilidade – independência global do objeto informacional, que não é um evento inscrito na passagem do tempo, mas um suporte material do traço que pode ser conservado, transportado, reproduzido (ESCARPIT apud ORTEGA 2010, p. 61).

A representação, nesse sentido, comporta elementos sociais, pois direciona os elementos mais significativos de cada objeto. Queremos mostrar a representação como parte irredutível da “assemblage” social. É por meio dela que as coisas irão ter mais visibilidade no interior da Ciência da Informação. Contextualizar a representação como uma ontologia socialmente construída é apontar como seus elementos estão interagindo para atingir sua função. Portanto, é considerada um múltiplo em torno do qual os indivíduos darão sentido à sua relação com as coisas representadas e às coisas com a sociedade.

Nesse sentido, a representação, enfocada na Ciência da Informação, tem relação com o contexto social na articulação com a organização e a recuperação da informação, logo, existe em uma composição social. Ao nos reportarmos a uma ontologia social da representação, referimo-nos ao plano de relacionamento (heterogeneidade) do representado no interior da Ciência da Informação, pois, quando aplicada na área, a representação é agência que reproduz as propriedades mais específicas e significativas das coisas. Como um agenciamento, a representação é socialmente construída e vai se modelando, sedimentando em um processo de relações no qual o indivíduo está inserido. Assim constituída, contribui para que a Ciência da Informação componha os processos de controle e previsibilidade das informações.

O destaque social da representação é favorecido pela valorização das qualidades de cada coisa em uma relação de complexidade e, por isso, é ontologicamente produzida em uma realidade intensiva, tendo em vista sua permeabilidade de entrar no mundo das coisas. Contudo, devemos compreender essa arqueologia da representação e sua relação com o desvelar da *coisa*. Para isso, recorreremos brevemente a Foucault, pois se aproxima da ontologia de Delanda, que também, baseado em Deleuze, procura contextualizar as relações dessa complexidade, mormente, na expressividade do representado no mundo imanente dessas coisas.

3.3 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: o desvelar das coisas

É preciso pegar as coisas para extrair delas as visibilidades. (DELUZE, 1992, p. 124)

Neste item, não pretendemos aprofundar todo o processo arqueológico de Michel Foucault, no entanto, contextualizar o fenômeno representação da informação através de sua construção teórica, em seu livro, ***As palavras e as coisas***, pois, ao trazer o debate da representação, ele aproxima o desvelar das coisas. Diante disso, a representação, sob o ponto de vista de Foucault, tem um sentido minucioso, porque pretende trazer para a superfície o fundo real das coisas. Poderíamos relacionar o mundo dos objetos e seus espaços de assemblages à Ciência da Informação. Foucault refere que

o jogo da representação consiste em conduzir essas duas formas de invisibilidade uma ao lugar da outra, numa superposição instável — e em restituí-las logo à outra extremidade do quadro — a esse pólo que é o mais altamente representado: o de uma profundidade de reflexo na reentrância de uma profundidade de quadro. (2007, p. 10)

E é nessa profundidade que a representação pode ser direcionada à Ciência da Informação para tornar visíveis, através de interações, as coisas na atribuição de sentidos. Assim, a representação que Foucault iconiza utiliza-se de um espaço que se manifesta no real, no universo, entre o indivíduo e o

mundo, porque, para o autor, é na realidade das coisas que a representação avança, multiplica-se e estabelece uma relação com o que é representado.

ideal em relação ao que é representado, mas perfeitamente real, porquanto é a partir dele que se torna possível a representação; nessa realidade mesma, ele não pode deixar de ser invisível. E, contudo, essa realidade é projetada no interior do quadro — projetada e difratada em três figuras que correspondem às três funções desse ponto ideal e real. (FOUCAULT, 2007, p. 17).

Foucault entende que, por meio da representação, é possível dar visibilidade à coisa com seu lugar de produção. Ao relacionarmos seu pensamento com o de Delanda (2006), vemos que esse lugar é a realidade, pois é em seu interior que a diferença do mundo se assenta. Nesse contexto, a representação é uma questão de indicação, porquanto descreve os elementos dos objetos informacionais. É por meio da ação social da representação que encontramos a fertilidade das coisas. “A representação é sempre perpendicular a si mesma: é, ao mesmo tempo, **indicação e aparecer**, relação com um objeto e manifestação de si” (FOUCAULT, 2007, p. 89 **grifo do autor**).

Sobre a questão da representação, Michel Foucault concebe que o movimento de um representado ao qual se refere tem grande relevância, uma vez que aponta a influência das coisas no mundo. A representação é vista como a qualidade de revelar as coisas no “real” (mundo), e como uma dimensão possível, passa a ter uma característica fundamental na abordagem do autor.

Nesse sentido, o que é esboçado das coisas é a imagem de uma realidade que foi construída em uma relação ontológica, ou seja, o sentido das coisas está diretamente ligado à representação, ao seu acontecimento e funcionamento como uma agência de heterogeneidade. Michel Foucault, nesse sentido, avalia a representatividade das coisas no universo de uma genealogia social. Poderíamos dizer, nesse aspecto, que a representação tem um significado de rastreamento, porque, para ele, os objetos determinam as ações dos indivíduos, no entanto, é no contorno das práticas sociais que eles estabelecerão as propriedades para as coisas. A representação, está, portanto, na articulação de uma ação com a prática. Ainda assim, ela é marcada por ajustes e condições.

Percebemos que, para o referido autor, o percurso de um representado é trilhado na condução de uma prática, portanto, a representação busca descobrir os fatores que propagam essas coisas no mundo e que emergem na superfície dos objetos. Foucault (2007) estabelece uma relação profunda, porque dá forma ao que é concebido no interior de uma intensidade social. Desse modo, a representação relaciona a composição das coisas através de um ciclo entre o indivíduo, a realidade e a prática, determinando um fator de equilíbrio para o que se representa. Nessas relações, podemos perceber a assemblage.

Compreender o real das coisas no mundo é importante, pois elas se prolongam no envolvimento das relações sociais. Michel Foucault traça a imagem do representado, a qual seria um vínculo de expressividade das coisas e cujas articulações são feitas no interior da complexidade do mundo. Contudo, a representação, como visto, irá estabelecer a relação das coisas no mundo, mormente como uma condição de continuidade do que se representa. É, portanto, com esse aspecto que Foucault contextualiza a efetividade do real.

A representação corresponde a uma extração, que pode resultar na manifestação das coisas, pois ela é uma agência infinita que leva à condição mais específica das coisas e desvela sua propriedade. No campo da representação da informação, essa condição tem relação com a organização que possibilita seu acesso e sua recuperação.

Assim, o desvelar da representação da informação é concebido pela intensidade do que se representa, porquanto tem uma função relativa à de dar direção ao processo de organização informacional. Por isso, toda coisa representada pertence à classe de uma sociedade. Nesse sentido, consideramos que a representação é ontologicamente construída por homens que irão atribuir sentidos às coisas no ato de representar, isto é, ela é estabelecida na composição dos fatos de uma realidade.

a definição de fato social elucida essas considerações a respeito da realidade social. Por exemplo, os fatos sociais têm uma existência própria, esses são encontrados já formados quando um indivíduo se insere em um contexto social (ALMEIDA, 2005, p. 30).

Contextualizar a representação é apontar como seus elementos estão se compondo para atingir sua função social, mormente, porque essa é uma referência que faz as coisas se constituírem como elementos sociais. A representação é considerada, portanto, uma agência à qual os indivíduos darão sentido a partir de sua relação com os objetos representados. Na Ciência da Informação, a representação tem relação com o contexto social, na perspectiva de articular, organizar e recuperar a informação. Por isso a representação só poderá existir como ação dentro de uma composição social.

Nessa perspectiva, entendemos a representação como um constructo referente a uma complexidade social, que favorece a compreensão e a previsão de um processo inevitável, ou seja, o processo de desenvolvimento da organização informacional, relacionadas aos vínculos com os indivíduos.

Ao nos reportamos a uma construção ontológica da representação, referimo-nos ao plano de relacionamento (heterogeneidade) do representado no interior da Ciência da Informação, pois a representação aplicada na área reproduz as propriedades mais específicas e significativas das coisas. Assim constituída, ela contribui para que a Ciência da Informação estabeleça os processos de controle das informações. O destaque social da representação é favorecido pela valorização das qualidades de cada objeto informacional com uma intensidade da máquina social. Nessa atividade, a compulsividade do julgamento é espontânea, e o próprio indivíduo, ao olhar a coisa, exterioriza a partir de si o aspecto de uma realidade com uma ação que vai se formando na mente.

em primeiro lugar, deve-se observar que na medida em que o signo denota o objeto, ele não exige nenhuma inteligência ou razão particular da parte de seu interprete. Para ler-se um signo, e distinguir um signo do outro, o que se requer são as percepções delicadas e familiaridade com aquilo que são os concomitantes usuais de tais aparências, e com aquilo que são as convenções do sistema de signos. Para conhecer o objeto, o que se requer é experiência prévia desse objeto individual. O objeto de todo signo é individual. (PEIRCE, 1998, p. 162).

Um dos principais objetivos da teoria da percepção de Peirce era de colocar o homem perceptivo em si mesmo, na medida em que a concreção dos processos mentais se arborifica com os processos imaginativos. Com efeito, a

percepção da coisa se encontra na mente do interpretante, quando ele faz uma associação perceptiva. Logo, “pode-se dizer que a ação¹⁶ é ativa, e a percepção é passiva”. “Na ação, somos nós que agimos sobre as coisas; na percepção, somos atingidos por ela” (SANTAELLA, 1998, p. 19).

Segundo Peirce, a partir dos processos construídos na mente, podemos perceber a realidade da coisa e dar sentido a elas. A percepção é resultado da ação que reproduz a descontinuidade do que se percebe. Logo, perceber uma coisa consiste em mostrar os fragmentos da realidade dos objetos, num projeto que se inicia no olhar individual sobre ele.

tendo isso em mente, pode-se extrair da definição: 1) que o signo é determinado pelo objeto, isto é, o objeto causa o signo, mas 2) o signo representa o objeto, por isso mesmo é signo; 3) o signo só pode representar o objeto parcialmente e 4) pode até mesmo representá-lo falsamente; 5) representar o objeto significa que o signo está apto a afetar uma mente, isto é, produzir nela algum tipo de efeito; 6) esse efeito produzido é chamado de interpretante do signo; 7) o interpretante é imediatamente determinado pelo signo e mediadamente determinado pelo objeto, isto é, 8) o objeto também causa o interpretante, mas através da mediação do signo (SANTAELLA, 1998, p. 39).

Isso significa dizer que a percepção é um processo estabelecido por uma composição humana, uma imagem da ação do indivíduo no mundo. É o interpretante que constitui e envolve a coisa a ser representada. Logo, a percepção de uma coisa implica uma exterioridade e exprime um acontecimento que se estabelece na mente que perpassa para o real (mundo).

Dessa forma, só é possível perceber uma representação quando o interpretante age sobre a coisa. Trata-se de uma lógica que vai diretamente à profundidade plena da mente que representa o signo. Em verdade, a representação, como uma percepção humana, toma para si dois polos possíveis: *o das coisas de uma representação extraída do si e o objeto que se forma como representação quando mantém a preposição de multiplicidade*, isto é, a representação da coisa é aquela que não pode ser encontrada longe do interpretante em uma realidade ontológica.

¹⁶ A ação é um valor, pois é pela ação que se chega às condições de um pensamento conceitual claro e consciente, ao ‘em si e para si’, à realização do espírito absoluto; é a posição de Hegel. O pensamento claro e verdadeiro é um valor, pois é através dele que se podem estabelecer as condições de uma ação eficaz para transformar a sociedade e o mundo; é a posição de Marx. (GOLDMANN, 1979, p. 36).

O estudo da representação considera diretamente os seguintes fatores sociais: a transmissão de organização informacional, a recuperação e a disseminação, que irão beneficiar diretamente a sociedade. Assim, quando nos referimos aos enunciados coletivos da representação da informação, isso significa conduzi-la a um universo social que pertence ao mundo, sobretudo em uma potência de conexão. Assim, a representação se configura quando faz os elementos de um representado se conectarem. Esses elementos são o indivíduo, o objeto e a sociedade.

Nesse sentido, toda representação da informação permeia o componente de uma assemblage social. Portanto, o conceito de representação deveria ser apreendido por essa relação.

tais linguagens trazem o que Lara (1999) nomeia de representações documentais, que não são representações exatas do que representam, mas são construídas respeitando objetivos e funções determinadas. A problemática incide sobre se os conceitos devem sempre respeitar o critério da funcionalidade e propósitos específicos ou se há momentos em que se devem adotar regras pragmáticas, baseando-se no realismo para se alcançar uma representação suficiente dos objetos referidos (ALMEIDA, 2009, p. 322).

Há que se ressaltar que, embora a representação pareça ser emitida pela singularidade do indivíduo que percebe a coisa, remete a uma complexidade de relações, porque produz os enunciados de relações entre o sujeito e a coisa, uma vez que é em função de um agenciamento que as conexões são estabelecidas, o que implica os sentidos do que se representa. Dessa maneira, é um agenciamento que tem a função de transmitir sentidos enunciativos de uma multiplicidade, por isso não é produzida fora de uma realidade social que defina sua *indicação* e as conexões entre os seus elementos representativos.

Almeida (2009) entende que, na organização da informação, os procedimentos terminológicos se tornaram essenciais para representar, sobretudo para facilitar a recuperação. Ao relacionar os enunciados coletivos com a representação, mostramos os componentes de expressividade do representado e *seu processo*, o que leva aos conjuntos de transformação dos objetos e *seus sentidos*. Por meio desse canal coletivo de enunciação, a representação remete a uma relação precisa das coisas com a sociedade, uma vez que está diretamente ligada ao *enunciado*, pois a “expressividade”

determinaria a forma funcional de representar, isto é, o que passaria entre o indivíduo que representa com a coisa representada no interior de uma intensidade.

Então, conectada aos enunciados coletivos, a representação é apontada aqui como uma relação de expressão, função e condição, ou seja, uma associação intensa. Esses processos enunciativos da representação podem ser articulados com a noção de signo.

O estudo do signo está alinhado com sua forma aberta e, ao mesmo tempo, radical de pensar no contexto semiótico, como vimos, incluindo a própria linguagem. No entanto, ao falar da linguagem¹⁷, nesta pesquisa, não pretendemos aprofundar o debate sobre a semiologia, mas compreender a transmissão de mensagem estabelecida por ela. Nessa perspectiva, a representação seria “uma conexão de encontro”, isto é, uma agência intensiva da coisa com quem a percebe e atribui sentido a uma realidade. A partir dessa lógica, instaurar-se-ia a influência dessa teoria na fronteira da Ciência da Informação, e a ideia de signo estaria amparada por uma ação de observar como se processam as coisas através do referente.

o signo pode apenas representar o objeto e referir-se a ele. Não pode proporcionar familiaridade ou reconhecimento desse objeto, isto é, o que se pretende significar, por objeto de um signo, ou seja, que ele pressupõe uma familiaridade com algo a fim de veicular alguma informação ulterior sobre esse algo. Mas, se existe algo que veicula informação e que, entretanto, de forma alguma se relaciona com ou se refere a algo com que a pessoa a quem esse algo veicula a informação tem, quando percebe a informação, a menor familiaridade direta ou indireta. (PEIRCE, 2012, p. 48)

Não é por acaso que o conceito de representação, na Ciência da Informação, interliga-se à noção do signo e se efetivará na heterogeneidade, como estabeleceu Delanda. Para Azevedo Netto (2001), o signo linguístico embutido pela relação do significante e do significado está preso dentro de determinado sistema linguístico. De natureza igual, percebemos que o signo atribuído a Peirce se configura por sua relação com o objeto.

¹⁷ Outra consequência evidente disso tudo são os inúmeros sistemas de signos visuais e sonoros, isto é, processos de produção de linguagens e de transmissão de mensagens que a humanidade foi criando ao longo de sua existência, sem que nenhum sistema de signos olfativos ou de sistemas relativos ao tato fosse criado (SANTAELLA, 1998, p. 13).

Em outras palavras, poderíamos dizer que não se trata de compreender o signo por uma acepção apenas gramatológica, nem procurar o que ele significa entre verbos, predicados ou preposições, pois o signo faz funcionar as intensidades das coisas por agenciamento nas relações, quando desejamos atribuir sentidos a elas. Se, antes, o signo era ligado à agitação semiológica, em Peirce, ele decorre dos movimentos, das relações, pois o objeto é um lugar de encontro particularmente importante. Diante disso, o signo não é o que o significante codifica, mas o esboço de uma enunciação intempestiva.

Um signo se constitui em signo simplesmente ou principalmente pelo fato de ser usado e compreendido como tal, quer seja no hábito natural ou convencional, e sem ele levar em consideração os motivos que originariamente orientaram sua seleção. É da natureza do signo, e particularmente de um signo que se torna significativo por uma característica que reside no fato de que será interpretado como signo. Sem dúvida, nada é signo menos que seja interpretado como signo. (PEIRCE, 1998, p. 76).

Nesse sentido, transmite significados e transpõe preposições das propriedades e das características das coisas. Por sua vez, a representação da informação tem suas características quando pensada em relação a uma complexidade.

Compreender o signo consiste em reconstituir e perceber a ontologia social da representação da informação no universo da Ciência da Informação, especificamente da informação arquivística, pois a noção de signo é estabelecida na área como um atributo que envolve os traços das coisas com a ontologia social. Para Deleuze, o estudo do signo explica a emergência de “fugir” da relação estruturante do modelo significado-significante, porquanto o signo é sempre uma questão fora da ordem, o que ele chama de lógica de sentido baseado em Peirce.

Como podemos, então, reconhecer um signo sob o ponto de vista de Deleuze? A resposta é a conexão do encontro entre o indivíduo e a coisa, pois o objeto, segundo esse autor, existe nele mesmo e não necessita de uma lei para complementá-lo. Por outro lado, o objeto mantém uma relação intensa com as coisas produzidas no interior de uma ontologia social. Na maioria de suas obras, Deleuze insiste que é importante aprofundar o conceito de signo.

Da mesma forma, o que determinaria um signo em Deleuze? Em primeiro lugar, Deleuze resiste às verdades finais das representações, em um sentido linguístico, mas procura as intensas conexões que relacionam as coisas com outras, ou seja, o objeto com o indivíduo, e ele com o objeto, no entanto, mantendo um laço de heterogeneidade imanente.

Tendo isso em vista, os signos se tornam elementos operatórios indispensáveis na filosofia de Deleuze. Eles se ligam à imanência de problemas práticos, permitindo-nos apreender não apenas o estado dos modos num determinado momento, mas também suas acelerações e desacelerações, o aumento e diminuição de sua potência. Ou seja, instala-se a prática de uma “**etologia**” das relações entre os modos. Essa é definida por Deleuze como o “estudo das relações de velocidade e lentidão, dos poderes de afetar e de ser afetado que caracterizam cada coisa” (NASCIMENTO, 2012, p. 81).
(grifo do autor)

Nascimento (2012) assevera que essa lógica do *afetar e ser afetado*, caracterizado no contexto do signo, em Deleuze, é guiado por uma heterogeneidade. Convém entender que Deleuze não chama de signo uma relação entre um significado e um significante, pois “o signo não pode ser uma relação entre um significante identificado (uma identidade percebida) e um significado representado numa mente ou acessível às mentes” (WILLIAMNS, 2013, p. 108). Esse signo é o modo de insistir na relação dos movimentos com condições flexíveis, no entanto, sem regras ou posições fixas de uma estrutura gramatológica. Para Deleuze, o signo não acontece na relação entre identidades, mas nas variações de suas partes que põem em movimento os devires.

O conceito de signo, em Deleuze, ganha um aspecto criativo (pensamento) e não constitui uma cadeia de significante, mas se funda nas heterogeneidades, no fora. O signo, para esse autor, faz parte do plano de imanência na medida em que se alarga na prática de um ato criativo, ou seja, usa o pensamento. De maneira mais profunda, Deleuze assinala o signo como uma irrupção, ou melhor, ele está entre as coisas e na transversalidade dos movimentos, desencadeia a cólera da linearidade de uma linguagem com sua formalização universal e é indissociável de um pensamento, da sensibilidade e do desejo, quer dizer, um signo é um devir quando interligado pela

assemblage. Logo, é o ato de se reempregar, de se associar na heterogeneidade e não remete unicamente a um significante.

O regime significante do signo (o signo significante) possui uma fórmula geral simples: o signo remete ao signo, e remete tão somente ao signo, infinitamente. **É por isso que é mesmo possível, no limite, abster-se da noção de signo, visto que não se conserva, principalmente, sua relação com um estado de coisas que ele designa nem com uma entidade que ele significa, mas somente a relação formal do signo com o signo enquanto definidor de uma cadeia significante.** O ilimitado da significância substitui o signo (DELEUZE; GUATTARI 2011, p. 64). **(grifos nossos)**

O que define um signo, em Deleuze, é essa potência de projeção, porque precisaria estar fora do cruzamento de um processo de codificação. Em outras palavras, poderíamos dizer que não se trata de compreender o signo numa acepção gramatológica nem de procurar o que ele significa entre verbos, predicados ou preposições. Mas, sob o ponto de vista de Deleuze, o signo faz funcionar a intensidade do objeto.

Não se trata ainda de saber o que tal signo significa, mas a que outros signos remetem, que outros signos a ele se acrescentam, para formar uma rede sem começo nem fim que projeta sua sombra sobre um **continuum** amorfo atmosférico (DELEUZE, GUATTARI 2011, p. 64). **(grifo do autor)**

Retomando Deleuze, percebemos que a noção de signo é resultado da corrosão com essa “identidade linguística”. É por essa desarticulação que o signo se multiplicaria como um devir.

Deleuze concebe que a diferença fundamental do signo é de que ele não é a consequência de um regime de linguagem, mas de um enunciado coletivo, ou seja, de uma *assemblage* que se engrena diretamente na heterogeneidade e não se esgotaria em um *continuum* amorfo do jogo de uma padronização. Dito de outra maneira, o signo não é resultado de uma ação performática da estrutura linguística com seus modelos e regras. Ele se expressa no agir e atravessaria todos os pontos de uma fixidez, pois está no ato criativo do interpretante.

Uma vez que o signo deve ser pensado como experiência intensiva de novas formas de sentir, como exploração do

desconhecido, como afirmação de agenciamentos que procedem por “proliferação, justaposição e disjunção, e não por subdivisão e hierarquização piramidal” das relações de forças, a teoria deleuziana dos signos se torna uma prática política. **O signo é o elemento que, sempre em encontros muito concretos, libera o devir de seus arranjos históricos. Ele dispara toda sorte de movimentos de descodificação e de desterritorialização**, transmutando as relações de velocidade e lentidão entre forças, recomeçando, enfim, o novo (NASCIMENTO, 2012, p. 151). **(grifos nossos)**

De fato, o signo é um amálgama que multiplica as coisas nelas mesmas e não transmite significados em razão de uma regra, mas transpõe os limites. Quando interligado pela *assemblage*, o signo é a dimensão da criação, é o explícito, logo, quando caracterizado, resiste à redução linguística, à atribuição analítica de um significado determinado, já que esse é uma construção processual, em que ocorre o amálgama entre o signo recebido com o conjunto de signos do receptor, por meio de suas semioses, desterritorializando-se em um constante “*devir*”. A partir daí, vislumbra-se o signo como ente de representação para além da linguagem.

No âmbito da Ciência da Informação, a necessidade de certificar a noção de signo se dá através de sua vinculação com a representação. De fato, percebemos que a dimensão do signo, na visão de Deleuze, aproxima-se de uma intensidade, porquanto aumenta e diminui a distância com o objeto, que, com outros objetos, recebe e devolve movimentos. Não digamos, portanto, que a noção de signo depende simplesmente do conjunto de uma linguagem, que o isolaria em determinações universais do *significante*.

É inútil afogar o significante no sistema imanente da língua, servir-se dele para evocar os problemas de sentido e de significação, solvê-lo na coexistência de elementos fonemáticos em que o significado não é mais do que o resumo do valor diferencial respectivo desses elementos entre si; **é inútil levar mais longe a comparação da linguagem com a troca e a moeda e submetê-la aos paradigmas de um capitalismo atuante**, porque nunca se conseguirá impedir que o significante reintroduza sua transcendência, nem que deixe de testemunhar em prol de um déspota desaparecido que ainda funciona no imperialismo moderno (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 274). **(grifos nossos)**

A bem dizer, o signo, na concepção de Deleuze, não deve ser outra coisa que uma espécie de “linha” que transfigura a sedentarização da localidade fixa,

“linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em se seguindo a heterogeneidade se metamorfoseia, mudando de natureza” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 43). Portanto, o que constitui um signo não é um conjunto de palavras alinhadas performativamente; ao contrário, são os objetos, mas o objeto que se movimenta dentro dele mesmo e no mundo. Com efeito, o signo, para Deleuze, é, praticamente, inseparável do pensamento que intercala e opera uma relação direta entre o objeto e o indivíduo.

O signo que remete ao signo é atingido por uma estranha impotência, por uma incerteza, mas potente é o significante que constitui a cadeia. Eis porque o paranóico participa dessa impotência do signo desterritorializado que assalta por todos os lados na atmosfera escorregadia, mas ele acede ainda mais ao sobrepoder do significante, no sentimento real da cólera, como senhor da rede que se propaga na atmosfera (DELEUZE, 1995, p. 65).

Por conseguinte, na visão de Deleuze e de Peirce, o signo é um acontecimento, um processo e uma ação que remetem a uma potencialidade dos objetos produzidos dentro de uma realidade social, pois o signo implica uma biunivocidade do objeto, como apontou Deleuze (2006). O signo é uma associação de enunciação. Por fim, prolongamos esse movimento, porque os objetos se alongam entre si, produzindo as relações de um processo de composição dos objetos entre materialidade e expressividade.

A Ciência da Informação tem uma semiose direta com a noção de signo, porquanto dispõe de um conteúdo informacional rico. Prolongamos esse movimento porque as coisas se alongam entre si e produzem relações. Contudo, o que define um signo é a ida e a volta de uma repetição que faz movimento no mundo das coisas. Da mesma maneira, a representação não se constitui, certamente, fora dessa lógica de sentido, então, o interpretante atinge a coisa e é atingido por ela. É nessa acepção que a representação se mistura com a percepção. Por essa razão, é importante pensarmos a representação como uma lógica perceptiva na expressão dos enunciados.

Devemos conceber a representação da seguinte forma: a) considerando a capacidade de o interpretante conhecer a si próprio através de suas ações; b) a habilidade do não existir longe dos sentidos e do desejo; e c) na aptidão de agir

de forma autônoma ao se relacionar com o desvelar das coisas. Convém enfatizar que a representação como um agenciamento não é uma separação entre o interior e o exterior, visto que a representação conduz a disjunções de movimentos e é estabelecida em uma ontologia social. Por fim, devemos compreender as possíveis relações da Teoria da Assemblage com o campo da representação da informação.

3.4 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A TEORIA DA ASSEMBLAGE: relações possíveis

Até aqui, ressaltamos a dimensão da Teoria da Assemblage apresentada por Manuel Delanda. É oportuno apontar as relações possíveis entre o campo da representação da informação e essa teoria. Nesse aspecto, um dos fatores relevantes para uma representação profícua é a organização da informação, porquanto o agenciamento do representado só será eficaz se a coisa estiver devidamente organizada.

Se a informação estiver devidamente organizada, poderá ser recuperada rapidamente no interior das instituições. Em resumo, de acordo com Delanda (2006), a organização da informação pertence ao universo das relações ou da multiplicidade, isto é, um agenciamento que concebe a qualidade e a análise da informação para atender aos usuários a contento. Logo, esse processo coloca em conexões vários elementos, entre eles, o usuário, a instituição, o profissional e a sociedade. No entanto, para estabelecer essas informações, é imprescindível descrevê-las. Descrever uma coisa é pôr as afinidades de suas características mais específicas em movimento.

Na descrição, cabe extrair diretamente do item todas as informações, de interesse para o usuário, que individualizam o item tornando-o único entre os demais. Cada item possui apenas uma descrição e cada descrição se aplica a um único item. (MEY, 1995, p. 39).

A organização é composta pelas ações dessas descrições e visa recuperar a informação mais eficiente. Desse modo, a organização da coisa, no campo da representação, envolve algumas ações, a saber:

- Identificar a existência de todos os tipos de recursos informacionais assim que eles estiverem disponíveis;
- Identificar trabalhos contidos nesses recursos informacionais ou partes deles;
- Agrupar sistematicamente esses recursos informacionais em coleções de bibliotecas, arquivos, museus, arquivos da internet, e outros tipos similares de repositórios;
- Produzir listas desses recursos informacionais preparadas de acordo com regras padronizadas para citação;
- Oferecer nome, título, assunto e outro acesso útil para esses recursos informacionais;
- Oferecer os meios de localização de cada recurso informacional ou uma cópia dele. (TAYLOR; JOUDREY, 2008, p. 5-7).

A organização da informação é fundamental para seu processo de representação. Sendo assim, para pensar na possível aplicabilidade da Teoria da Assemblage no campo da representação da informação, remetemo-nos à representação descritiva da informação na arquivística, porque, nessa área, a representação tem a função de estabelecer uma relação multinível¹⁸, isto é, das generalidades às particularidades. Isso significa que a totalidade e a fixidez das partes não acontecem. Logo, isso é característico da Teoria da Assemblage, que conecta vários elementos e faz uma composição entre as partes e o todo.

A descrição que aqui apresentamos relaciona essa heterogeneidade da coisa com os diferentes elementos, uma vez que, na Arquivologia, a descrição é feita do geral para o particular. Com efeito, a representação descritiva, nessa área, é uma relação entre a prática e a teoria, que compreende diversas etapas, em cada uma das quais a contingência da multiplicidade vai se estabelecendo. Essa ação descritiva rompe com a “totalidade”. Isso quer dizer que as partes e o todo, no ato de descrever um fundo documental, serão efetivados se for possível fazer as composições entre as diferentes áreas descritivas. Esse todo, caracterizado na Teoria da Assemblage, é concebido como um agenciamento, uma composição de elementos que se interligam sem uma posição fixa, mas que podem ser díspares do todo sem perder sua característica.

¹⁸ Descrição estabelecida do geral para o particular, que tem o objetivo de representar o contexto e a estrutura do fundo e das partes que o compõem. Além disso, estabelece ligações das descrições, visando deixar clara a posição da unidade de descrição.

Assim, na Arquivologia, a riqueza da representação descritiva reside nos relacionamentos entre essas áreas estabelecidas nas normas de descrição, como iremos abordar, e possibilita as relações das unidades e das partes que compõem um fundo documental. A representação, em nosso exemplo, é constituída de um plexo de relações dos elementos estabelecidos nas normas descritivas. É oportuno destacar que, nos aspectos teóricos e metodológicos da Arquivologia, existem algumas normas de descrição com características multinível e movimentos múltiplos, como a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD – G), cuja primeira edição foi aprovada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 1994, e a segunda, datada de 2000. Essa norma tem a função de identificar e de explicar o contexto e o conteúdo dos documentos arquivados. A rigor, divide-se em sete áreas de descrição, que irão manter uma relação entre si, quais sejam: a área de identificação, a área de contextualização, a área de conteúdo e de estrutura, a área de condições de acesso e utilização, a área de documentação associada, a área de notas e a área de controle da descrição.

A Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias (ISSAR-CPF) descreve as entidades (coletivas, famílias). Sua primeira edição começou a ser desenhada em 1993, para controlar os pontos de acesso, e sua principal função é de partilhar as descrições dos produtores de documentos, para visualizar as pessoas coletivas, as singulares e as famílias que produzem o documento. Essa norma está estruturada em quatro áreas de descrição: a área de identificação, a área de descrição, a área de relacionamentos e a área de controle.

A Norma Internacional de Descrição de Funções (ISDF) direciona a descrição de funções das entidades coletivas associadas à produção e à manutenção dos arquivos. Sua criação foi sendo desenhada no ano de 2005, devido à importância das funções no contexto de produção dos documentos para mostrar de forma mais aprofundada a origem dos documentos de arquivo. Essa norma está estruturada em quatro áreas.

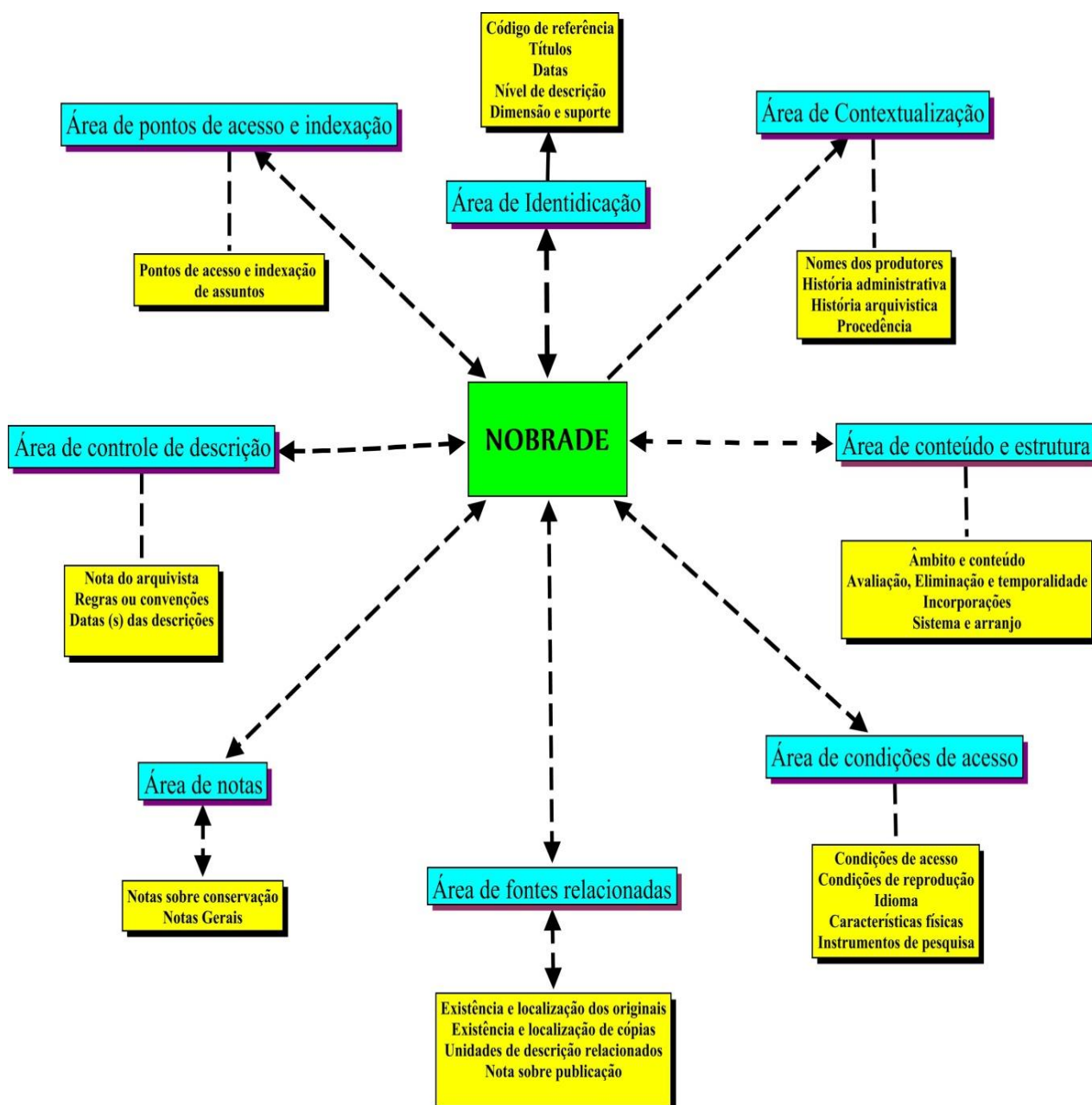
A Norma Internacional de Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH) partilha regras gerais para descrever instituições com acervos arquivísticos. Sua criação e desenvolvimento aconteceram em meados

de 2005, no entanto, sua versão final só foi apresentada em 2008. Seu objetivo é de partilhar a descrição de entidades com funções de guardar documentações de arquivo. Foi dividida em seis áreas: a de identificação, a de contato, a de descrição, a de acesso, a de serviços e a de controle.

Por fim, temos a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), por meio da qual iremos apontar, de forma empírica, a relação possível de aplicabilidade da Teoria da Assemblage no campo da representação da informação. Seu objetivo consiste em adaptar as normas internacionais à realidade brasileira.

A Nobrade estabelece a descrição de documentos de arquivos compatíveis com as normas internacionais. Assim como as outras, ela vai fazendo o ato descritivo por meio de uma multiplicidade. Contempla oito áreas compostas de 28 elementos de descrição, quais sejam: a de identificação, a de contextualização, a de conteúdo e estrutura, a de condições de acesso e uso, a de fontes relacionadas, a de notas, a de controle da descrição e a de pontos de acesso e indexação de assuntos. Cada área é composta de outros elementos que só funcionam se se mantiverem relações uns com os outros, que Delanda chama de intensidade, como mostra a figura a seguir:

Figura 01: Exemplo empírico da assemblage na representação



Fontes: Dados da pesquisa - 2017

Na figura, as áreas destacadas de azul são compostas de uma multiplicidade de elementos e estabelecem relações umas com as outras, sem hierarquias ou pontos fixos. Elas interagem para que o processo de descrição aconteça na prática.

A descrição estabelecida pela Nobrade é compreendida pelo fundo documental, e sua característica fundamental é a aproximação entre as áreas descritivas e seus elementos. “A identidade do todo é determinada historicamente pelos processos que se iniciaram pelas partes” (DELANDA,

2011, p. 3). No entanto, sob o ponto de vista do autor, não podemos considerar o debate entre o todo e as partes como uma ação reducionista, já que os elementos se formam por meio das interações sem reificar totalidades. Ele “milita contra a ideia de totalidades de partes tão intrinsecamente relacionadas que ela ganha a sua verdadeira identidade porque essa vem a ser constituída por meio das relações das partes no interior do todo” (DELANDA, 2001, p.184).

Isso quer dizer que não há uma “fixação ou posição das partes”, ao contrário, existem vínculos, porque as partes são composições do todo, na Teoria da Assemblage. Assim, descrever através da Nobrade é apontar suas interações entre o produtor dos documentos, a instituição, o título, as datas, os níveis de descrições e o idioma. Essa compilação é o que Delanda (2006) chama de assemblage e que ele diz que é muito minuciosa. Quando falamos em representação direcionada pela assemblage, colocamos diversos elementos em conexão.

Conforme já visto, Delanda conseguiu ir além dos conceitos de Deleuze e de Guattari no que se refere à praticidade dos elementos distintos. Ao fazer essa possível relação da representação da informação pela assemblage, percebemos uma ligação da coisa com a realidade, do real com o sujeito e do sujeito com a sociedade. Notamos, a partir do nosso exemplo, que, na representação relacionada à teoria delandiana, as coisas são atingidas pelos elementos que a formam. A assemblage é considerada uma unidade formada de outras, mas sem uma rigidez, porque leva as partes a interagirem umas com as outras.

Desse modo, a representação da informação, baseada em nosso modelo empírico, é reinvestida por diferentes componentes de uma ação daquilo que se representa, nesse caso, pensada como assemblage, a representação da informação em arquivística tem um efeito retroativo. Tendo isso em mente, com a assemblage, podemos extrair de algo “fixo” seus mais distintos elementos. Logo, o processo de representação em arquivística é uma assemblage. Esses movimentos se compõem pela heterogeneidade que é marcante na Teoria da Assemblage - afetar e ser afetado. “Enquanto as propriedades podem ser especificadas sem referência a quaisquer outras coisas, as capacidades de afetar devem sempre ser pensadas em relação às capacidades que outras coisas têm de serem afetadas” (DELANDA, 2011, p. 4).

A operação descritiva na representação da informação, faz esses elementos distintos convergirem e manterem as relações constantes, uma vez que a assemblage é a determinação dos movimentos que se distribuem nos elementos das áreas descritivas, fazendo delas uma composição. Então, um elemento da Nobrade nunca estará só, porquanto se agencia com outros.

A essência dessa representação resulta, de alguma forma, na aproximação de duas características principais da Teoria da Assemblage: **a territorialização**, que irá homogeneizar as relações dos componentes com suas propriedades, os quais seriam, no interior da Nobrade, a relação das áreas com seus elementos ,como apontamos na figura; e **a codificação** - no interior das instituições, existe uma afinidade entre os direitos e os deveres, pois essas instituições são conduzidas por regulamentos e operações que afetam diretamente o território. Essa seria uma forma de respeitar o fundo documental da instituição e descrever todos os elementos respeitando o território de produção documental.

Entendemos que a Teoria da Assemblage, elaborada por Manuel Delanda, mostra-se em conformidade com a representação da informação descritiva, sobretudo pelo exemplo na Arquivologia. Manifestada, segundo ele, em uma multiplicidade de vínculos e de interações, essa teoria comporta verticalizações dos elementos quando relacionada com a multiplicidade e as composições na Nobrade. Em nossa concepção, a relação entre a Teoria da Assemblage e a representação da informação descritiva se dá pelo fato de haver uma heterogeneidade entre as propriedades dos elementos no ato de descrever um fundo documental.

Assim, a Teoria da Assemblage, relacionada à representação da informação descritiva, é uma multiplicidade de exterioridade que apresenta as interações entre diferentes partes. Nisso reside umas das preocupações do projeto filosófico do autor. Portanto, devido aos atributos que constituem uma assemblage, a representação se forma na diferença e nas conexões, porque, ligada à assemblage, é a garantia ontológica de um representado. Nesse sentido, podemos falar em três lógicas da relação da assemblage com a representação da informação: uma relacionada à multiplicidade das partes, isto é, o sentido de materialidade e exterioridade da coisa com suas partes extensivas; outra, ligada às verticalizações das partes; e o que trata dos

movimentos entre os diferentes componentes que integram um elemento descritivo. Assim, a representação da informação é conduzida pela coexistência de convergência entre elementos distintos.

Delanda aprofunda o conceito de diferença criado por Deleuze e por Guattari e explica a gênese de sua ontologia. Essa diferença interioriza uma complexidade, porque não é possível haver multiplicidade fora de uma realidade heterogênea. E essa multiplicidade fica visível no processo descritivo estabelecido na Nobrade, porquanto a diferença que Delanda apresenta em sua teoria nos leva a compreender os múltiplos devires de uma complexidade social. Quando essa interiorização é relacionada à representação descritiva em arquivística, aponta que não existe um elemento isolado. Nesse caso, as áreas descritivas - de identificação, de contextualização, de conteúdo e de estrutura, de condições de acesso e uso, de fontes relacionadas, de notas, de controle da descrição, de pontos de acesso e de indexação de assuntos só serão eficientes com a variação entre seus elementos mais específicos, ou seja, quando formam uma agência.

Destarte, a Teoria da Assemblage é relevante para o campo da representação da informação descritiva, pela possibilidade de descentralizar a “totalidade” de uma parte descritiva para o processo de vínculos, de interações. É assim, analisando uma “multiplicidade”, que, de um lado, remetemos às relações dos componentes da representação em arquivística com a Teoria da Assemblage. Então, ao apresentar a assemblage como um sentido, Delanda destaca a ontologia social. Nesse aspecto, ele nos leva ao encontro dos debates contemporâneos de rupturas como, por exemplo, aos princípios das fixações. Uma assemblage é pensada por suas relações. Com essa característica, a Teoria da Assemblage é o lugar onde as disjunções se encontram. Delanda nos remete a Deleuze e a Guattari e destaca as variações na complexidade social.

Finalmente, a concepção da assemblage, que promove uma intensidade, possibilita que pensemos na representação da informação como uma multiplicidade de componentes heterogêneos, mas não inseparáveis uns dos outros, o que Deleuze e Guattari chamaram de “zona de vizinhança¹⁹”, que

¹⁹ Limites ou devires de um território.

estão muito clara na representação em arquivística, como a Nobrade, considerando as áreas de descrição que serão utilizadas para elaborar os instrumentos de pesquisa²⁰, pois representar a informação é um ato de criar e, conseqüentemente, um múltiplo. Logo, a representação da informação se desterritorializa e já não é mais um ponto fixo, isolado, mas uma convergência de elementos distintos.

Nessa perspectiva, a assemblage é ilimitada e se distribui entre si, porque não tem sentido sem uma ação correspondente, e no âmbito da representação da informação, ela só terá sentido nas relações entre os variados elementos descritivos que lhes dão sentido. A multiplicidade de uma assemblage assegura uma função, ou seja, na representação da informação, os componentes vão se agenciando uns com os outros. Assim, não há representação em arquivística de um só componente, principalmente quando relacionamos com a assemblage.

A representação em arquivística passa a ser pensada a partir desse movimento da assemblage, em que um território e as áreas descritivas na Nobrade encontram as outras pela coexistência, e quando uma área se relaciona com a outra, chama-se de composição. Disso veio a ideia de que a representação descritiva da informação é uma questão de articulação, sobretudo quando proferida pela assemblage, em que o componente tem relação com o outro. Então, na representação em arquivística, através da Nobrade, em nosso modelo empírico, cada componente, ou seja, cada área de descrição remete a outras, estabelecendo conexões e vínculos constantes. Para Delanda, os componentes de uma assemblage são distintos, no entanto, funcionam nas transições, e a representação da informação aqui relacionada é uma fragmentação que se corresponde entre si.

Desse ponto de vista, não é equivocado considerar que a representação na Nobrade está nas variações. Então, relacionada à assemblage, a representação em arquivística tem o seguinte componente: a qualidade das áreas e suas intensidades/composições. Essa representação é correlativa, porque, quando estabelecida pela assemblage, é uma intensa partilha que assegura conexões constantes dos componentes que o integram, isto é, as

²⁰ São obras de referência para publicar e divulgar os fundos documentais, como o guia, o inventário, o catálogo, o índice etc.

áreas e seus elementos distintos. Assim, o que move a possível relação da representação em arquivística em nosso exemplo, a Nobrade, é o movimento de seus componentes, ou seja, da área de identificação à de ponto de acesso. Portanto, esses movimentos seriam os de multiplicidades que interiorizam e exteriorizam nos fundos documentais e são produzidos em uma complexidade social.

Os elementos da representação na Nobrade, como apontado na figura anterior, estabelecem direções com o projeto filosófico de Delanda da assemblage, principalmente porque essa representação é um múltiplo de variações inseparáveis, e a ação descritiva na Nobrade acontece da generalidade às particularidades, para produzir uma ontologia, isto é, os instrumentos de pesquisas que beneficiarão, de forma profícua, a sociedade na consulta de um fundo documental.

Ainda em relação a Delanda, a representação em arquivística tem uma potência de multiplicidade, e a representação articulada à assemblage não é estabelecida de variações inerentes em suas partes, pois se configuram por ser multinível, logo, são esses postulados que a Teoria da Assemblage põe em questão quando se articula com a representação da informação. Ela visa dar uma importância social aos fenômenos ontológicos. Diremos, pois, que, quando uma assemblage é vinculada à representação da informação, define-se pelos vínculos entre seus elementos e estabelece uma associação. As relações da assemblage, como se vê, não isolam os elementos de uma representação, mas estabelecem entre suas propriedades ações correlativas.

Nesse sentido, mostramos que a representação da informação não é uma estreita “totalidade de pontos” entre diferentes elementos de descrição, mas nas agências, fazendo aparecerem as multiplicidades das coisas. Na análise proposta, a representação da informação em arquivística é um espaço de heterogeneidade que se desenvolve nas aproximações entre elementos distintos sem pontos fixos.

Outra relação entre a assemblage e a representação da informação aqui estudada se refere a uma ontologia, por meio da ação direta com o projeto filosófico de Delanda, uma intensidade de complementaridade que ocorre entre elementos distintos. Isso ficou evidente no exemplo empírico. Por isso, uma

vez retomada pela assemblage, a representação, essencialmente, é uma intensidade complexa.

Delanda nos mostra que a assemblage está diretamente vinculada a uma realidade de coexistência, por compreender que a sociedade é um feixe complexo de relações intensas. Portanto, a representação da informação não é uma estrutura que isola as partes do que se representa, mas uma funcionalidade de existência correlativa que liga variados elementos para produzir as propriedades das coisas a serem representadas.

Consideramos, mais uma vez, que a Teoria da Assemblage se vincula à representação da informação, que trata da relação dos elementos com o que se representa, com suas propriedades ontológicas. A representação da informação em arquivística, como vimos, está ligada a uma complexidade social, na medida em que as instituições, os sujeitos e os fundos documentais são estabelecidos por uma conjuntura social.

A representação da informação em arquivística, estabelecida na Nobrade, não tem uma posição fixa, ao contrário, é determinada pela existência correlata de operações, porquanto consiste em analisar as relações entre o produtor do fundo documental e seus variados elementos. Para Delanda, não há nenhum elemento ontológico que não tenha, em torno de si, uma relação de intensidade, de mutações. Nesse cenário da coexistência correlata entre a assemblage e a representação da informação em arquivística, que aqui tentamos relacionar, a multiplicidade se destaca nas relações entre as áreas de descrição e seus elementos e as relações lógicas e as características que formam essas áreas.

A representação da informação em arquivística, relacionada à assemblage, é constituída por relações verticalizadas. Essa tarefa supõe que o campo da representação da informação não é descrito como uma “totalidade” de operações fixas, pois ela se dá por fragmentos que aparecem nas diferentes áreas, como vimos na Nobrade. Portanto, como vimos falando ao longo deste estudo, a Teoria da Assemblage é marcada por três conceitos que constituem sua base filosófica trinitária: o de ontologia, o de multiplicidade e o de territorialidade/desterritorialidade. O primeiro indica a complexidade social; o segundo, que essa multiplicidade é intensiva; e o terceiro tem relação com as fronteiras existentes nessa sociedade. Com esses três conceitos, reportamo-

nos ao campo da representação da informação como uma produção social, porquanto ela produz um fluxo ilimitado de uma coisa representada socialmente.

Em suma, a representação relativa à assemblage é uma conexão que induz às transversalidades entre as partes do fundo documental. Delanda entende que as partes de uma complexidade são produzidas por diferentes direções, logo, a representação não está presa a uma fixação de elementos, mas é constituída pelo processo e seus vínculos. Por essa razão, a representação em arquivística relacionada à assemblage é retrospectiva, é um fluxo, uma vez que tem uma existência múltipla: a composição e a decomposição das partes ou dos elementos que a formam. Assim, a representação da informação, vinculada à assemblage, é uma disjunção sobre o que se representa.

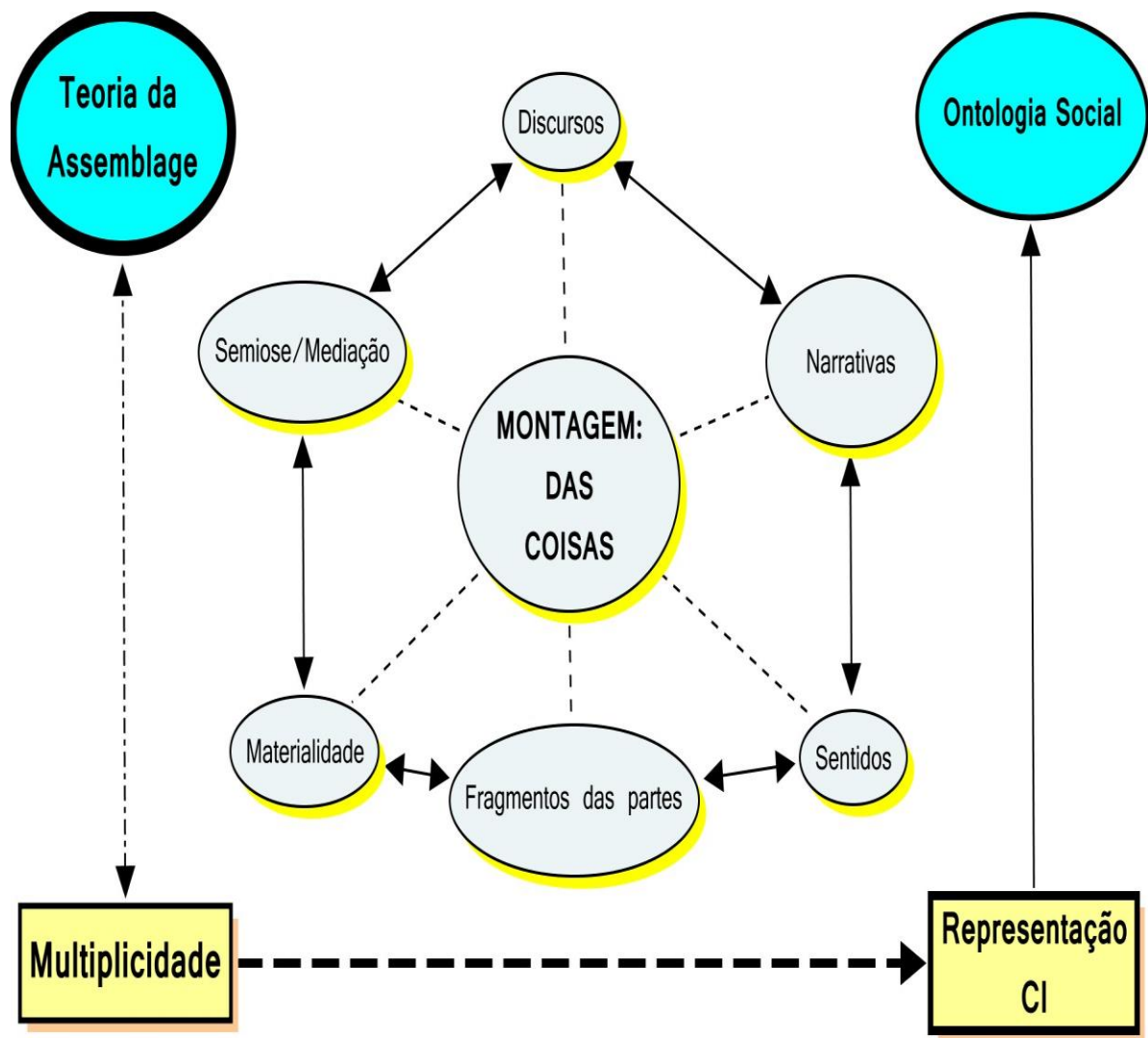
O câmbio entre a Teoria da Assemblage e o campo da representação da informação põe a multiplicidade ontológica no cruzamento entre essas duas realidades. Destarte, a representação da informação é uma proposição, porque, na Ciência da Informação, quando a atividade de representar se relaciona à assemblage, comporta essa heterogeneidade entre as coisas, o indivíduo e a complexidade social. Delanda (2006) já fez essa alusão ao sugerir que uma complexidade ou um elemento de uma propriedade acontece nas relações. Pensamos que a Teoria da Assemblage coopera com essa perspectiva de compreender o campo da representação da informação, isto é, numa multiplicidade. Somos levados a considerar que a representação da informação, sob a égide da assemblage, caminha para uma ontologia social da coisa representada, e devido a essa relação, tem implicações sociais, uma vez que é transformativa e produzida no aspecto de uma sociedade que é heterogênea.

A Teoria da Assemblage delandiana proporciona que se volte aos aspectos complexos da sociedade, às suas interações e intensidades, para vê-la não como uma totalidade composta de elementos fixos, uma vez que a assemblage delandiana se faz nos vínculos, nas correlações, e a Teoria da Assemblage se contrapõe às cristalizações, o que significa que um elemento nunca estará isolado, mas mantendo correlações. Assim, a representação da informação acontece em espaços de relações, porquanto é “produção” de uma

interação social. Logo, se assemelha com o pensamento de Delanda, quando aponta que o princípio unificador das diferentes complexidades são as intensidades recíprocas pelos fluxos. O fato é que Delanda, sem seu projeto filosófico, adverte-nos de que é imprescindível pensar nessa complexidade como um *uno isolado*.

Essa filosofia do autor comporta um sentido peculiar - o dos retalhos, das ligações distintas, do significado. Compreender o campo da representação da informação, como uma relação possível com a Teoria da Assemblage exigiria compreendê-la como uma heterogeneidade ontológica, que coloca em conexões vários elementos para representar uma coisa. Para ele, a sociedade é um destinatário concreto de intensidades múltiplas.

Concluimos essa abordagem possível do projeto filosófico de Delanda com o campo da representação da informação, pois procuramos estabelecer as correlações das coisas quando representadas. Para ele, a assemblage só encontra lugar nas multiplicidades. Contudo, não podemos negligenciar o fato de que a representação da informação se dá nesse múltiplo e compõe a coisa com essa complexidade social. Por fim, na Ciência da Informação ou na Arquivística, representar é produzir assemblages.



Nunca desejamos representar APENAS uma coisa, mas uma assemblage delas...

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória filosófica de Manuel Delanda destaca, conforme apontamos, a heterogeneidade, a multiplicidade e as interações, pois sua leitura é inteiramente baseada em Deleuze e em Guattari, por tratar a Filosofia como um movimento complexo. Nesse aspecto, procuramos entrever Delanda e o campo da representação da informação, principalmente a partir da proposta do autor, uma vez que buscamos pensar a composição de elementos distintos como um dos processos fundamentais para a representação da informação e sua relação com a assemblage.

Conforme referido ao longo desta pesquisa, essa filosofia artista de Delanda em relação à assemblage, não se dá por uma totalidade, fixação, mas por verticalizações entre as partes que formam um componente, sobretudo porque a assemblage não opera por centralidade. Isso ficou visível com o exemplo empírico da representação na Arquivística. Ao longo de sua obra, como já mencionado, Delanda deixa indícios de que a Teoria da Assemblage se configura nas multiplicidades. Diria ele que a assemblage anula os pontos fixos de um componente ou elemento em uma realidade ontológica. No entanto, no Brasil, são poucos estudiosos que vêm se dedicando profundamente às reflexões teóricas desse autor contemporâneo.

Os mecanismos de composição de uma assemblage são focados na quebra das “totalidades”. Por essa razão, essa teoria se mostra potencialmente possível para o campo da representação da informação e, impregnada dessa multiplicidade e heterogeneidade, faz os elementos estabelecerem relações com uma complexidade. Vimos que a assemblage comporta uma dimensão “não fixa”, um dos principais apelos do filósofo, sobretudo em reposta ao idealismo e ao construtivismo de uma noção orgânica. Sobre esse aspecto, Delanda chama à atenção para a relação entre a assemblage e as ontologias sociais.

O que mais nos interessou de perto foi a parte em que a assemblage se tornou uma composição, por meio da análise fina que Delanda colocou nessa teoria, especificamente na perspectiva de mostrar as territorialidades e as desterritorialidades de uma realidade complexa. Todavia, a assemblage apresentada filosoficamente por Delanda trouxe uma nova dimensão para

pensarmos sobre os aspectos ontológicos de uma representação na Ciência da Informação e arquivística. Ao utilizar, em sua arte-filosofia, a relevância da assemblage, Delanda mostrou-se muito atento às transformações econômicas, culturais, sociais e informacionais/virtuais por que a sociedade contemporânea vem passando nos últimos tempos. Portanto, é por meio dos critérios de variações e de correlações que a sociedade vai sendo construída. Por isso Delanda insistia em afirmar que só existe uma sociedade ontológica e social nas ações correlatas e aproximativas entre os diferentes elementos que a formam.

A nosso ver, essa proposta de Manuel Delanda, de uma teoria que agencia variados elementos, é imprescindível para articularmos com o campo da representação da informação, que, por esse viés, é permeada por uma variedade de elementos que convergem. A maneira como Delanda traça seu trajeto filosófico evidencia a possibilidade de uma intensidade das diferenças que formam uma sociedade, porque ele entende que essa sociedade remete a uma dimensão complexa.

Essa trajetória se coaduna com o pensamento de Deleuze e de Félix Guattari, quando afirmam que a sociedade é complexa e estabelecida por diferenças, por repetições. A Teoria da Assemblage mostra-se, portanto, bastante oportuna para ser pensada na Ciência da Informação. Em sua perspectiva filosófica, o autor, que considera a assemblage um projeto filosófico e, ao mesmo tempo, artístico, leva-nos a abandonar a ideia de uma sociedade construtivista ou idealista para uma compreensão realista.

Nesse sentido, Delanda propõe uma “cartografia” da realidade social, ou seja, um mapeamento dos componentes que formam a sociedade. Consequentemente, essa assemblage é a composição heterogênea que se localiza nas associações de variados componentes, cuja configuração tem que ser entendida socialmente, pois o efeito de reunir diferentes partes para formar um representado é fundamental, porque “as conexões são agrupamentos heterogêneos e abertos, mas que nos permitem explicar como diferentes significados são derivados de vários atores” (DELANDA, 2006).

Entendemos que seria absolutamente possível pensar na representação da informação pela Teoria da Assemblage, porque, se considerarmos a multiplicidade, podemos compreendê-la de maneira diferente na Ciência da

Informação, no entanto, para compreender essas questões, retornaremos à Teoria da Assemblage. A representação da informação relacionada a essa teoria é um agenciamento, que extrapola o espaço da coisa a ser representada. Por esse motivo, a representação da informação é, indubitavelmente, agência. Com esse movimento de assemblage, a representação se constitui, porquanto poderá ser construída por meio do agenciamento entre as entidades apontadas por Delanda (as organizações, as instituições, os indivíduos, a sociedade) e a coisa.

O que nos fez discorrer sobre essa teoria e sua relação com a representação da informação foi sua capacidade de produzir as questões sociais como partes heterogêneas, porque a representação é uma expressão social. A nosso ver, relacionada à “assemblage”, ela provocaria uma alteração na condução desse conceito, entre o que é representado na complexidade social e seus diferentes elementos. E da mesma maneira como a assemblage funciona como elemento constitutivo do campo da representação da informação, também opera em uma relação de complexidade. Portanto, a representação da informação é feita na relação entre a coisa e seus múltiplos territórios ou elementos.

O que chamamos de “assemblage” é a conexão de duas características principais: a territorialidade e a desterritorialidade, ou seja, os procedimentos de construção social. A representação articulada pela assemblage arranca o culto das totalidades. Por isso é necessário entendê-la como uma “assemblage” que dá sentido às coisas, beneficia a recuperação da informação e condiciona seu uso de forma adequada, uma vez que os fatos sociais são ações transpostas pelas relações dos fatos informacionais e das práticas organizacionais no mundo. Então, “ao se lidar com a representação no mundo exterior e consequente comunicação dos pensamentos delas decorrentes, deve-se ter em conta a intenção informativa do comunicador” (ORRICO, 2001, p. 51).

E é nesse contexto em que as intensidades da representação da informação como agência é produzida na Ciência da Informação, logo, a representação constituída por meio dessas ações sociais propicia a recuperação da informação. Então, a representação da informação não se dá “na totalidade de um ponto fixo”, como vimos. Esse é o percurso que constitui o

processo de complexidade social da representação da informação, a qual funciona no real, que Delanda (2006) chamou de complexidade. Essa forma como a representação funciona só pode ser explicada considerando-se os elementos que compõem a natureza das interlocuções do representado.

Uma das características da representação da informação é seu processo de organização informacional, que possibilita o uso adequado da informação. Portanto, a representação seria “entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico.” (SILVA, 2014, p. 215). Ela é a condição necessária para se pensar nos fluxos informacionais, nas ações organizacionais e na percepção elementar do uso da informação.

Convém enfatizar que a representação da informação só existe dentro de uma realidade social, a qual só existe com indivíduos que só existem em um conjunto de complexidade. Por isso o que faz a representação ser uma “assemblage” são as vinculações com diferentes elementos. Então, definimos a representação sob o aspecto da agência, mormente porque ela assegura a conexão e a formalização da expressividade das coisas com a organização informacional, o que Delanda chama de intensidade.

Na representação da informação, a noção de “assemblage” poderia ser vista como resultado da interlocução entre as coisas (objetos, processos), com as necessidades contínuas de estabelecer as propriedades delas. Porém propomos uma “assemblage” para representar a informação para a qual cada associação de um representado é uma multiplicidade.

A representação da informação é, pois, a capacidade de proporcionar interlocução, pois são as agências que formam e expõem um representado. Explorar a Teoria da Assemblage para pensar na representação da informação é uma atividade potencialmente possível para os cientistas da informação, porque essa teoria nos impulsiona a estudar os processos de representação dando sentido e direção às coisas e pode oferecer uma visão de como devemos pensar na representação da informação.

A leitura delandiana sobre a assemblage, realizada pela multiplicidade e pela heterogeneidade, é sobremaneira relevante. Para ele, a assemblage possibilita que pensemos nas intensidades ontológicas pelas disjunções, isto é, as correlações. A assemblage, a seu ver, é sempre um múltiplo, que mantém

relações de retorno, do geral para o particular. A Teoria da Assemblage é uma forma de interação, mas com uma realidade de infinitas multiplicidades.

Esse pensamento pode ser relacionado ao campo da representação da informação, que, nesse contexto de assemblage, é o movimento, é a repetição, são as ligações inseparáveis entre diferentes áreas, principalmente quando pensamos em nosso exemplo empírico. Assim, a leitura de Delanda sobre o campo da representação da informação mostrou-se indubitavelmente possível, como destacamos. Nesse sentido, o campo da representação é um espaço onde também pode caber um corte filosófico com algumas pitadas artísticas, sobretudo pelo refinado pensamento apresentado por Manuel Delanda. O efeito da Teoria da Assemblage, no campo da representação da informação, abre espaço para um novo redimensionamento dos vínculos daquilo que se representa.

Podemos dizer que esse percurso que proporcionamos como estudo abre uma nova perspectiva para o campo da representação na Ciência da Informação, pois a “assemblage” da representação da informação é a grande função da organização e do uso da informação. Salientamos que nosso intuito foi somente de oferecer uma nova e ampla possibilidade ao campo da representação da informação, digamos, ontológica, sob o ponto de vista delandiano. Portanto, dá-se o sentido da representação com a Teoria da Assemblage, que, conforme Delanda, ocorre como uma pretensão correlata.

Por fim, a representação da informação, relacionada à assemblage, reage sobre os pontos fixos do que se representa, isto é, a representação da informação converge para a multiplicidade. Considerando tudo o que foi abordado até aqui, não resta dúvida de que a representação da informação acontece nas disjunções, porque seus elementos são inseparáveis, como vimos no exemplo empírico da Nobrade, uma área se relaciona com a outra. Por fim, a representação da informação agenciada pela assemblage faz coexistirem as características mais específicas das coisas, que Delanda chamou de complexa e intensa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. E. B. C. **Literatura popular de cordel**: dos ciclos temáticos à classificação bibliográfica. 2011. 321 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

ALMEIDA, Carlos Cândido de. **Peirce e a organização da informação**: contribuições teóricas da Semiótica e do Pragmatismo. 2009. 416f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2009.

ALMEIDA, M. B. Uma iniciativa interinstitucional para construção de ontologia sobre Ciência da Informação: visão geral do Projeto P.O.I.S. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 19, p. 53-72, 2005. Disponível em: < <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/147/14701905.pdf> >. Acesso em: 05 Out. 2016.

ALMEIDA, D. P. R. et. al. Paradigmas contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v.6, n.1, p.16-27, 2007. Disponível em: .Acesso em: 10 Dez de 2016.

AQUINO, Miriam de Albuquerque. **O campo da Ciência da Informação**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 3, p. 192-204, 2009.

_____. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações teóricas e institucionais. **Enc. Bibli. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p.110-130, 2011.

AZEVEDO NETTO, C. X. de. **A arte rupestre no Brasil**: questões de transferência e representação da informação como caminho para interpretação. Rio de Janeiro 2001, 210f. (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Departamento de Ensino e Pesquisa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Representação e interpretação de um antigo sistema de informação**: os grafismos rupestres no Brasil. 1ª ed., João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

BELL, Judith. **Projeto de pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em Educação, Saúde e Ciências Sociais. 4. ed. Porto Alegre: Artemed, 2008.

BETTENCOURT, Ângela Monteiro. **A representação da informação na Biblioteca Nacional**: do documento tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2014.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DA PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

BRÄSCHER, M.; CARLAN, E. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (Orgs.). **Passeios no bosque da informação**: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília DF: IBICT, 2010. p. 147-176. Disponível em: <<http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

BUCKLAND, Michel. Information as thing. **Journal of American Society of Information Science**. v.42, n.5, 1991.

BOCCATO, V. R. C. **Avaliação do uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias**: um estudo sociocognitivo com protocolo verbal. Marília, 2009. 301f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.

CAVATI SOBRINHO, H. **A representação documentária do domínio da Economia**: análise de estruturas de representação em linguagens documentárias e documentos específicos de Economia. Marília, 2014. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2014.

COELHO NETTO, J. **Texeira. Semiótica, informação e comunicação**. 7ªed. São Paulo. Perspectiva, 2010.

DASCAL, M. Leibniz`s early views on definition. In.: **Leibniz, language, signs and thought**. A collection of essays. Philadelphia: John Benjaminins P. Co. 1987.

DELANDA, M. **A thousand years of nonlinear History**. New York: Zone, 1997.

DELANDA, M. **Intensive Science and virtual Philosophy**. London: Continuum, 2002.

DELANDA, M. **‘(Essay)’**, in **Machining Architecture**. London: Thames & Hudson, 2003.

DELANDA, Manuel. **A New Philisophy of Society** - Assemblage theory and social complexity. Londres: Continuum, 2006.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Trad. Luiz Orlandi. 2ªed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. 1º vol.** São Paulo: Editora 34, 2011.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. 2º vol.** São Paulo: Editora 34, 1995.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo, Editora 34, 2010.

_____, G. **O que é filosofia.** 3º ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **Conversações.** São Paulo, Editora 34: 1992.

_____. **Kafka.** Por uma literatura menor. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia.** 2ºed. São Paulo, Perspectiva, 2011.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

DODEBEI, V. L. D. **Tesouro: linguagem de representação da memória documentária.** Niterói: Intertexto, Rio de Janeiro: Ed. Interciência, 2002.

ECO, Umberto. **Tratado Geral de Semiótica.** São Paulo: Perspectiva, 1980. (Coleção Estudos).

ESTEBAN NAVARRO, M. A. El marco disciplinar de los lenguajes documentales: **la Organización del Conocimiento y las Ciencias Sociales.** Scire, Zaragoza, Espanha, v. 2, n. 1, p. 93-107, jan../jun. 1996.

FARÍAS, Ignácio. Hacia una nueva ontologia de lo social Manuel Delanda em entrevista. **Persona y Sociedad**, v XXII, nº 1, 2008.

FERRATER MORA, J. **Diccionario de Filosofia.** Tomo I (A-K). Buenos Aires: Sudamericana, 1971.

FOSKETT, D. J. Ciência da Informação como disciplina emergente: implicações educacionais. In: GOMES, H. E. (org.). **Ciência da Informação ou Informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980a. p. 52-69.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas.** Trad. Salma Tannus Muchail. 8ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O poder psiquiátrico.** Trad. Eduardo Brandão. Tannus Muchail. 1ªed. São Paul: Martins fontes, 2006.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **A arqueologia do saber**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Ed UNESP, 1995.

FROHAMNN, Bernd. Discourses and documentation: some implications for pedagogy and research. **The Journal of Education for Library and Information Science**, v. 42, n.1, p. 13- 28, 2001.
[http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/Documents/Discourse%20and%20Documentati on.pdf](http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/Documents/Discourse%20and%20Documentati%20on.pdf)

_____. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 387-407, Winter 2004. Disponível em: . Acesso em 18 de julho de 2008.

GOMES, Itania Maria Mota. **Efeito e Recepção**: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. Rio de Janeiro: E-papers Serviços editoriais, 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. A informação: dos estoques às redes. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/131/112> . Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 22, n. 3, 1993. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/download/1128/>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. *Data grama zero - revista de Ciência da Informação*, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez00/Art_03.html Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. A universidade e a “sociedade da informação”. *Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf.*, Campinas, v.9, n.1, p.225-242, jul./dez. 2011.

GUATTARI F. ; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUIMARÃES, J. A. C. A recuperação temática da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.16, n.3/4, p.112-130, jan./dez. 1990.

GUIMARÃES, J. A. C. Perspectivas de ensino e pesquisa em organização do conhecimento em cursos de Biblioteconomia: uma reflexão. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, Universidade e Pesquisa**. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, v.1 n.1, p.77-99, jan./jun. 2008.

HABERMAS, J. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

_____. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

_____. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 2000.

KINCHELOE, Joe L.; BERRY, Kathleen S. **Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

LARA, M. L. G. de. **Representação e linguagens documentárias: bases teórico-metodológicas**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo.

LARA, M. L. G.; SMIT, J. W. Os ENANCIBs e a Ciência da Informação brasileira: introdução. In: _____. **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000. 438.

_____. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. 149.

LE COADIC, Y. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos/Livros, 1996.

LOUREIRO, M.L. de N.M. A obra de arte musealizada – de objeto de contemplação à fonte de informação. In: PNHEIRO, L.V.R; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N (Org.). **Interdiscursos da Ciência da Informação: arte, museu e imagem**. Rio de Janeiro; Brasília: IBICT/ DEP/DDI, 2000, p. 105-123.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília: Brinquet de Lemos, 1999.

MARTELETO, R. M. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 14, n. especial, p. 19-40, 2009. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/915/605>
 .Acesso em 03 jun. 2015.

_____. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. p. 101-115.

MARTINS, G. K. **Institucionalização cognitiva e social da organização e representação do conhecimento na ciência da informação no Brasil**. Marília, 2014. 185 f. (Tese de Doutorado em Ciência da Informação). Programa de pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2014.

MOREIRA, W. **A construção de informações documentárias**: aportes da linguística documentária, da terminologia e das ontologias. São Paulo, 2010. 155f. (Tese de Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2010.

MOSTAFA, S. P. Ciência da Informação: uma ciência, uma revista. **Ci. Inf.** , v. 25, n. 3, p. 1-5, 1996;

MIKHAILOV, A. I. CHERNYI, A. I.; GILYAREVSK, R. S. Estrutura e principais propriedades da informação científica (a propósito do escopo da Informática. In: GOMES, H. E. (org.). **Ciência da Informação ou Informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980.

NASCIMENTO, Roberto Duarte Santana. **Teoria dos Signos no pensamento de Gilles Deleuze**. Campinas. 208f. (Tese de Doutorado em Filosofia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2012.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to Information Science. **The Information Scientist**, v.9, n.4, dec., 1975

ORTEGA, Cristina Dotta. Estudos sobre o objeto da Ciência da Informação: da constituição de um grupo de pesquisa a um de seus resultados. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n.1, p. 15-20, jan./jun. 2012.

_____. Sobre a configuração histórica da noção de documento na Ciência da Informação. In: FREITAS, Lídia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (Orgs.). **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: EdUFF, 2010. p. 57-80.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. **Binômio Linguística-Ciência da Informação**: abordagem teórica para elaboração de metafiltro de recuperação da informação. Rio de Janeiro, 2001. 216f. (Tese Doutorado em Ciência da Informação). IBICT, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

PEIRCE, Charles S. **The essential Peirce**. The Peirce Edition Project (Org.). Bloomington: Indiana University Press, 1998.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. 4º ed. São Paulo, Perspectiva, 2012.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova era. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002, p. 61-86.

_____.; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan./abr. 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/531/483> . Acesso em: 26 mai. 2015.

PINTO, Virgínia Bentes; MEUNIER, Jean-Guy; SILVA NETO, Casemiro. A contribuição peirciana para a representação indexal de imagens visuais. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 25, p. 15-35, 1º sem.2008. Disponível em; <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1153/878>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

RAYWARD, W. B. Visions of Xanadu: Paul Otlet (1868-1944) and hipertext. **Journal of the American Society Science**, v. 45, n.4, p. 235-259, may 1994.

SÁ, Celso Pereira. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANTAELLA, Lúcia. **A percepção: uma teoria semiótica**. 2ºed. São Paulo, Experimento, 1998.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origens, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22> . Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. Educação em Ciência da Informação na década de 1980. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 3-12, 1978. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1539/1155> .Acesso em: 19 jul. 2015.

_____. Information Science. In: BATES, M. J.; MAACK, M. N. (Eds). **Encyclopedia of Libray of Information Science**. New York: Taylor e Francis, 2009.

_____. Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

SHERA, J. H. Epistemologia Social, Semântica Geral e Biblioteconomia. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/download/1564/1179> . Acesso em: 19 jul.

_____. Sobre bibliotecología, documentación y Ciencia de la Información. **Boletín de la UNESCO**, v. 22, n. 2, p. 81-89, 1968.

SILVA, A. M. **A informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Afrontamento, 2006.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Múltiplas interpolações da informação no campo da Ciência da Informação no âmbito dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos**. 2014. 490f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SOUSA, Edvânio Duarte de. **A epistemologia interdisciplinar da Ciência da Informação**: dos indícios aos efeitos de sentido na consolidação disciplinar. Minas Gerais, 2011. 346f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

STIMPSON, C.R. **Feminism and its cultural conseus**. Critical Inquiry, 1988.

TAYLOR, A. G; JOURDREY, D.N. The organization of the information. 3.ed. Westport: Libraries Unlimited, 2008. 513 p.

TÁLAMO, M.F.G.M.; LARA, M.L.G.; KOBASHI, N.Y.(1992) Contribuição da Terminologia para a elaboração de Tesauros. **Ciência da Informação**, v.21, n.3, p.197-199, 1992.

WILLIAMNS, James. **Pós-Estruturalismo**. 2ºed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ZOURABICHVILI, F. **Le vocabulaire de Deleuze**. Paris: Ellipses, 2003.

_____. *Deleuze: une philosophie de l'événement*. Paris: PUF, 2004.